

MEC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INFOCAPES

Boletim Informativo Vol. 10, Nº 3 julho/setembro 2002

O boletim Informativo **Infocapes**, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma publicação técnica, que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos oficiais de políticas para a educação superior, estudos e dados sobre a pós-graduação, discussões e comunicados de interesse da comunidade acadêmica e científica.

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência.

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Editor Responsável
Fernando spagnolo – CED

Conselho Editorial
Jacira Felipe Beltrão – SPP
Sandra Mara Carvalho de Freitas – CEC
Geraldo Nunes Sobrinho – SPE

Periodicidade
trimestral

Tiragem
3.000 exemplares

Equipe Técnica Editorial:

Apoio Editorial, Distribuição e Cadastro de Assinaturas
Catarina Glória de Araújo Neves – ACD

Composição Gráfica
Astrogildo Brasil – ACD

Apoio Editorial
Gladis Calháu – CED

Projeto Gráfico
Francisco Inácio Homem de Melo

INFOCAPES -Boletim Informativo da CAPES
Vol.10 - Nº 3 – Brasília, CAPES, 2002

Trimestral
ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior

CDU 378

ISSN 0104 - 415X
Bol.Inf., Brasília, V.10, Nº 3 p.01-136 jul/set 2002

Endereço para correspondência:
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Coordenação de Estudos e Divulgação Científica (CED)
Ministério da Educação – Anexo II - 2º andar
Caixa Postal 365
CEP 70047-900 - Brasília – DF
e-mail – ced@capes.gov.br

SUMÁRIO

Apresentação 4

ESTUDOS E DADOS

**A Política de Formação de Recursos Humanos no Exterior da CAPES:
A Visão de Quem Entende do Assunto** 5
Denise de Menezes Neddermeyer

DOCUMENTOS

Regimento Interno da CAPES 13
Parâmetros para Análise de Projetos de Mestrado Profissional 22
Programa Temporário de Absorção de Doutores - ProDoc 27
Portaria MEC N° 2530, de 04/09/02 32
Avaliação 2001 - Documentos de Área 32

1. Ciências da Saúde 32
1.1 Educação Física 41
1.2 Enfermagem 51
1.3 Farmácia 56
1.4 Medicina I 61
1.5 Medicina II 62
1.6 Medicina III 71
1.7 Odontologia 73
1.8 Saúde Coletiva 76

2. Ciências Biológicas 83
2.1 Ciências Biológicas I 83
2.2 Ciências Biológicas II 92
2.3 Ciências Biológicas III 104
2.4 Ecologia e Meio Ambiente 106

3. Interdisciplinar 120

OPINIÃO

**Aposentadorias nas Instituições Federais de Ensino Superior e a
Pós-Graduação** 128
Flávio Zanette

CAPES INFORMA

Cursos Novos 131
Aplicativos da CAPES trocam de linguagem 133
Eventos apoiados no trimestre 133

APRESENTAÇÃO

Um dos programas mais tradicionais da CAPES, desde os primórdios da agência, é o de concessão de bolsas de estudo no exterior. Este programa recebeu um grande impulso nos anos 1970 e alcançou o maior número de bolsistas brasileiros estudando no exterior no fim da década de 1980, quando a CAPES chegou a conceder mais de duas mil bolsas/ano. Nos últimos dez anos, o quadro da pós-graduação brasileira mudou consideravelmente, se multiplicaram os mestrados e doutorados no país e, ao mesmo tempo, aumentaram as facilidades de acesso à informação, sobretudo pela disponibilidade de bancos eletrônicos de dados de periódicos e de bibliotecas virtuais em qualquer parte do mundo.

Nesse novo contexto, urge ser repensada a questão de formação de pessoal de alto nível no exterior. O trabalho de Denise Neddermeyer, na seção Estudos e Dados, nos proporciona oportunas reflexões sobre a política de formação de recursos humanos no exterior conduzida pelo governo brasileiro por intermédio de suas agências federais, em particular, da CAPES. A autora transcreve entrevistas mantidas com “quem entende do assunto”: – dirigentes e ex-dirigentes de órgãos públicos, consultores e acadêmicos com vasta experiência nas questões em foco. Os depoimentos são agrupados em três tópicos: mudanças que ocorreram no cenário nacional desde a criação da CAPES; relevância do treinamento de recursos humanos no exterior; e gerenciamento da política de formação de recursos humanos pela CAPES.

Os Documentos de Área elaborados pelas comissões de avaliação, em 2001, apresentados nesta edição de INFOCAPES, se referem às Ciências Biológicas e Ciências da Saúde. Tais documentos registram os procedimentos seguidos pelas comissões, durante as diferentes etapas da avaliação, o desempenho global dos cursos no contexto das respectivas áreas, considerações gerais sobre o estado da área no que se refere à pós-graduação, sugestões para os programas e para a CAPES.

Na seção Opinião, a questão debatida também se refere a recursos humanos, desta vez já qualificados e com grande experiência de ensino e pesquisa, que se aposentam todo ano quando teriam ainda importantes contribuições a dar sobretudo nos programas de pós-graduação. Flávio Zanette, a partir de dados levantados no MEC que mostram que nas universidades federais quase dois mil doutores aposentaram-se nos últimos cinco anos, argumenta que não existe nem nas universidades e nem na CAPES uma política de efetiva integração de docentes-doutores aposentados que possuam mérito acadêmico e que desejem continuar a atuar na pós-graduação. Sugestões concretas são apresentadas a partir do programa de “Bolsa Senior” já implantado há alguns anos na Universidade Federal do Paraná.

ESTUDOS & DADOS

A Política de Formação de Recursos Humanos no Exterior da CAPES: A Visão de quem Entende do Assunto¹

Denise de Menezes Neddermeyer²

Introdução

O objetivo do presente trabalho é analisar a política de formação de recursos humanos no exterior do governo brasileiro, tal como executada pela CAPES por intermédio de seu programa de bolsas no exterior.

A política de bolsas no exterior sempre esteve atrelada ao contexto político nacional. Na década de 1950 foi a criação da Capes que representou o marco inicial na tentativa do governo para melhorar o ensino superior, de modo que acelerasse a formação de mão de obra qualificada, para responder ao rápido processo de industrialização do País. No decorrer dos anos 1970 foi o projeto político dos militares no poder, que pretendendo construir o Brasil potência, possibilitou maiores investimentos em ciência e tecnologia, demandando recursos humanos qualificados nesta área e, consequentemente, aumentou o número de bolsistas brasileiros no exterior.

No momento, no entanto, não há no cenário político atual nenhum projeto nacional que justifique o financiamento de pessoas estudando em universidades estrangeiras com recursos do Estado. Pelo contrário, as razões que motivaram os investimentos em treinamento de mão de obra no exterior em épocas passadas, sejam as necessidades de um rápido processo de industrialização, seja a falta de um ensino superior adequado às demandas da sociedade, não servem como argumento para sustentar essa política.

A economia brasileira desenvolveu-se e insere-se cada vez mais no processo de integração econômica entre os países do mundo e é pouco provável que a educação de um número relativamente pequeno de brasileiros no exterior tenha impacto significativo no crescimento econômico do país ou no ensino superior brasileiro como um todo.

Sob o aspecto educacional o Brasil também mudou muito nas últimas cinco décadas. O ensino superior brasileiro cresceu quantitativa e qualitativamente e, hoje, a pós-graduação é um setor consolidado. Há quem acredite que o conjunto de universidades, institutos e escolas superiores do País consegue responder pela demanda do mercado por mestres e doutores. Sendo assim, por que o Governo continua a investir na formação desses recursos humanos no exterior?

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir do capítulo V da tese de doutoramento *"The Brazilian Policy of Funding Scholarships Abroad: the case of CAPES"*, defendida pela autora no Institute of Education, University of London.

² Para informações adicionais sobre a pesquisa e comentários, favor escrever para a autora: E-mail: deniseneddermeyer@capes.gov.br

Para responder a esta pergunta, é necessário analisar a "ecologia" da produção de conhecimento no Brasil e, portanto, investigar os processos sociais que sustentam a atividade científica brasileira. A escassez de literatura sobre o assunto e a falta de dados e informações sobre a política de bolsas no exterior da CAPES dificultam qualquer tentativa de análise do tema em foco. Em que pese o treinamento de pessoas no exterior ter sido prática constante da agência, falta clarificação quanto aos resultados que se pretende alcançar com a política de bolsas no exterior.

O termo "política" será empregado, ao longo deste trabalho, apesar da pouca evidência de que a concessão de bolsas no exterior tenha se constituído em uma política de governo como tal. De fato, não há documentos explicitando os objetivos a serem alcançados ou o que se pretende com a formação dessas pessoas em universidades estrangeiras. Nem há diretrizes e orientações de como isso deveria ser feito. O que existe são menções genéricas em planos governamentais em termos da necessidade de se investir em mão de obra qualificada em que o treinamento no exterior é considerado como uma das alternativas. O resultado é uma total falta de informações oficiais sobre a contribuição trazida ao país do pessoal treinado no exterior. Assim sendo, a questão abordada neste artigo não pode ser estudada levando em consideração somente os documentos oficiais existentes.

Optou-se, então, por sistematizar a reflexão sobre a política de formação de recursos humanos no Brasil, a partir da visão de pessoas com experiência e com conhecimento do assunto: tomadores de decisão, acadêmicos, consultores e cientistas brasileiros. Para tanto, foram feitas entrevistas com representantes dos vários segmentos envolvidos na formação de recursos humanos de alto nível. Ouviu-se pessoas que conhecem o trabalho das agências financeiras, representantes de cursos de pós-graduação, pró-reitores e autoridades governamentais da área de educação. Todas as entrevistas foram feitas sob a garantia ética de anonimato do entrevistado, razão pela qual as citações aqui reproduzidas não são identificadas.

Reproduzimos neste trabalho, uma seleção de trechos dos depoimentos das pessoas entrevistadas, com base na sensibilidade da autora diante da relevância e pertinência do material. Isso quer dizer que a intenção principal não é a de produzir generalizações e sim obter evidências que possam ampliar o conhecimento sobre o tema.

Foram propostas, aos entrevistados escolhidos de acordo com critérios acima mencionados, perguntas que abordavam três tipos de assuntos: i) as mudanças que ocorreram no cenário nacional desde a criação da CAPES até os dias de hoje; ii) a relevância do treinamento de recursos humanos no exterior, ontem e hoje; e iii) o gerenciamento da política de formação de recursos humanos pela CAPES. A partir desses tópicos centrais, outros temas foram desenvolvidos, por exemplo, o papel da comunidade acadêmica, sua atuação na avaliação por pares, áreas prioritárias e modalidades de bolsas, mecanismos de re-absorção do pessoal treinado e mecanismos de recuperação dos investimentos.

1. Sobre as mudanças ocorridas no Brasil

“Eu penso que devemos fazer uma revisão do que era a situação do Brasil na década de 1950, como isso evoluiu e como estamos hoje. Na verdade, costumo sempre dizer que boa parte do nosso contexto cultural, e não apenas científico, tecnológico e educacional, provém do fato de o Brasil ter demorado demais a criar a instituição mais importante na história da humanidade – a universidade. O Brasil só veio a ter universidade muito recentemente e, ainda assim, no começo, de maneira muito desestruturada. Se quisermos colocar um marco, podemos dizer que o marco é a USP – em 1934.

Na década de 1950, constatou-se que o quadro era muito inapropriado para desenvolver o país, por isso, um grupo de pessoas, membros da comunidade científica, desenvolveram uma série de ações: criou-se a SBPC, agora com 51 anos; foram criados a Capes e o CNPq no mesmo

ano, em 1951 – a Academia Brasileira de Ciências havia sido criada bem antes, mas não tinha inserção grande nos destinos do país. Esse conjunto de ações, na década de 1950, ficou muito marcado no Brasil depois da Guerra.

Verificou-se que não havia como o país se desenvolver sem investimentos profundos na formação de recursos humanos. E, como não podia formar porque a universidade não tinha esse perfil, a primeira opção era realmente formar no exterior. Isso foi feito e muito bem feito pela Capes, pelo CNPq, pela Embrapa e, também, um pouco pela Fapesp, que havia sido criada em 1949 e começou a funcionar efetivamente em 1961.”

“Acho que a política de bolsas no exterior foi extremamente importante porque possibilitou a constituição, a formação e a consolidação da pós-graduação, quer dizer, uma coisa alimentou a outra, mas basicamente os primeiros grupos de acadêmicos e cientistas foram formados no exterior e, aliás, foram esses grupos que deram substrato para se implantar uma pós-graduação tão eficiente como a brasileira, reconhecida mundialmente, e que se alimentou exatamente desses primeiros quadros e não apenas a academia, não apenas a universidade. O setor agrícola brasileiro foi extremamente beneficiado pela formação desses grupos no exterior.”

“A CAPES foi fundamental para que nós tivéssemos rapidez na formação de recursos humanos altamente qualificados que depois viriam a assumir e a tomar a iniciativa de construção da pós-graduação. Nesse sentido, tínhamos de mandar gente para se qualificar, esperar que esses sujeitos voltassem, empregá-los, abrir o sistema.”

“Tínhamos de apresentar o Brasil para os estrangeiros (...), tínhamos de pedir a adesão, o apoio deles, motivar para ver se eles estavam dispostos a receber estudantes do Brasil. Quem eram os estudantes brasileiros? O que sabiam esses indivíduos? Se aqui havia uma garimpagem quase que nominal, não havia um programa aberto que pudesse estimular as pessoas porque, no interior do Brasil, não havia uma cultura ou uma movimentação em torno desses valores: pesquisa, atividade acadêmica com dedicação plena... Não era essa a cultura do meio do ensino superior brasileiro. Isso foi tudo muito artesanal. Tínhamos de encontrar talentos, tínhamos de motivar talentos, tínhamos quase de garimpar esses sujeitos internamente; por um lado, tínhamos de fazer os contatos fora, encontrar lugar, conseguir o patrocínio de pessoas ligadas aos indivíduos no Brasil para que abrissem uma porta aqui, outra ali. Era muito a reputação individual que se punha em jogo para apoiar o candidato “x” e o outro “y”. Tudo era em números pequenos, estávamos falando em números pequenos. E, depois, tínhamos de fazer um esforço para que esses sujeitos voltassem. Então, tínhamos de garantir que eles também não se perdessem, que eles tivessem condições aqui de serem aproveitados e virem a funcionar como embriões de grupos novos, que, por sua vez, ajudassem a criar uma cadeia de novas indicações.”

2. Sobre a relevância do treinamento de recursos humanos no exterior

Embora reconheçam a capacidade das instituições nacionais de treinarem nossos mestres e doutores, os entrevistados pensam que o programa de bolsas no exterior deve ser mantido. Uma das justificativas mais freqüentes refere-se à necessidade de evitar a endogenia no sistema:

“...a endogenia é perniciosa. Não permite inovações, expansões etc.”

Outro argumento apresentado em favor da política de bolsas é o acesso às novas tendências da pesquisa científica que se desenvolvem nos principais centros de atividade acadêmica que os estudos realizados em instituições internacionais propiciam:

“A política é importante hoje, e também está sendo rediscutida. Por quê? Porque não apenas é preciso proceder a uma revisão da bolsa como possibilidade de alternativa de título por conta (...). É preciso ter presente que o país já tem uma capacidade própria e grande de formar recursos humanos altamente qualificados a tal ponto que não é tudo que podemos imaginar que precisa ser

formado no exterior. Isso significaria o quê? Que o Brasil já pode diminuir a sua cooperação, sua relação com o exterior? Eu diria que não, muito antes pelo contrário, até porque quanto mais qualificado o meio acadêmico, quanto mais sólido, exigente e produtivo o meio de pesquisa, de modo geral, mais ele requer cooperação internacional e mais requer ligação internacional.”

“A formação de recursos humanos continua sendo uma necessidade enorme para o futuro do país. Este país tem perspectivas totalmente diferentes das de outros. Somos um dos poucos países que tem uma proporção de população jovem muito grande comparada com outros países, isso nos obriga a gerar empregos; mas, ao mesmo tempo, o processo seletivo utilizado para enviar alunos ao exterior é um dos melhores que existe, por isso quase todos os bolsistas que vão estudar fora são um sucesso absoluto, pelo menos do ponto de vista intelectual.

As lideranças mais importantes nessa área foram feitas no exterior, não foram ainda produzidas aqui. Nas áreas mais básicas já há várias lideranças produzidas no Brasil, mas, mesmo assim, mesmo naquelas áreas em que o Brasil tem possibilidades, por meio da sua pós-graduação de formar num bom nível, os pós-doutorados e os sanduíches são essenciais porque evita-se a endogenia, ampliam-se as perspectivas, incorporam-se novas colaborações, incorpora-se metodologia... Isso é essencial. E mais ainda: existem áreas em que o Brasil precisa fazer isso porque daqui a pouco elas estarão se fechando para a participação de estrangeiros.”

“Penso que a posição do Brasil hoje é boa. Temos um sistema de formação em programas de doutorado que é respeitado internacionalmente. Na verdade, como em qualquer outro sistema, há altos e baixos, há segmentos melhores e há segmentos até medíocres, em alguns casos. Na área das ciências exatas, das chamadas *hard sciences* e das Engenharias, não tenho dúvida de que o nosso sistema é respeitado. Porém, ainda há o que fazer no exterior. Nós não podemos nos dar ao luxo de cortar o intercâmbio porque é uma maneira de estar acompanhando a ciência de ponta, de estar na fronteira da ciência.”

“As lideranças de pesquisa nos cursos de pós-graduação brasileiros são compostas de pessoas que se formaram no exterior, se não forem todos, pelo menos a maior parte se formou no exterior ou teve uma experiência desse tipo. A chamada elite que está no governo é toda formada no exterior. E esses grupos formados no exterior tendem a se reproduzir no país.”

3. Sobre o gerenciamento da política de recursos humanos da CAPES

Em que pese o total apoio dos entrevistados ao programa e à sua manutenção, a grande maioria recomenda, no entanto, a sua revisão e reestruturação:

“O Brasil necessita definir claramente uma política que combine, no mínimo, três elementos: primeiro, as modalidades de bolsa devem ser mais pertinentes, isto é, qual tipo de treinamento deve ser realizado no exterior, pós-doutorado, doutorado sanduíche etc.; segundo, identificação mais clara das áreas e segmentos em que os bolsistas serão treinados; e, terceiro, mais atenção deve ser dada às questões de custo/benefício, não somente em termos de prazos, mas também em termos de se conhecer qual é o produto desses bolsistas, qual o ganho para o sistema universitário e para o de pós-graduação. Da mesma forma, é necessário saber se os recursos financeiros estão sendo bem empregados e, bem empregar o dinheiro público, neste caso, significa aumentar a coerência e a coincidência entre o que o bolsista vai fazer, onde pretende fazê-lo e com quem vai fazer. Por quê eu enfatizo este aspecto? Por que até hoje, e falando de uma maneira geral, o programa de bolsas no exterior é, de fato, um programa aberto...”

Ainda sobre o aspecto da pertinência de uma revisão do programa, alguns entrevistados destacam a necessidade de o processo de seleção ser mais bem regulado, de acordo com prioridades estabelecidas pelo governo. No entanto, paradoxalmente, todos pensam que o governo não deveria tentar uma abordagem “prescritiva” para o programa em termos de uma definição de campos/áreas e/ou tópicos de pesquisa. Vejam este exemplo:

“Definitivamente eu não gosto da idéia de se pré-determinar as áreas para se estudar no exterior (...) uma área pode ser considerada menos relevante para o país simplesmente porque seus resultados práticos levam mais tempo para se tornarem visíveis (...) eu acho que o candidato mais competente deve ir para a melhor universidade no exterior em todos os campos/áreas de estudo ou pesquisa.”

“O problema hoje é que não temos nenhuma posição filosófica, conceitual, crítica sobre a política de bolsa no exterior. A pós-graduação hoje virou uma coisa corriqueira, ela não tem uma postura de governo, de uma política de governo que tem interesse, um objetivo a ser seguido.”

As opiniões dos entrevistados são ambíguas e, em alguns casos contraditórias. A maioria reconhece a não existência de uma política explícita. Outros entendem que as ações da CAPES são ou definem a política do governo. Outros pensam que é a comunidade acadêmica que estabelece a política oficial por intermédio de sua participação na seleção dos candidatos da CAPES e do CNPq.

“Eu não acho que há uma política explícita. Não vejo isso. Vejo que há uma dificuldade em convencer o Governo de algumas ações que são importantes. Por exemplo, o fomento do CNPq acabou. Teria sido muito mais lógico o CNPq passar as bolsas de mestrado para a Capes e ficar com um volume de recursos respectivos para retomar o fomento, que é um problema sério.”

“Se eu fosse reitor de uma universidade igual à de Natal ou à Federal do Rio Grande do Norte, ou à do Ceará, ou à do caso fantástico de Santa Catarina, eu faria um programa para atrair pessoas para segmentos sobre os quais eu iria discutir com a comunidade. Onde temos chance? Por que nós precisamos colocar duzentos PHds em dez núcleos? E vamos fazer isso. Não vejo isso ser feito. Então, o treinamento no exterior não está orientado institucionalmente.”

“O candidato decide o que vai estudar no exterior, onde vai estudar e o que vai pesquisar. Óbvio que, cada vez mais, existe a preocupação em avaliar o mérito da proposta. Mas, freqüentemente, o mérito intrínseco de uma proposta em particular, não significa que essa pesquisa seja relevante para essa área no Brasil, levando em consideração os estágios técnico, científico e acadêmico em que o país se encontra ou necessita desenvolver.”

Um outro tema abordado foi o da coincidência de agendas entre o governo, a comunidade acadêmica, as instituições e os bolsistas em suas expectativas com relação ao treinamento no exterior. Alguns entrevistados não vêem conflito de interesses entre o governo e a academia e, o simples fato de o governo aceitar o sistema de análise e avaliação pelos pares, é uma evidência dessa ausência de conflito.

“Existe uma razoável convergência, eu diria, entre a demanda individual, isto é, o consumidor, o estudante que, de fato é aconselhado pelos professores quanto ao que é de interesse para a instituição a que pertence. Assim, para o estudante candidato com vínculo empregatício, existe uma coincidência de interesses. No caso da comunidade acadêmica, que avalia as propostas da CAPES, também existe uma certa coincidência. Quem é parte dessa comunidade? Essa é formada por professores, pesquisadores etc. Todos conhecem muito bem a sua área específica e o sistema de pós-graduação nacional, em que pese eles não sejam obrigados a saber. O fato é que as reuniões de trabalho são informais e as pessoas se sentem à vontade, os seus participantes passam a ter conhecimento desses aspectos mais macro. Então, quando avaliam uma proposta de um candidato ligado à instituição X, com uma proposta Y, eles estão cientes dos antecedentes desse candidato. Acontece o mesmo com a aplicação de um candidato sem vínculo empregatício. Mais recentemente, a CAPES passou a exigir uma carta de recomendação. Isso aumentou a responsabilidade de quem recomenda – professor ou

pesquisador – para com o seu recomendado. De fato a CAPES segue o aconselhamento dos pares, membros de seus comitês.”

Outros entrevistados, no entanto, pensam que não há convergência de interesses por parte das universidades federais, como instituições, em participar na execução da política de financiamento. O treinamento no exterior estaria sendo feito em bases individuais e não por um planejamento coordenado pelas reitorias das instituições, pelos responsáveis pelos setores de pesquisa e pela CAPES.

“A ausência de uma política que defina prioridades em termos de área, de temas dentro de uma mesma área, de países deixa muitos espaços a serem preenchidos. Eu diria que essa articulação é muito informal. Uma articulação informal pode levar a uma desarticulação formal. A ausência de políticas e objetivos abre um espaço enorme para o que pode ser chamado de arbitrariedade da demanda. Existe ainda uma certa fragmentação na perspectiva do interesse institucional que, algumas vezes, representa o interesse de um departamento em particular e, outras vezes, não representa este interesse. Se o único princípio ou critério de seleção dos candidatos é o mérito de suas propostas, não chego ao ponto de dizer que os comitês cometem erros com freqüência, mesmo porque eu acho que não cometem, mas isso não é suficiente para delinear claramente uma política. É perfeitamente possível que aqueles pares, consultores *ad hoc*, imponham sua visão personalista quanto a uma proposta em particular.”

Sobre a participação da comunidade acadêmica no processo de decisão relativo à concessão de bolsas no exterior:

“Eu acho que hoje esse sistema, tanto na Capes quanto no CNPq está muito dominado pela academia. Se você tentar tirar um pouco do poder dos tais comitês assessores, tanto da Capes quanto do CNPq, vai ser uma revolução. São esses grupos, são esses comitês que acabam fazendo a política de fato. Se ela é a política da agência ou não, não interessa muito para eles. É a política do grupo.”

“A comunidade acadêmica ocupa um espaço que está vago porque ela é mais informada, ela é mais experiente na área, ela detém o conhecimento do conteúdo, do mérito dos assuntos, quer dizer, então é uma falha também do governo de não se posicionar claramente sobre o que quer. Ela direciona as coisas a seu bel-prazer. A Capes, eu diria, tem mecanismo de defesa um pouco mais adequado do que o CNPq. Ela tem, digamos assim, um pouco mais de ascendência sobre os comitês do que o CNPq.”

“A comunidade acadêmica é muito influente por estar dentro da CAPES. É do meio acadêmico que os consultores *ad hoc* são recrutados. As pessoas responsáveis pelo processo de avaliação e seleção são representantes dessa comunidade. Eu acho que esse fato tem grande influência no processo. É claro que a seleção de um candidato e a concessão do financiamento não são automáticos, existem restrições financeiras mas, em geral, as decisões são baseadas, digamos, nos resultados das avaliações feitas pelos pares dentro da CAPES. A agência respeita o trabalho e as indicações dos comitês. Assim sendo, decisiva para a concessão de uma bolsa é, inquestionavelmente, a sua aprovação pelo comitê respectivo.”

No entanto, na visão de alguns entrevistados a maior influência da comunidade acadêmica não significa, necessariamente, que os experts consultores que trabalham para a CAPES têm uma agenda própria. O seu poder de influenciar a decisão de quem vai ao exterior, se origina na ênfase que se dá ao mérito da proposta de pesquisa em si, como o principal critério para a concessão da bolsa no exterior. Esse sistema de avaliação, em última análise, transfere, para a comunidade científica e acadêmica, o ônus e o peso do processo de decisão que deveria ser do governo.

“A agenda da comunidade acadêmica é fazer bem o seu trabalho, selecionar os melhores candidatos, propostas etc. Não creio que exista nenhuma expectativa além da seleção do melhor projeto de pesquisa.”

“A experiência internacional comprova que, do ponto de vista da análise de custo/benefício, todo processo de decisão baseado no mérito é a melhor opção para esse tipo de política. O que não exclui a definição de prioridades por parte do governo. Eu creio que essa relação de confiança mútua entre a comunidade acadêmica e o governo, essa intimidade quase promíscua, é muito positiva.”

Quanto à forma pela qual o sistema vem sendo gerenciado e operacionalizado, de um modo geral, os entrevistados manifestaram a sua aprovação. As opiniões divergem apenas quanto aos detalhes. Por exemplo, alguns postulam uma melhor definição quanto aos países de destino, e que prioridades deveriam ser estabelecidas.

“Assim, em primeiro lugar, deve-se combinar modalidades mais adequadas; segundo, identificar melhor os campos, áreas em que vamos querer formar. Eu não descarto que o doutorado pleno para algumas áreas e para alguns campos seja fundamental, mas deve-se rever essa horizontalidade de formação no exterior; devemos também dar mais atenção para a questão do custo-benefício, não apenas no médio, mas a longo prazo também.

Precisamos saber qual é o produto do trabalho na volta desses indivíduos, qual é o ganho para o sistema universitário, para o sistema de pesquisa nacional para a formação de outros jovens pesquisadores, (...) científico. É preciso ter mais segurança ao mandar alguém para o exterior, escolher uma das modalidades mais adequadas, é preciso saber se está-se usando bem o dinheiro, e usar bem o dinheiro público, nesse caso, significa uma relação mais clara entre o que o indivíduo vai fazer e onde ele vai fazer e com quem ele vai fazer. Precisamos saber qual é o produto do trabalho na volta desses indivíduos, qual é o ganho para o sistema universitário, para o sistema de pesquisa nacional para a formação de outros jovens pesquisadores”.

“Já estamos sendo bastante seletivos, eu acho. E pode ser que tenhamos de nos tornar mais seletivos ainda. Seletivos, obviamente, em duas coisas: só mandar gente extremamente competente. Só mandar pessoas absolutamente competente e priorizar as áreas, ou seja, não vamos mandar pessoas para pesquisar qualquer coisa. Isso precisa continuar a ser feito.”

Com relação às medidas que devem ser adotadas para maximizar o retorno à sociedade brasileira dos investimentos feitos com o treinamento de recursos humanos no exterior, as respostas apontaram para a necessidade de se adotar medidas que garantam a retenção daqueles profissionais treinados no exterior nas regiões menos atrativas economicamente.

“Penso que é preciso considerar o trabalho do bolsista no Brasil e acompanhar a sua performance. Não basta ter um programa caro, em que pessoas são treinadas e pronto. Elas estão trabalhando bem? Não sabemos. Porém, precisamos checar isso. É preciso que haja maior comprometimento por parte das pessoas beneficiadas com esse investimento..”

Todos os respondentes se mostraram fortemente contra qualquer esquema de reembolso por parte dos bolsistas dos recursos gastos com seu treinamento no exterior.

Conclusão

Os depoimentos colhidos nas entrevistas indicam que há consenso entre os entrevistados na maioria das respostas. O financiamento das bolsas no exterior é considerado necessário para evitar endogenia na atividade científica brasileira. Esse aspecto é particularmente esclarecedor para o entendimento da cultura envolvendo a questão das bolsas no exterior. A idéia de que o estudo em universidades estrangeiras serve para evitar o fator endógeno no desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil atual sugere que o treinamento no exterior serve para manter o estado de excelência das atividades científicas do país e, portanto, é direcionada a um grupo de pessoas bem específico. Os depoimentos também indicam que: a) já existe um corpo de

recursos humanos qualificados nas instituições brasileiras, b) que nossos pesquisadores jovens podem ser treinados em universidades do país, c) que o acesso a instituições e grupos de pesquisadores estrangeiros serve para fortalecer as atividades acadêmicas no contexto brasileiro.

Outro ponto de grande coincidência de opinião entre os entrevistados foi a necessidade, por parte das autoridades governamentais, de adotar prioridades claras e maior articulação entre governo e instituições de ensino superior. A falta de um conjunto de medidas que delineie melhor a política de bolsas, tais como mecanismos de absorção do pessoal que retorna do exterior e de definição quanto aos objetivos a serem alcançados com o treinamento no exterior sugere que a política de bolsas no exterior da CAPES constitui-se numa prática consolidada ao longo dos tempos, que é implementada pela máquina administrativa que funciona bem. Entretanto, a definição de prioridades quanto aos tipos de pesquisas a serem feitos no exterior e a adoção de uma política de reintegração do pessoal qualificado foram consideradas pela maioria dos entrevistados como questões chaves para assegurar que o investimento feito com o treinamento no exterior retorne para a sociedade brasileira.

No conjunto das respostas, percebe-se pouca preocupação quanto à atuação da comunidade acadêmica na CAPES. Ao contrário, a maioria vê a participação da comunidade acadêmica no processo de decisão relativa à concessão de bolsas como o preenchimento natural de um espaço deixado vazio pelas autoridades governamentais. Ficou claro que grande parte dos entrevistados vê a participação da comunidade na concessão das bolsas como algo positivo. A visão predominante é a de que não há uma política bem delineada quanto ao que deve ser estudado no exterior porque os consultores e representantes de área possuem uma percepção fragmentada dos temas de interesse estratégicos para a nação baseados nos conhecimentos de sua área de atuação. Segundo alguns depoimentos, o financiamento das bolsas no exterior sobreviveu por tantos momentos políticos de crise nacional justamente porque ele se pautou na prática de avaliações por pares, que protegeu a concessão de bolsas de patronagem política.

Em resposta à pergunta inicial, pode-se concluir que o governo brasileiro continua a investir na formação de recursos humanos no exterior para que o estado de excelência da comunidade acadêmica brasileira seja assegurada. O treinamento de pesquisadores nas melhores universidades estrangeiras é relevante para a manutenção de uma elite acadêmica no contexto brasileiro e atua como mecanismo regulador de qualidade. O estudo no exterior serve também para garantir que o fluxo de comunicação entre os acadêmicos brasileiros e a comunidade científica internacional seja constante. O modo como a atividade científica encontra-se organizada em países periféricos faz com que o contato direto e pessoal com profissionais dos principais centros de pesquisa adquira especial importância. As conexões que se estabelecem com representantes das principais tendências da ciência em âmbito internacional é crucial para o processo de transmissão e de difusão do conhecimento científico em países que não fazem parte dos centros de pesquisas tradicionais e, dessa forma, é essencial para a vitalidade e dinamismo da vida acadêmica nesses países. A política de bolsas no exterior da CAPES é parte de um conjunto de arranjos que permite ao pesquisadores brasileiros acesso à comunidade científica internacional.

Para que a política de bolsas no exterior permaneça no futuro, e na opinião dos entrevistados ela deve ser mantida, prioridades devem ser definidas. Para tanto, sugere-se que o foco central das ações a serem pensadas se voltem para uma abordagem "interna" da produção do conhecimento. Isso é, deve-se adotar uma perspectiva que leve em consideração os aspectos normativos da ciência e sua arena institucional, ou seja, o contexto no qual a atividade científica brasileira acontece. Dessa forma, estratégias a serem adotadas quanto à concessão de bolsas no exterior devem considerar primordialmente aspectos relativos à interação entre cientistas e sua atuação no processo de produção de conhecimento.

DOCUMENTOS

Regimento Interno da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – CAPES

Capítulo I *Categoria e Finalidade*

Art. 1º. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, fundação pública instituída por força do Decreto nº 524, de 19 de maio de 1992, com base na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, reger-se-á por seu Estatuto, aprovado pelo decreto 3.543 de 12 de julho de 2000, por este Regimento e pelas disposições que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º. A CAPES tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os programas desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento das demandas dos setores públicos e privados na forma estabelecida pelos Artigos 2 e 3 do seu Estatuto.

Capítulo II *Organização*

Art. 3º. A CAPES tem a seguinte Estrutura:

1. Órgãos Colegiados:

- 1.1. Conselho Superior; e
- 1.2. Conselho Técnico-Científico.

2. Órgão Executivo:

- 2.1. Diretoria-Executiva.

3. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente:

- 3.1. Gabinete
 - 3.1.1. Divisão de Acompanhamento das Ações da Presidência;
 - 3.1.2. Divisão de Apoio Administrativo ao Gabinete da Presidência;
 - 3.1.3. Coordenação de Comunicação e Documentação;
- 3.2. Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
 - 3.2.1. Coordenação de Cooperação e Intercâmbio; e
- 3.3. Procuradoria Jurídica

4. Órgãos Seccionais:

- 4.1. Auditoria Interna

* Versão Aprovada pelo Conselho Superior, em 22 de Agosto de 2002.

- 4.2. Diretoria de Administração
 - 4.2.1. Coordenação-Geral de Informática
 - 4.2.1.1. Coordenação de Suporte e Administração da Rede; e
 - 4.2.1.2. Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas.
 - 4.2.2. Coordenação de Recursos Humanos
 - 4.2.2.1. Divisão de Benefícios e Programas Assistenciais;
 - 4.2.3. Coordenação de Orçamento e Finanças
 - 4.2.3.1. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira;
 - 4.2.3.2. Divisão de Contabilidade; e
 - 4.2.3.3. Divisão de Controle e Análise de Prestação de Contas.
 - 4.2.4. Coordenação de Serviços Administrativos;
 - 4.2.4.1. Divisão de Transportes;
 - 4.2.4.2. Divisão de Atividades Auxiliares;

5. Órgãos Singulares:

- 5.1. Diretoria de Programas
 - 5.1.1. Coordenação-Geral de Programas no País
 - 5.1.1.1. Divisão de Acompanhamento da Concessão de Bolsas e Auxílios no País;
 - 5.1.1.2. Coordenação de Desenvolvimento Setorial;
 - 5.1.1.3. Coordenação de Desenvolvimento Institucional;
 - 5.1.1.4. Coordenação de Programas Especiais; e
 - 5.1.2. Coordenação-Geral de Programas com o Exterior
 - 5.1.2.1. Coordenação de Seleção a Bolsas e Auxílios;
 - 5.1.2.2. Coordenação de Bolsas e Auxílios no Exterior;
 - 5.1.3. Coordenação de Acesso à Informação Científica
- 5.2. Diretoria de Avaliação
 - 5.2.1. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação;
 - 5.2.2. Coordenação de Organização e Tratamento da Informação;
 - 5.2.3. Coordenação de Estudos e Divulgação Científica; e
 - 5.2.4. Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultoria.

Art. 4º. A administração superior da CAPES será exercida pela Diretoria-Executiva e pelo Conselho Superior.

Art. 5º. As composições dos Conselhos Superior e Técnico-Científico são expressadas no Estatuto da CAPES. O disciplinamento da atuação de cada um dos Conselhos constará de atos próprios, aprovados pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 6º. A Diretoria-Executiva será composta pelo Presidente e pelos Diretores, que serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º. O Gabinete será dirigido por um Chefe de Gabinete, a Procuradoria Jurídica por um Procurador-Geral, a Auditoria Interna por um Auditor-Chefe, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores e as Divisões por Chefes de Divisão.

Art. 8º. O Presidente da CAPES será substituído em seus afastamentos e impedimentos legais por Diretor previamente designado pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 9º. Os demais cargos em comissão da CAPES serão providos na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos regulares, por servidor previamente designado na forma da legislação específica.

Art. 11. As coordenações e divisões poderão desdobrar-se em seções, unidades organizacionais singulares cuja vinculação e competência serão objeto de ato próprio da Diretoria Executiva da CAPES que disporá sobre o detalhamento de sua estrutura e funcionamento, observadas as disposições estatutárias, regimentais e os limites do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas - FG vigente.

Capítulo III ***Competência das Unidades***

Seção I **Dos Órgãos Colegiados**

Art. 12. Ao Conselho Superior, órgão colegiado deliberativo da CAPES, compete:

- I. estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da entidade, a partir de proposta apresentada pelo Presidente da CAPES;
- II. apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Educação;
- III. apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios;
- IV. aprovar a programação anual da CAPES;
- V. aprovar a proposta orçamentaria da CAPES;
- VI. aprovar o relatório anual de atividades da CAPES e a respectiva execução orçamentária;
- VII. apreciar propostas referentes a alterações do Estatuto e do Regimento Interno da CAPES;
- VIII. definir o processo e critérios de escolha dos representantes das áreas do conhecimento de que trata o parágrafo único do artigo 3º do Estatuto da CAPES e encaminhar ao Presidente suas indicações por meio de listas tríplices.
- IX. Apreciar e deliberar sobre as indicações para a concessão dos prêmios Anísio Teixeira e Humboldt.

Art. 13. Ao Conselho Técnico-Científico, órgão colegiado consultivo, compete:

- I. assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES;
- II. colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação;
- III. opinar sobre a programação anual da CAPES;
- IV. opinar sobre critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas de estudos e auxílios institucionais e individuais;
- V. opinar sobre acordos de cooperação entre a CAPES e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI. propor os critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela CAPES;

VII. propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da CAPES;

VIII. opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da CAPES;

IX. eleger seu representante no Conselho Superior.

Seção II Do Órgão Executivo

Art. 14. À Diretoria-Executiva, compete:

I. formular as diretrizes e estratégias da CAPES, em consonância com as políticas gerais do Ministério da Educação;

II. gerenciar a elaboração e implementação dos planos, programas e ações relativos às finalidades e atribuições da CAPES;

III. promover as articulações internas e externas necessárias à execução das atividades da CAPES;

IV. instituir Comitês, Grupos de Trabalho ou Projetos específicos, definindo área de atuação, competências e respectivos responsáveis;

V. promover a melhoria da gestão da CAPES, incluindo a adoção de instrumentos de monitoramento e avaliação do desempenho institucional da CAPES;

VI. promover a comunicação institucional, com ênfase no aumento da transparência e na consolidação da identidade institucional da CAPES;

VII. definir o detalhamento da estrutura organizacional da CAPES e da sua forma de funcionamento nos termos deste Regimento.

Seção III Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 15. Ao Gabinete compete assistir ao Presidente em sua representação social e política e incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente, promovendo a articulação da CAPES com outros órgãos e entidades.

Art. 16. À Divisão de Acompanhamento das Ações da Presidência compete acompanhar a execução dos serviços a cargo do Gabinete, prestando apoio técnico ao Presidente

Art. 17. À Divisão de Apoio Administrativo ao Gabinete da Presidência compete executar as atividades relativas à organização e à distribuição dos documentos e processos administrativos no seu âmbito, incluindo os processos de afastamento do País do Presidente e demais servidores da CAPES.

Art. 18. À Coordenação de Comunicação e Documentação compete gerir as atividades de Comunicação Social da CAPES, observadas as orientações do Sistema Integrado de Comunicação Social da Administração Pública Federal e, em particular, da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Cooperação Internacional compete propor e supervisionar a implementação de políticas e acordos relacionados com a cooperação internacional nas áreas educacional, científica e tecnológica, no âmbito da atuação da CAPES.

Art. 20. À Coordenação de Cooperação e Intercâmbio compete gerir os programas e iniciativas específicos decorrentes das políticas gerais e acordos firmados pela CAPES que podem se traduzir em missões ou visitas de docentes, pesquisadores, autoridades e especialistas nacionais e estrangeiros, ou concessões de bolsas e auxílios financeiros previamente recomendados.

Art. 21. À Procuradoria Jurídica, órgão integrante da Procuradoria-Geral Federal, além de outras atribuições definidas por Lei, compete:

- I. representar judicialmente e extrajudicialmente a CAPES;
- II. exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse da CAPES, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº73, de 10 de fevereiro de 1993;
- III. a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da CAPES, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e,
- IV. assistir à Diretoria Executiva da CAPES no controle interno da legalidade administrativa dos seus atos.

Seção IV Dos Órgãos Seccionais

Art. 22. À Auditoria Interna compete acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos da CAPES, assim como supervisionar a aplicação dos recursos mediante convênios, acordos e ajustes em consonância com a orientação técnica e normativa do Sistema Federal de Controle do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União.

Art. 23. À Diretoria de Administração compete propor, implementar e avaliar, no âmbito da CAPES, as políticas, diretrizes e ações para as áreas de planejamento, orçamento, finanças, contabilidade, prestação de contas, organização e modernização administrativa, administração de recursos de informação e informática, recursos humanos e de serviços gerais, de forma articulada com os respectivos Sistemas Federais.

Art. 24. À Coordenação-Geral de Informática compete propor, implementar e avaliar as políticas, diretrizes e ações para as áreas de informática da CAPES, provendo os serviços de suporte ao usuário dos recursos de tecnologia da informação, de administração da rede, do parque de informática, das bases de dados e dos sistemas corporativos da CAPES.

Art. 25. À Coordenação de Suporte e Administração da Rede compete gerir as atividades relativas à integração em rede e conectividade externa de serviços informatizados de comunicação de dados, voz, texto e imagens.

Art. 26. À Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas compete gerir as atividades relativas ao desenvolvimento, integração, atualização, manutenção e apoio aos usuários dos sistemas informatizados da CAPES, inclusive a manutenção da sua página na rede mundial de computadores.

Art. 27. À Coordenação de Recursos Humanos compete gerir as atividades de provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição, direitos e vantagens, assistência, capacitação e desenvolvimento de Recursos Humanos da CAPES.

Art. 28. À Divisão de Benefícios e Programas Assistenciais compete executar o provimento dos serviços de assistência médico-hospitalar, odontológica, social e farmacêutica aos servidores e seus dependentes, bem como subsidiar a formulação do Plano de Assistência aos Servidores da CAPES.

Art. 29. À Coordenação de Orçamento e Finanças compete gerir as atividades de planejamento orçamentário, bem como a execução orçamentária, financeira e contábil.

Art. 30. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira compete executar as atividades referentes à programação e controle orçamentário e financeiro, bem como acompanhar e controlar as despesas com pessoal e os contratos, convênios e outras formas de ajustes e respectivos termos aditivos e apostilamentos firmados pela CAPES, procedendo à sua publicação e cadastramento.

Art. 31. À Divisão de Contabilidade compete executar as atividades referentes ao acompanhamento, controle, contabilização e análise das movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da CAPES, assim como propor a aprovação ou impugnação de prestações de contas de suprimentos de fundos e conferir e manter arquivadas as prestações de contas de diárias e passagens de servidores da CAPES.

Art. 32. À Divisão de Controle e Análise de Prestação de Contas compete executar as atividades referentes ao acompanhamento, análise e controle de prestações de contas dos convênios, acordos e ajustes incluindo o apoio e a fiscalização *in loco* das entidades e pesquisadores beneficiados com recursos transferidos pela CAPES, mantendo atualizados o cadastro de inadimplência e o sistema informatizado de controle de prestações de contas.

Art. 33. À Coordenação de Serviços Administrativos compete gerir as atividades de protocolo, serviços gerais, transportes e de administração de material e patrimônio.

Art. 34. À Divisão de Atividades Auxiliares compete executar as atividades referentes a protocolo, a suprimento e conservação dos materiais de consumo e permanente, requisição de obras e serviços de telecomunicação, reprografia, copa, portaria, segurança e conservação das dependências da CAPES.

Art. 35. À Divisão de Transportes compete gerir a emissão de passagens aéreas para os servidores, bolsistas, consultores e autoridades convidadas pela CAPES.

Seção V ***Dos Órgãos Específicos Singulares***

Art. 36. À Diretoria de Programas compete propor e implementar, no âmbito da CAPES, as políticas, diretrizes e ações relativas à concessão de bolsas de estudos e de auxílios, ao fomento e manutenção do ensino de pós-graduação, e à formação de recursos humanos de alto nível para o País.

Art. 37. À Coordenação-Geral de Programas no País compete propor e implementar as políticas, diretrizes e ações relativas ao fomento ao ensino de pós-graduação e à formação de recursos humanos de alto nível, buscando promover a integração da pós-graduação com a graduação, o ensino e a pesquisa, no âmbito das áreas educacional, científica e tecnológica.

Art. 38. À Divisão de Acompanhamento da Concessão de Bolsas e Auxílios no País compete acompanhar o conjunto das ações de promoção da pós-graduação no país, organizando os dados relativos a metas e recursos financeiros destinados a este fim, mantendo atualizados os sistemas estatísticos e produzindo relatórios gerenciais.

Art. 39. À Coordenação de Desenvolvimento Setorial compete gerir ações relativas à qualificação de recursos humanos na pós-graduação stricto sensu com vistas à formação de docentes, pesquisadores e demais profissionais em todos os setores da sociedade brasileira, bem como orientar as instituições de ensino superior na execução de programas e projetos de fomento ao ensino de pós-graduação e de formação de recursos humanos de alto nível.

Art. 40. À Coordenação de Desenvolvimento Institucional compete gerir ações relativas à qualificação institucional e à capacitação do corpo docente e de técnicos das instituições de ensino superior, nos níveis de pós-doutorado, doutorado e mestrado.

Art. 41. À Coordenação de Programas Especiais compete gerir ações inovadoras que promovam o melhoramento do ensino, incentivando a interação entre as diferentes áreas do conhecimento e níveis de formação, promovendo a formação de recursos humanos em áreas prioritárias para o desenvolvimento da pós-graduação no País.

Art. 42. À Coordenação-Geral de Programas com o Exterior compete propor e implementar as políticas, diretrizes e ações relativas à concessão de bolsas de estudos e de auxílios no exterior, incluindo a promoção de oportunidades de formação, de estágio e de participação de professores e pesquisadores doutores em eventos de caráter científico e tecnológico;

Art. 43. À Coordenação de Seleção a Bolsas e Auxílios compete gerir a seleção de pedidos de bolsas e auxílios para a realização de atividades de formação, de estágio e de participação de professores e pesquisadores doutores em eventos de caráter científico e tecnológico que ocorram fora do país;

Art. 44. À Coordenação de Bolsas e Auxílios no Exterior compete gerir as ações de implementação de bolsas de estudo, bem como as de acompanhamento dos bolsistas egressos do exterior;

Art. 45. À Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica compete gerir ações referentes à aquisição de periódicos científicos e tecnológicos, manutenção e atualização do Portal Eletrônico, definindo conjuntos de publicações a serem adquiridas, divulgando, sempre que necessário, sistemáticas de acesso e promovendo avaliações sobre sua utilização, em conjunto com outras unidades da CAPES.

Art. 46. À Diretoria de Avaliação compete propor, implementar e avaliar, no âmbito da CAPES, as políticas, diretrizes e ações relativas à avaliação, acompanhamento e aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação, bem como dos programas de fomento e bolsas, e homologar pareceres recomendados pelos representantes das áreas do conhecimento, quanto ao mérito das solicitações de bolsas e auxílios.

Art. 47. À Coordenação de Acompanhamento e Avaliação compete apoiar as atividades do Conselho Técnico-Científico e gerir o acompanhamento e avaliação periódica dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, fornecendo subsídios necessários para balizar a concessão de bolsas de estudos e de fomento aos cursos de pós-graduação.

Art. 48. À Coordenação de Organização e Tratamento da Informação compete gerir os sistemas de captação e o banco de dados sobre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* no País e subsidiar, com indicadores, o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação.

Art. 49. À Coordenação de Estudos e Divulgação Científica compete apoiar pesquisas e estudos sobre a pós-graduação brasileira nas áreas consideradas prioritárias e gerir projetos de avaliação dos vários programas da CAPES, inclusive do Sistema de Avaliação dos Cursos de Mestrado e Doutorado, cabendo-lhe a organização do Boletim Informativo da CAPES e as funções de secretaria-executiva do Programa Especial de Bolsas para Estudo e Pesquisa sobre a Pós-Graduação Brasileira.

Art. 50. À Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias compete promover a articulação das diversas unidades da CAPES com os órgãos colegiados e os consultores científicos, secretariando as reuniões do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico, organizando as reuniões das comissões representativas das diversas áreas do conhecimento com vistas à análise e à avaliação das solicitações encaminhadas à CAPES, e coordenando o fluxo de processos remetidos para parecer de consultores *ad hoc*.

Capítulo IV ***Atribuições dos Dirigentes***

Seção I ***Do Presidente***

Art. 51. Ao Presidente incumbe:

I. submeter ao Conselho Superior da CAPES:

- a) a proposta relativa às prioridades e linhas gerais de atuação da CAPES;
- b) a programação anual e proposta orçamentária da CAPES;
- c) propostas de alteração do Estatuto e do Regimento Interno da CAPES;
- d) as indicações dos dois representantes de cada uma das oito grandes áreas do conhecimento, que comporão o CTC, na forma do parágrafo único do art. 9º, do Estatuto da CAPES;
- e) o relatório anual das atividades da CAPES e a respectiva execução orçamentária; e
- f) a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação.

II. aprovar os atos pertinentes ao funcionamento da CAPES, incluindo o detalhamento de sua estrutura organizacional;

III. promover a execução das medidas emanadas do Conselho Superior;

IV. firmar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta, fundações e entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, observada a legislação específica;

V. estabelecer quotas, conceder auxílios e bolsas de estudos fixando os seus respectivos valores, de acordo com a legislação pertinente, em especial o artigo 3º do Estatuto;

VI. regulamentar e autorizar operações financeiras e a movimentação de recursos, nos termos da legislação em vigor e em conformidade com este Regimento;

VII. autorizar contratação de consultores e organizar comissões técnicas para a realização de estudos e elaboração de pareceres, de acordo com as necessidades específicas da CAPES, em consonância com a legislação em vigor;

VIII. representar a CAPES, em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatário para esse fim;

IX. designar os dirigentes das unidades técnicas e administrativas definidas neste Regimento e em outros atos pertinentes;

X. designar os representantes das áreas do conhecimento, escolhidos de acordo com o inciso VIII do artigo 12 deste Regimento;

XI. definir atribuições mediante delegação de competência; e

XII. exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto, por este Regimento ou por legislação pertinente;

Seção II *Dos Demais Dirigentes*

Art. 52. Aos Diretores, ao Procurador-Geral, ao Chefe de Gabinete, ao Auditor-Chefe, aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores, e aos Chefes de Divisão incumbe promover a implementação das políticas, diretrizes e ações das respectivas unidades e, especificamente:

I. emitir parecer sobre assuntos pertinentes a sua unidade;

II. elaborar e submeter ao chefe imediato relatório das atividades executadas e resultados alcançados pela respectiva unidade;

III. promover a adequada distribuição dos trabalhos entre os servidores em exercício na sua unidade em função dos resultados a serem alcançados;

IV. praticar atos de administração necessários à execução de suas atividades; e

V. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente da CAPES.

Capítulo V *Disposições Gerais*

Art. 53. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pela Diretoria-Executiva da CAPES.

Art. 54. O presente Regimento Interno vigora a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

Parâmetro para Análise de Projetos de Mestrado Profissional

1. Pontos básicos

- a. com a oferta do *mestrado profissional*, o Sistema Nacional de Pós-graduação amplia sua interface com os setores não-acadêmicos da sociedade brasileira, tendo em vista a formação de recursos humanos com o referido nível de titulação para o exercício de profissões outras que não a de *docente pesquisador*;
- b. o *mestrado profissional* responde a necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo *mestrado acadêmico* e, sob nenhum ponto de vista, substitui, reduz ou elimina a oferta e expansão desta modalidade de curso, ou a esta se contrapõe.

2. Características essenciais da *Proposta de Mestrado Profissional*

- a. expressar associação entre teoria e aplicação, entre conhecimento funda-mental e prática técnico-profissional;
- b. ser a demanda pela criação do curso decorrente, preferencialmente, do interesse comum de setores acadêmicos e dos setores não-acadêmicos a serem beneficiados pelo tipo de qualificação prevista;
- c. constituir-se em iniciativa de instituição que seja qualificada para oferecer curso *profissional* que contribua, de forma criativa, para o desenvolvimento ou a indução do surgimento de campos de atividade *profissional*;
- d. ter sua implantação e desenvolvimento respaldados em esquema eficiente de atividade comum do programa promotor com setores profissionais não-acadêmicos relacionados com as áreas do curso.

3. Programa que pode qualificar-se para a oferta de *Mestrado Profissional*

- a. preferencialmente, programa com cursos credenciados pela CAPES e que desenvolva atividades de extensão ou prestação de serviços em campos relacionados com a proposta de mestrado profissional (Neste caso, é fundamental que seja demonstrado que a oferta do mestrado profissional não comprometerá o desempenho dos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos oferecidos pelo programa.);
- b. programa novo, mesmo que vinculado a instituição sem tradição de ensino pós-graduado, desde que sejam comprovadas, de acordo com os critérios específicos de cada área, a adequação de seu projeto, corpo docente e condições de infra-estrutura e sua competência técnica ou tecnológica para garantir o desenvolvimento do curso dentro do padrão de qualidade requerido.

4. Apoio institucional e financiamento

- a. a proposta deve incluir documentação que assegure o apoio e compromisso da administração central ou diretora das IES com o oferecimento do curso;

- b. a CAPES não financia cursos de *mestrado profissional*;
- c. a CAPES, pela sua Diretoria e Conselhos, poderá, eventualmente, mediante ação indutora, vir a apoiar, no todo ou em parte, iniciativas mais particularmente voltadas para o desempenho de funções básicas do Estado.

5. Aspectos a serem obrigatoriamente especificados na *Proposta de Mestrado Profissional*

- a. o caráter profissional do curso;
- b. o perfil do profissional a ser formado;
- c. a caracterização – se possível com manifestação explícita dos setores profissionais não-acadêmicos – da clientela ou público-alvo a ser atendido e dos resultados esperados;
- d. o esquema de intercâmbio e atuação, entre o programa promotor e setores profissionais não-acadêmicos, que dará respaldo à oferta do curso.

6. Articulação do curso com a linha de atuação do programa

- a. os objetivos e temática do curso devem ser ajustados às áreas de concentração do programa;
- b. os projetos de pesquisa ou de desenvolvimento técnico-tecnológico pertinentes à temática do curso devem ser coerentes com as áreas de concentração do programa.

7. Estrutura curricular

a) Requisitos básicos:

- apresentar perspectiva pedagógica detalhada, coerente e ajustada aos objetivos do curso;
- articular conhecimento básico, domínio de metodologia científica e aplicação profissional relativos à habilitação pretendida, conciliando a oferta de disciplinas que garantam uma formação básica sólida com disciplinas e práticas voltadas para o conhecimento e utilização das tecnologias mais recentes e inovadoras relativas ao campo de atuação profissional focalizado;
- contemplar áreas de concentração e disciplinas ajustadas à proposta e objetivos do curso e que possam ser devidamente atendidas pelos especialistas que integram o corpo docente do programa;
- prever a exigência de trabalho de conclusão final que demonstre domínio do objeto de estudo e capacidade de expressão bem estruturada sobre tal objeto, a ser avaliado por banca devidamente qualificada (De acordo com a natureza da área e os fins do curso, esse trabalho pode assumir a forma de monografia, dissertação, produção artística definida, projeto técnico específico, análise de casos, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, patentes, etc.);
- prever os prazos para conclusão do curso, justificando, quando for o caso, as razões das peculiaridades dos prazos fixados.

b) Requisitos complementares:

- apresentar as súmulas das disciplinas com bibliografia detalhada e atualizada;

- especificar os demais procedimentos previstos para a formação do mestrando, incluindo as características do treinamento, formas de avaliação de desempenho e demais exigências regimentais referentes às atividades letivas regulares e ao trabalho final.

8. Corpo docente

a) Qualificação e produtividade:

- o corpo docente poderá incluir profissionais não portadores do título de Doutor reconhecida, desde que a qualificação e experiência dos mesmos, em campo pertinente à temática do curso, sejam comprovadas por produção intelectual como: patentes, protótipos, consultorias, assessorias, projetos técnicos, publicações tecnológicas, produção artística, etc;
- a produção técnica ou tecnológica deve ter qualidade e regularidade nos últimos três anos, ser bem distribuída entre os membros da equipe e ser adequada às exigências de cada área;
- o corpo docente deve contar com os especialistas necessários para o desenvolvimento das áreas de concentração e linhas de pesquisa correspondentes ao projeto do curso.

b) Dimensão e regime de trabalho:

- a dimensão do corpo docente deve ser adequada para o oferecimento do curso sem depender de professores visitantes para o desenvolvimento das atividades regulares de docência e orientação;
- o programa deve contar com um núcleo de docentes em regime de *tempo integral* ou *tempo integral com dedicação exclusiva* à instituição.

9. Atividades de orientação

1. o orientador deve ser *doutor* e, preferencialmente, ter experiência na formação de recursos humanos e ser vinculado à instituição;
2. no caso de orientador não vinculado à instituição, um docente do programa deve atuar como co-orientador;
3. profissionais *não-doutores* de alta qualificação e experiência poderão exercer atividades de co-orientação desde que sejam integrantes do quadro docente do programa.

Obs.: A relação *número de orientandos/orientador* deve atender ao mesmo padrão observado pela área para a análise do *mestrado acadêmico*.

10. Infra-estrutura

1. comprovar a existência de infra-estrutura adequada para as atividades previstas pelo projeto:
 - salas (de aula, para professores e para alunos), laboratórios e instalações devidamente equipadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa tecnológica ajustados aos propósitos do curso e das atividades práticas de formação dos mestrandos na própria instituição ou em instituições conveniadas;
 - acesso à rede mundial de computadores (Web) disponível para professores e alunos;
 - biblioteca bem provida e atualizada, com disponibilidade de acesso aos principais periódicos nacionais e estrangeiros da área de concentração do programa e não apenas à bibliografia constante da ementa das disciplinas;

2. dispor de estrutura administrativa adequada à coordenação e operacionalização do programa.

11. Avaliação

1. os mestrados profissionais serão acompanhados e avaliados dentro da mesma periodicidade estabelecida para o conjunto de programas integrantes do Sistema Nacional de Pós-graduação;
2. é objetivo da CAPES a implantação, pelos programas que ofereçam *mestrado profissional*, de sistemas permanentes de acompanhamento dos egressos desses mestrados - cujos resultados deverão subsidiar o ajustamento da concepção e condução dos referidos cursos;
3. na avaliação das propostas de mestrado profissional deverão ser preservados os parâmetros estabelecidos por este documento, podendo, porém, tais parâmetros serem complementados pelos padrões e critérios correspondentes a cada área.

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Recomendação SNPG

Avaliação de Proposta de Curso Novo Mestrado Profissional

ATENÇÃO! Eventuais sugestões ou orientações dos avaliadores aos responsáveis pela proposta deverão ser apresentadas no “Anexo”.

Período de Avaliação: _____

Curso em Programa cadastrado

Curso:	Nível	Curso Novo	Ínicio	Situação
--------	-------	------------	--------	----------

Nome do Coordenador do Curso/Programa:

PARECER DA COMISSÃO DE ÁREA:

1. – CONDIÇÕES OFERECIDAS PELA INSTITUIÇÃO

- 1.1 A proposta contém indicadores de que a instituição está comprometida com a implantação e o êxito do curso? SIM NÃO

JUSTIFICATIVA:

1.2 O programa dispõe da infra-estrutura – instalações físicas, sala para professores e alunos, laboratórios, biblioteca, recursos de informática ... – essencial para o adequado funcionamento do curso? SIM NÃO

JUSTIFICATIVA:

2 – PROPOSTA DO CURSO

A proposta é adequadamente concebida, apresentando caracterização e objetivos, áreas de concentração, linhas de atuação científico/tecnológicas e estrutura curricular bem definidos e articulados? SIM NÃO

JUSTIFICATIVA:

3 – DIMENSÃO E REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE:

3.1 O número de docentes com tempo integral na instituição e no Programa é suficiente para caracterizar e suportar as atividades propostas, consideradas as áreas de concentração previstas?

3.2. O número total de docentes é suficiente para dar sustentação às atividades de ensino, orientação e treinamento do curso e ao número de alunos previstos? SIM NÃO

JUSTIFICATIVA:

4 – PRODUTIVIDADE DOCENTE E CONSOLIDAÇÃO DA CAPACIDADE DE PESQUISA

O programa conta, especialmente no que se refere ao seu Núcleo de Docentes Permanentes, com grupo de pesquisadores com experiência e capacidade na respectiva área do Programa, demonstrada por produção científico/tecnológica qualificada e regular nos últimos três anos, e com nível de integração que permitam o adequado desenvolvimento dos projetos de pesquisa e das atividades de ensino e orientação previstos. SIM NÃO

JUSTIFICATIVA:

5 – PRODUTIVIDADE DISCENTE (Item exclusivo para programas que ofereçam curso já aprovado pela CAPES e que tenham alunos titulados.)

Há indicadores de produtividade discente? SIM NÃO

JUSTIFICATIVA:

6 – PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO SOBRE O MÉRITO DA PROPOSTA

APROVAR – NOTA RECOMENDADA: _____ (*Justificar, se superior a 4*)

NÃO APROVAR

No caso de recomendação de nota superior a 4, destacar os principais dados e argumentos que fundamentam a atribuição de tal nota.

JUSTIFICATIVA:

Data:

Nome do Consultor	Assinatura
Nome do Consultor	Assinatura
Nome do Consultor	Assinatura

7 – DECISÃO DO CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

APROVAR COM NOTA: _____

NÃO APROVAR

Programa de Absorção Temporária de Doutores - ProDoc

Anexo à ata da 30ª reunião do Conselho Superior, realizada em 22/08/2002

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) convida as Instituições de Ensino Superior (IES) a apresentarem propostas no âmbito do Programa Nacional de Absorção Temporária de Doutores (ProDoc), em sua versão para o ano 2002, de acordo com as instruções deste documento.

1. Justificativa

A pós-graduação brasileira associada aos programas de bolsa no exterior forma hoje mais de seis mil doutores por ano. Cerca de 60% desses doutores não possuem ainda vínculo empregatício e encontram dificuldades de assimilação no mercado de trabalho, quer seja ele acadêmico ou não. Essas dificuldades têm natureza diversa como número insuficiente de vagas nas Instituições de Ensino Superior e ausência de postos de trabalho compatível no mercado não acadêmico.

Associa-se a esse fato a debilidade dos programas de absorção temporária desses doutores nos cursos de pós-graduação das IES. O programa aqui proposto permitirá o acompanhamento e avaliação do desempenho de jovens doutores, enquanto docentes e pesquisadores, tendo em vista eventuais contratações em caráter permanente.

Assim, a CAPES propõe o ProDoc para permitir a absorção temporária de jovens doutores em atividades de formação e de pesquisa em programas de pós-graduação, tendo em vista sua integração permanente no sistema nacional de pós-graduação.

2. Objetivo

O ProDoc visa à absorção temporária de jovens doutores formados no país e no exterior em programas de pós-graduação, para exercerem atividades de docência e pesquisa, tendo em vista sua integração permanente no sistema nacional de pós-graduação.

3. Caracterização do Programa e Recursos

De modo que permitisse uma melhor avaliação das propostas e dos resultados alcançados pelo ProDoc, a Capes estabeleceu um cronograma para o atendimento das grandes áreas do conhecimento, como segue abaixo:

Anos pares

- Ciências Biológicas
- Ciências Exatas e da Terra
- Engenharias
- Ciências Agrárias

Anos ímpares

- Ciências da Saúde
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Letras, Lingüística e Artes
- Multidisciplinar

O programa oferecerá anualmente 125 bolsas de absorção, com duração de quatro anos. A bolsa inclui recursos para custeio das atividades previstas no projeto.

4. Características da Proposta

Entende-se por proposta o conjunto de projetos dos programas de pós-graduação de uma IES. A IES, por intermédio da Pró-reitoria de Pós-graduação ou órgão equivalente, deverá:

- encaminhar os projetos formulados por seus programas de pós-graduação; e
- justificar a pertinência da proposta em termos de um maior e melhor aproveitamento das potencialidades, capacitações e recursos de infra-estrutura.

5. Características do Projeto

Cada programa de pós-graduação, com nota igual ou superior a três, poderá apresentar um único projeto solicitando até duas quotas de bolsistas.

O projeto deverá, obrigatoriamente, ser encaminhado no Formulário de Apresentação de Projeto ProDoc com as seguintes características:

- plano de trabalho a ser desenvolvido pelo bolsista caracterizando atividades didáticas, de orientação e co-orientação e de pesquisa;
- duração máxima de quatro anos, dividida em duas etapas de dois anos, para que seja possível efetuar uma avaliação intermediária a respeito do andamento e da continuidade do projeto;

- metas quanto à: consolidação de área de concentração existente ou criação de área(s) de concentração ou linha(s) de pesquisa em programa existente; formação de recursos humanos; produção intelectual;
- se for o caso, fontes de financiamentos de projeto de pesquisa no qual serão desenvolvidas as atividades do bolsista;
- critérios e procedimentos de seleção dos candidatos à bolsa; e
- compromisso da coordenação do programa de pós-graduação em apoiar e supervisionar o projeto.

O candidato à bolsa ProDoc selecionado pelo programa de pós-graduação interessado deve atender os seguintes requisitos:

- ter até 40 anos de idade, quando da apresentação da proposta;
- ser brasileiro ou possuir visto de permanência no país;
- ter condições de atuar imediatamente no projeto;
- ter obtido o título de doutor, preferencialmente, em IES distinta da que encaminha a proposta; e
- estar apto a ser credenciado pela comissão de pós-graduação do programa como orientador e docente.

6. Itens Financiáveis

- bolsa, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, pagos diretamente ao candidato selecionado, destinada a sua manutenção com duração máxima de quatro anos; e
- recursos de custeio, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) anuais, repassados ao Programa de Pós-Graduação, destinados ao pagamento exclusivo de despesas de atividades previstas no projeto a ser desenvolvido.

7. Processo de Análise, Julgamento e Implementação

Após o encaminhamento da proposta, a análise e julgamento dos projetos obedecem as etapas descritas a seguir:

7.1. Análise Técnica

A área técnica da CAPES procederá a análise da documentação apresentada com vistas ao seu enquadramento. Propostas com documentação incompleta e/ou encaminhadas fora do prazo previsto no calendário, não serão enviadas para análise de mérito.

7.2. Análise de Mérito

De modo que garanta condições equilibradas para julgamento do mérito dos projetos os mesmos serão divididos em dois grupos que serão julgados separadamente. Um grupo reunirá os projetos de programas de pós-graduação com notas três e quatro e outro com notas cinco, seis e sete. A análise de mérito será conduzida pela CAPES assessorada pela Comissão ProDoc. A Comissão será constituída a partir de indicações do Conselho Superior e dos representantes de área e avaliará o mérito do projeto considerando:

- relevância da proposta em nível institucional, regional e nacional;

- existência de infra-estrutura para desenvolvimento do(s) projeto(s);
- relevância e exeqüibilidade do(s) projeto(s);
- adequação das metas de formação de recursos humanos a serem desenvolvidas no(s) projeto(s);
- adequação das metas de produção intelectual prevista(s) no(s) projeto(s); e
- adequação dos critérios e procedimentos de seleção dos candidatos à bolsa.

7.3. Divulgação dos Resultados

A data prevista para divulgação dos resultados na página da CAPES é 10 de outubro de 2002. As Pró-Reitorias receberão da CAPES comunicado formal sobre os resultados a partir desta data.

7.4. Implementação

As IES com propostas aprovadas deverão encaminhar a relação de candidatos selecionados, devidamente classificados e com os currículos disponíveis no Sistema Lattes lattes.cnpq.br, para homologação pela CAPES até 21 outubro de 2002. A CAPES comunicará o resultado da homologação até 31 de outubro de 2002, com início da bolsa em 1 de novembro de 2002. Caso nenhuma candidatura venha a ser homologada, o projeto não será financiado pela CAPES.

7.5. Calendário

Apresentação de proposta: até 20 de setembro de 2002

Divulgação dos resultados: até 10 de outubro de 2002

Relação de candidatos selecionados: até 21 de outubro de 2002

Homologação de candidaturas: até 31 de outubro de 2002

Início do projeto: a partir de 1 de novembro de 2002

8. Acompanhamento dos Projetos

O acompanhamento do(s) projeto(s) se dará por intermédio da análise de relatório bianual de atividades, com a descrição das principais ações desenvolvidas e em andamento no período, estágio de consecução das metas estabelecidas, e relatório de produtividade e atuação do bolsista.

A renovação do projeto fica condicionada à aprovação do relatório bianual pela CAPES.

A responsabilidade pela elaboração dos relatórios é da coordenação do programa de pós-graduação.

9. Instruções para Apresentação de Proposta

9.1. Data de Apresentação

A data limite de envio de propostas é 20 de setembro de 2002. Não será aceita documentação relativa a propostas incompletas após essa data.

9.2. Condições para Apresentação de Proposta

- cumprir o prazo de inscrição estabelecido neste item;
- ser apresentada pela IES;
- ser instruída com a documentação exigida, como estabelecido pelo item 9.3.;
- apresentação exclusivamente por meio eletrônico; e
- incluir o(s) projeto(s) do(s) programa(s) de pós-graduação, elaborado(s) em formulário próprio.

As propostas que não atenderem ao conjunto de exigências estipuladas serão automaticamente excluídas do processo de análise.

9.3. Documentação Exigida

Para garantir o envio de toda a documentação exigida sugerimos utilizar o quadro de conferência em apêndice.

- ofício de encaminhamento da Pró-Reitoria de Pós-graduação destacando a relevância da proposta em nível institucional, regional e nacional e relacionando os projetos apresentados; e
- um Formulário de Apresentação de Projeto ProDoc 2002, devidamente preenchido, por projeto, disponível no endereço www.capes.gov.br Bolsas e Fomento > Qualificação Institucional > Programa de Absorção Temporária de Doutores.

9.4. Endereço para Envio da Proposta e Informações

Endereço para envio da proposta:

Ministério da Educação - MEC

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CDI

Programa de Absorção Temporária de Doutores - ProDoc

Caixa Postal 365

70359-970-Brasília-DF

Maiores informações:

Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CDI

Fone : (0xx61) 410-8878

Fax : (0xx61) 321-3072

E-mail: prodoc@capes.gov.br

Apêndice

Relação de Documentos Obrigatórios para Inscrição de Projeto ProDoc 2002

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO DE PROJETO ProDoc 2002		
Descrição detalhada dos documentos obrigatórios	Nº Vias	Conferência pelo Pró-reitor
Ofício de encaminhamento da Pró-Reitoria	1	[]
Formulário de Apresentação de Projeto(s)	1	[]

Portaria nº 2530, de 4 de setembro de 2002

O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer CNE/CES nº 153/2002, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta dos Processos nº 23001.000346/2001-92, 23001.000009/2002-86 e 23001.000042/2002-14, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado, que obtiveram conceitos de “3 a 7”, com prazo de validade determinado pelo processo de avaliação realizado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação .

Paulo Renato Souza

Avaliação 2001 – Documentos de Área

Grande Área de Ciências da Saúde

Perfil de Excelência

I - Proposta do Programa

Um programa de alta qualificação deve evidenciar, claramente, coerência e consistência entre a área básica, as áreas de concentração e as linhas de pesquisa; guardar uma proporção adequada entre a quantidade e a abrangência das áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa; evidenciar compatibilidade, coerência e equilíbrio entre os componentes fundamentais do programa - p NRD, a estrutura acadêmica e a infra-estrutura física - para viabilizar uma proposta de alta qualidade; apresentar uma base epistemológica clara e objetivamente explicitada; e demonstrar similaridade com programas de excelente qualidade no exterior, no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e produção científica. As notas seis e sete são exclusivas para os programas que oferecem doutorado com nível de excelência.

II - Corpo Docente

O corpo docente deve ser constituído, em sua totalidade, por doutores, sendo mais de 80% deles do NRD6/7, com envolvimento em atividades de ensino, pesquisa e orientação, desempenhando papel de liderança e representatividade científica na sua área de conhecimento. Devem, ainda, participar na graduação, em atividades de planejamento acadêmico, ensino e iniciação em pesquisa. Este envolvimento deve ser regular, com uma distribuição equilibrada das atividades entre todos os docentes. A formação e a vida acadêmica (currículo) dos docentes que compõem o NRD devem atender à especificidade e abrangência das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas do programa. O corpo docente deve ser de reconhecida projeção nacional e internacional, exemplificada pelo desempenho diferenciado no que diz respeito à produção científica; pela sua participação em comitês de congressos e associações científicas

nacionais e internacionais. É desejável que parte do corpo docente esteja envolvido em programas de pós-doutorado e participe como convidado em eventos científicos nacionais e internacionais (como cursos, conferências, palestras e bancas examinadoras).

III - Atividades de Pesquisa

As linhas e projetos de pesquisa devem estar estreitamente vinculados às áreas de concentração e evidenciar, em termos de abrangência e quantidade, uma relação adequada com a dimensão e qualificação do NRD6/7. Os projetos de pesquisa devem envolver participação efetiva e regular do corpo discente (Graduação e Pós Graduação). Deve haver intercâmbio científico com outros centros de excelência do exterior, demonstrado pelo desenvolvimento de projetos em parcerias e da captação de recursos financeiros nacionais e internacionais. As atividades de pesquisa devem resultar em publicações em conjunto dos grupos parceiros. A presença de projetos isolados deve estar condicionada a uma efetiva contribuição ao programa ou a potencial para criação de novas linhas de pesquisa.

IV - Atividades de Formação

A estrutura curricular deve ser constituída de disciplinas claramente vinculadas às áreas de concentração e apresentar uma perspectiva pedagógica clara e coerente. Deve, ainda, proporcionar uma sólida formação acadêmica científica, ser constantemente atualizada e aperfeiçoada para refletir os avanços da área de conhecimento. Esta oferta deve ser coerente com a dimensão do NRD e ser distribuída de forma harmônica entre todos estes docentes. Os programas devem compatibilizar a estrutura curricular e a oferta de disciplinas de formação acadêmica com as linhas de pesquisa e a proposta do programa. Deverá fornecer a base de conhecimento que o corpo discente necessita para acompanhar os vários passos de sua pesquisa, sua formação de pesquisador e professor de nível superior. O oferecimento de disciplinas deve ocorrer em número e regularidade suficiente para assegurar o cumprimento dos planos de estudo dentro dos prazos preconizados pela CAPES.

V - Corpo Discente

O corpo discente deve ter dimensão compatível com o tamanho e qualificação do NRD, sendo a média máxima, discente por docente, de cinco discentes por orientador. O número médio de titulados por ingressantes/ano deverá ser igual ou superior a 60%. Os discentes devem apresentar trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais e publicar em periódicos indexados (QUALIS A e/ou B) em parceria ou não com o orientador e/ ou docentes do programa, em um percentual de 30%. É desejável que o programa apresente regularmente alunos em Doutorado Sanduíche no exterior, bem como alunos estrangeiros matriculados no seu programa. É também desejável que seus docentes e alunos sejam outorgados com prêmios acadêmicos nacionais e internacionais.

VI - Teses e Dissertações

A produção de teses e dissertações deve evidenciar clara vinculação com as linhas de pesquisa e áreas de concentração do programa. O tempo para titulação deve ser adequado às normas da CAPES e ser igual ou menor a 24 e 48 meses para o mestrado e para o doutorado, respectivamente. As teses e dissertações deverão ser submetidas a uma banca examinadora composta por membros com titulação mínima de doutor e pelo menos 1/3 e 2/5 deles externos a

IES para mestrado e doutorado, respectivamente. Os resultados das teses e dissertações devem ser publicados em veículos nacionais ou internacionais, **QUALIS A ou B**.

VII - Produção Intelectual

A produção intelectual deve apresentar regularidade e coerência com a proposta do Programa, com as linhas de pesquisa e áreas de concentração. Deve refletir o envolvimento regular de discentes e docentes em projetos de pesquisa. As publicações consideradas adequadas são: artigos completos em periódicos indexados em bancos de dados internacionais, livros e patentes vinculados às teses e dissertações, linhas e projetos de pesquisa. Assim, para notas seis e sete, quanto à produção intelectual, temos:

Programa Nota Seis

80% dos docentes NRD6/7 devem ter publicado, no mínimo, três trabalhos em **QUALIS Internacional A e/ou B** no triênio, e destes, no mínimo um deverá ser em **QUALIS A Internacional**.

Programa Nota Sete

80% dos docentes do NRD6/7 devem ter publicado quatro ou mais trabalhos em **QUALIS Internacional A e B** no triênio, sendo que, no mínimo, três o sejam em **QUALIS A Internacional**

Quanto à produção científica, foi considerada apenas a produção de autores de docentes NRD 6 do programa. Os artigos publicados foram classificados de acordo com o sistema Qualis da Capes. Periódicos internacionais com índice de impacto maior que um foram classificados como A, é a mediana da grande área, e periódicos com índice de impacto abaixo de um, como Qualis B.

Os avaliadores identificaram os docentes do programa com atuação NRD6 em cada ano (1998, 1999 e 2000), já que em diversos programas os docentes NRD6 variam de ano a ano.

Em seguida, foram observados dois critérios concomitantes:

1. A média de trabalhos Qualis A/B internacionais publicados a cada ano e a média global no triênio. Um programa com conceito cinco deveria atingir a média de um artigo/docente/ano em periódicos internacionais Qualis A/B.
2. A homogeneidade da produção científica pelos docentes do programa e a relação das publicações com a proposta do programa foram levadas em conta. Programas com toda a produção centralizada em apenas 50% dos docentes foram penalizados, assim como programas com trabalhos em que era pequena a participação de discentes.

Conceito Três

Um programa com conceito três deveria atingir uma média de uma publicação completa/docente/ano, considerando-se periódicos internacionais e nacionais Qualis A/B e capítulos de livros internacionais.

Conceito Quatro

Um programa com conceito quatro deveria atingir uma média de uma publicação completa/docente/ano, considerando-se periódicos internacionais e nacionais Qualis A/A e capítulos de livros internacionais e uma média de pelo menos 0,7 publicação completa internacional Qualis A/B/docente/ano.

Produção Bibliográfica por NRD6

Programa de _____

Internacional	1998		1999		2000		Média	
	N ² de NRD6=		N ² de NRD6=		N ² de NRD6=			
	N	média	N	média	N	média		
A								
B								
C								
Nacional	N	Média	N	Média	N	média		
A								
B								
C								
Livros	N	Média	N	Média	N	média		
Internacional								
Nacional								
Capítulo	N	Média	N	Média	N	média		
Internacional								
Nacional								

Quesitos, Indicadores e Critérios para Avaliação Trienal Grande Área de Ciências da Saúde

I- PROPOSTA DO PROGRAMA	
Itens	Critérios
1-COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA DA PROPOSTA DO PROGRAMA (PP)	
Base epistemológica; Denominação do programa.	Verificar se mantém: coerência com a área básica explicitada de forma clara e objetiva; se é coerente com a tradição acadêmica e/ou profissional da área básica de conhecimento.
2- ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO (AC)	
Área de concentração (AC) em relação à Proposta do Programa (PP)	Verificar se apresentam: profundidade; abrangência e equilíbrio
3- ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS LINHAS DE PESQUISA	
Linhos de Pesquisa (LP) em relação às AC	Verificar se apresentam: profundidade; abrangência e equilíbrio. Coerência com a tradição acadêmica e/ou profissional da área básica de conhecimento.
4 - PROPORÇÃO DE DOCENTES,PESQUISADORES,DISCENTES-AUTORES E OUTROS PARTICIPANTES	

Recursos humanos; Número e qualificação de docentes e pesquisadores.	Analisar se a proporção dos recursos humanos envolvidos no programa é adequada para: a condução das atividades das ÁC/ LP; o atendimento da carga horária exigida
5- INFRA- ESTRUTURA	
Laboratórios Bibliotecas Recursos de Informática Apoio financeiro de órgãos de fomento	Laboratórios com condições para a realização das dissertações e teses; Bibliotecas permitem acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos; Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes; Apoio técnico-financeiro de FAP e Instituição para a condução de projetos de pesquisa (PP). Demonstrar a existência de recursos próprios para a realização de suas atividades e capacidade de captação de recursos para o desenvolvimento para suas atividades de pesquisa.
6- EVOLUÇÃO. ATENDIMENTO DE SUGESTÕES ANTERIORES	
Análise comparativa das fichas de avaliação continuada.	

II- CORPO DOCENTE	
Itens	Critérios
1-COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO CORPO DOCENTE; VÍNCULO INSTITUCIONAL E DEDICAÇÃO	
Titulação do corpo docente total. Atuação do corpo docente total em atividades de ensino, pesquisa e orientação: Distribuição da atuação equilibrada entre todos os docentes; Atuação de docentes externos para complementação das atividades de pesquisa, de docência e de orientação.	MB= 100% de Doutores; D # 100% MB = 80 – 100% B = 70 – 79%; R = 60 – 69%; F = 50 – 59%; D = < 50%.
2-DIMENSÃO DO NRD6/7 RELATIVAMENTE AO CORPO DOCENTE. ATUAÇÃO DO NRD6/7	
Proporção de NRD6/7 em relação ao total do corpo docente.	MB = 80 – 100% de NRD6; B = 70 – 79% de NRD6; R = 60 – 69% de NRD6; F = 50 – 59% de NRD6; D= < 50% de NRD6.
Proporção de NRD6/7 com atuação em docência, orientação, publicação e pesquisa.	MB = 90% ou + do NRD6/7 B = 75 – 89% do NRD6/7; R = 60 – 74% do NRD6/7; F = 50 – 59% do NRD6/7; D = < 50% do NRD6/7.
Distribuição da atuação equilibrada entre os NRD6/7.	Análise qualitativa.
3-ABRANGÊNCIA, ESPECIALIZAÇÃO DO NRD6/7 RELATIVAMENTE ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA	

<p>Especialização e abrangência da formação do NRD6/7 em relação às ÁC, com ênfase nas LP, levando-se em conta também as disciplinas.</p>	<p>MB = 90 – 100% de NRD6 compatíveis B = 85 – 89%; R = 80 – 84%; F = 75 – 79%; D = < 75%</p>
<p>NRD6/7 com reconhecida projeção acadêmica.</p>	<p>Análise qualitativa quanto à participação em ou como: conselho editorial de periódicos; consultor <i>ad hoc</i> de Instituições oficiais de fomento à pesquisa; convidado para ministrar conferencia/palestra/cursos em eventos acadêmicos de impacto nacional/internacional.</p>
<p>4-INTERCÂMBIO OU RENOVAÇÃO DO CORPO DOCENTE. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES</p>	
<p>Participação de docentes externos em atividades do curso: docência, orientação, projetos de pesquisa etc.</p>	<p>Análise qualitativa: verificar se a participação de outros docentes caracteriza enriquecimento ou dependência.</p>
<p>Docentes do programa em treinamento, intercâmbio com pesquisadores ou docentes de outras IES.</p>	<p>Análise qualitativa. Recomendado.</p>

III- ATIVIDADES DE PESQUISA	
Itens	Critérios
<p>1-ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS E LINHAS DE PESQUISA EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO</p>	
<p>Relação entre Projetos de pesquisa (PPq), Linhas de Pesquisa (LP) e Áreas de Concentração (AC).</p>	<p>As LP devem ter PPq em andamento e concluídos ; As LP devem apresentar clara delimitação e coerência com a proposta do programa e ÁC;</p>
<p>2- VÍNCULO ENTRE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA</p>	
	<p>MB = 90% ou + de projetos vinculados; B = 80 – 89%; R = 70 – 79%; F = 60 – 69%; D = < 60%.</p>
<p>3-ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA EM ANDAMENTO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DO NRD6/7</p>	
<p>Envolvimento de NRD6/7 por LP e PPq.</p>	<p>Análise qualitativa: Pelo menos 80% dos PPq devem estar sob a responsabilidade de NRD6/7; As LP devem apresentar vinculação de, pelo menos, 2 PPq Todos os docentes NRD6/7 devem apresentar vinculação com projetos de pesquisa</p>
<p>4- PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NOS PROJETOS DE PESQUISA</p>	

Participação regular dos discentes nos projetos de pesquisa	MB= 80 a 100% dos PP com participação discente B = de 75 – 79%; R = de 70 – 74%; F = de 65 – 69%; D = < 65%.
5- FINANCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE FOMENTO; OUTRAS FONTES	
Existência de projetos financiados por agencias de fomento e através de apoios por programas de outras fontes.	Análise qualitativa, verificando a existência de captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.
6- DESENVOLVIMENTO DE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA COLABORATIVOS E INTERINSTITUCIONAIS	
Existência de intercâmbio interinstitucional em atividades de pesquisa e docência	Análise qualitativa, verificando o grau de intercâmbio interinstitucional. Este deverá ser avaliado através das atividades de pesquisa e docência, traduzidas por programas de cooperação e publicação com grupos parceiros.

IV- ATIVIDADES DE FORMAÇÃO	
Itens	Critérios
1- ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DA ESTRUTURA CURRICULAR RELATIVAMENTE À PROPOSTA DO PROGRAMA E AS SUAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO. ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM RELAÇÃO ÀS LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	
Vinculação das disciplinas às AC e LP.	Análise qualitativa: Compatibilidade e equilíbrio das disciplinas à(s) Área(s) de Concentração e Linhas de Pesquisa.
Profundidade e atualidade.	Análise qualitativa: Profundidade compatível com “ <i>Stricto-sensu</i> ”; Deve refletir os avanços na área.
Abrangência da formação acadêmico-científica	Análise qualitativa: Deve incluir disciplinas e/ou atividades de formação científica e didático-pedagógica.
Oferta compatível com os prazos de titulação	MB = de 80 - 100% das disciplinas oferecidas no triênio; B = de 65 – 79%; R = de 50 – 64%; F = de 35 – 49%; D = < 35%.
2-DISTRIBUIÇÃO DA CARGA LETIVA E CARGA HORÁRIA MÉDIA COMPATÍVEL COM A DIMENSÃO DO NRD6/7. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES.	
Análise quantitativa: Cada NRD6/7 deverá ter oferecido disciplinas pelo menos 2 vezes no triênio.	
3-QUANTIDADE DE ORIENTADORES DO NRD6/7 RELATIVAMENTE À DIMENSÃO DO CORPO DOCENTE. DISTRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO ENTRE OS DOCENTES E NÚMERO MÉDIO DE ORIENTADOS POR DOCENTE.	

Proporção de NRD6/7 com atividade de orientação. Distribuição da orientação entre os docentes.	MB = 80 – 100% de orientadores NRD6/7; B = 70 – 79%; R = 60 – 69%; F = 50 – 59%; D = < 50%.
Distribuição da orientação entre o total de docentes.	Análise qualitativa: verificar a existência de concentração de orientandos/docentes.
Número médio de orientandos por docentes.	MB = até 5 orientandos B = até 6 orientandos R = até 7 orientandos F = até 8 orientandos D = > 8 orientandos
4- ATIVIDADES LETIVAS E DE ORIENTAÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Participação dos NRD6/7 em disciplinas da graduação	MB = de 80 – 100% B = 70 – 79%; R = 60 – 69%; F = 50 – 59%; D = < 50%.

V- CORPO DISCENTE	
Itens	Critérios
1-DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6/7	
Média máxima de alunos por orientadores NRD6/7	MB = até 5 alunos B = 5- 6 alunos; R = 6-7 alunos; F = 7-8 alunos; D = > 8 alunos.
2- NÚMERO DE ORIENTANDOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE	
	MB = 90 – 100% de orientandos em relação ao corpo discente; B = 85 – 89%; R = 80 – 84%; F = 75 – 79%; D = < 75%.
3-NÚMERO DE TITULADOS E PROPORÇÃO DE DESISTÊNCIA E ABANDONO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE	
Porcentagem de alunos titulados em relação à dimensão do corpo discente considerando os prazos de titulação para Mestrado e/ou Doutorado	MB = titulação de 60% do alunado B = titulação entre 50-59% do alunado R = titulação entre 40-49% do alunado F = titulação entre 30- 39% do alunado D = titulação entre < 30% do alunado
4-NÚMERO DE DISCENTES- AUTORES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE	
Publicações de artigos, resumos e apresentações de trabalhos de pesquisa em eventos científicos	MB = de 80 – 100% de alunos-autores B = de 65 – 79% R = de 50 – 64% F = de 35 – 49% D = < 35%

5- ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO

Indicação de integração contemplando outras atividades que não as obrigatórias previstas para os bolsistas CAPES	Análise qualitativa. Bolsas de Iniciação Científica, participação de alunos de graduação em publicações e apresentações em eventos científicos,
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

VI- TESES E DISSERTAÇÕES

Itens	Critérios	
1- VÍNCULO DAS TESES E DISSERTAÇÕES COM ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E COM LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA. ADEQUAÇÃO AO NÍVEL DOS CURSOS		
Vínculo com a Linha e Projeto de Pesquisa		MB \geq 90% de compatibilidade B \geq 80 – 89% R \geq 70 – 79% F \geq 60 – 69% D < 60%
2-TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO DE BOLSISTAS ; TEMPO MÉDIO DE BOLSA. RELAÇÃO ENTRE OS TEMPOS MÉDIOS DE TITULAÇÃO DE BOLSISTA E NÃO BOLSISTA		
Relação entre conceito e Tempo de titulação em meses	MESTRADO MB = até 24 meses B = de 25 a 30 meses R = de 31 a 36 meses F = de 37 a 42 meses D = acima de 42 meses	DOUTORADO MB = até 48 meses B = de 49 a 54 meses R = de 55 a 60 meses F = de 61 a 66 meses D = + de 66 meses
3- NÚMERO DE TITULADOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6/7. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES		
	MB = 80 – 100% de NRD6/7 com alunos titulados B = 75 – 79% R = 70 – 74% F = 65 – 69% D = < 65%	
4- QUALIFICAÇÃO DAS BANCAS EXAMINADORAS . PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS EXTERNOS		
Qualificação da Banca Examinadora	MB = 100 % Doutores; R = 99%; I = 98%.	
% de participantes externos em Bancas Examinadoras	MB \geq 33% de membros externos; B entre 30 – 32%; R entre 27 – 29%; F = 24 – 26%; D \leq de 24%.	

VII- PRODUÇÃO INTELECTUAL

Itens	Critérios	
1-ADEQUAÇÃO DOS TIPOS PRODUÇÃO À PROPOSTA DO PROGRAMA E VÍNCULO COM AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA OU TESES E DISSERTAÇÕES		
Vinculação da produção às Linhas de pesquisa, projetos, teses e dissertações		MB = 80 – 100% B = 70 – 79%; R = 60 – 69%; F = 50 – 59%; D = < 50%.
2- ADEQUAÇÃO DOS VEÍCULOS OU MEIOS DE DIVULGAÇÃO		

Trabalhos completos (artigos, livros, capítulos e anais) em veículos de qualidade A e/ou B	MB = 80 – 100% B = 70 – 79%; R = 60 – 69%; F = 50 – 59%; D = < 50%.
3-QUANTIDADE E REGULARIDADE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO E DO NRD6/7; DISTRIBUIÇÃO DA AUTORIA ENTRE OS DOCENTES	
Quantidade e regularidade de publicação anual de artigos completos em periódicos Qualis A/B, livros e capítulos de livro com ISBN	MB ≥ 1.5 B = 1.3 – 1.4 R = 1.0 – 1.2 F = 0.7 – 0.9 D < 0.7
Distribuição da publicação de artigos completos em periódicos Qualis A/B, livros, capítulos de livro com ISBN, entre os docentes NRD6/7	MB = 80 – 100% B = 70 – 79% R = 60 – 69% F = 50 – 59% D < 50%
4- AUTORIA E CO-AUTORIA DE DISCENTES	
Relação entre porcentagem de discentes autores e publicações	MB entre 80 – 100% de discentes-autores B entre 70 – 79% R entre 60 – 69% F entre 50 – 59% D < 50%

Educação Física

*Fisioterapia
Fonoaudiologia
Terapia Ocupacional*

Antecedentes

A atribuição de conceitos relativa ao triênio 1998-2000 encerra o primeiro ciclo dessa nova sistemática de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* adotada pela CAPES, a partir de 1998. Era entendimento da CAPES que o modelo até então vigente estava esgotado e não se adequava mais ao atual estágio de desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira. Além disso, a CAPES considerou que um dos fatores que possibilitou o amadurecimento do sistema de Pós-Graduação no país foi o sistema de avaliação pelos pares, que introduziu padrões de qualidade a serem alcançados pelos programas. Dentre as principais características dessa nova sistemática, destacam-se:

- A avaliação passou a ser realizada considerando-se o conjunto das atividades e produções desenvolvidas com a atribuição de um conceito único aos cursos de mestrado e doutorado, e não mais separadamente;
- A ampliação da escala de conceitos de cinco (A,B,C,D,E) para sete níveis (um a sete), sendo os conceitos seis e sete atribuídos somente aos programas com curso de doutorado e que apresentem excelente qualidade e inserção internacional;

- c) A mudança de periodicidade da avaliação de conceito, de bienal para trienal;
- d) A introdução da Avaliação Continuada, com periodicidade anual, visando monitorar as atividades dos programas;
- e) A informatização de todas as etapas da avaliação, desde a coleta de dados junto aos programas até a atribuição e divulgação dos resultados, passando pela consolidação e síntese de indicadores que subsidiavam os trabalhos das comissões de avaliação, tanto da trienal como das continuadas;
- f) A introdução do sistema Qualis de classificação de periódicos, que serve de base para a avaliação qualitativa dos veículos de publicação constantes da produção intelectual dos programas.

A mudança na “filosofia” da avaliação foi também acompanhada de uma nova sistemática de operacionalização, com a proposição de quesitos e itens de avaliação comuns a serem seguidos por todas as áreas. No entanto, com o propósito de resguardar a especificidade de cada área, coube a cada uma das comissões de avaliação estabelecer itens adicionais e definir a ponderação de cada um dos quesitos e itens.

As duas Avaliações Continuadas realizadas no triênio permitiram as comissões maior familiaridade com a sistemática e o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação. Possibilitaram ainda um melhor conhecimento de cada um dos programas recomendados, os quais receberam, como contrapartida, orientações quanto às suas principais virtudes e deficiências.

Trabalhos Preparatórios

As experiências acumuladas na Avaliação 1996-1997 e nas Avaliações Continuadas de 1998 e 1999 foram extremamente importantes para o aperfeiçoamento do sistema. A indicação dos membros que constituíram a comissão de avaliação foi norteada pelos seguintes critérios:

- a) Dentre os quatro membros que integraram a comissão de avaliação da Educação Física do biênio 1996-1997, dois foram mantidos (Antonio Carlos Stringhini Guimarães e Eduardo Kokubun). Esse critério teve como objetivo preservar a memória da avaliação e foi acordado numa reunião com os coordenadores dos programas realizada em 1998;
- b) Os demais membros da comissão de avaliação foram escolhidos entre aqueles consultores que participaram da Avaliação Continuada de 1998 e 1999. A indicação definitiva dos membros foi realizada após consulta a todos os programas da área recomendados pela CAPES e depois aprovada pela Diretoria de Avaliação da CAPES.

A avaliação propriamente dita foi precedida de uma série de reuniões entre o representante da área com outros da Grande Área de Saúde e também com os membros da comissão de avaliação. Essas reuniões tiveram como objetivo:

- a) Estabelecer a ponderação e critérios de avaliação para cada um dos quesitos e itens;
- b) Elaborar a lista de periódicos específicos das áreas bem como os critérios para a sua classificação no sistema Qualis.

Essas reuniões definiram os seguinte critérios que nortearam a avaliação:

- 1) Critério geral para a Grande Área de Ciências da Saúde: Foi adotado um critério geral, válido para todos os quesitos e itens em todas as Áreas de Avaliação que compõem a Grande Área de Ciências da Saúde. Esse critério está em conformidade com a orientação da CAPES de diminuir a sua heterogeneidade entre as diferentes áreas de avaliação. No entanto, a especificidade de cada uma das áreas foi assegurada desde que os critérios gerais fossem respeitados;
- 2) Adoção de critérios pré-estabelecidos: A atribuição de conceitos para os diferentes itens foi realizada por intermédio da comparação dos diferentes indicadores com critérios pré-estabelecidos, e não com base em comparações entre os programas;
- 3) Avaliação quantitativa e qualitativa: Toda avaliação envolve tanto aspectos quantitativos como qualitativos. Desse modo, os critérios para a avaliação dos itens foram estabelecidos considerando-se tanto os indicadores quantitativos como os qualitativos;
- 4) Produção bibliográfica docente: A produção bibliográfica docente, sem diminuir a importância da qualidade de formação dos egressos do sistema de pós-graduação, foi considerada o componente de maior relevância para a avaliação. O docente é o principal agente de formação do aluno. O modelo de pós-graduação adotado no país, em particular o mestrado acadêmico e o doutorado, está alicerçado na vocação para a pesquisa apresentada pelo programa e pelo seu corpo docente. A produção bibliográfica, sobretudo aquela apresentada em veículos com elevado grau de impacto, é entendida como o indicador que melhor reflete a qualidade dos projetos desenvolvidos no programa.

5) Classificação de periódicos no sistema Qualis:

Periódicos de circulação internacional: A classificação de periódicos no sistema Qualis foi realizada com base no índice de impacto do JCR para os periódicos internacionais. Assim, foram classificados como “A” aqueles com índice de impacto igual ou superior a 0,6, como “B” aqueles com índice de impacto menor que 0,6 e como “C” aqueles sem indexação no JCR, mas presentes em outros indexadores internacionais;

Periódicos de circulação nacional: Para os periódicos nacionais, foram considerados “A” aqueles indexados em bases de dados referenciais internacionais reconhecidas pela CAPES, “B” aqueles indexados no LILACS ou editado por sociedade científica nacional representativa da área e os demais periódicos foram classificados como “C”.

- 6) Classificação de livros e capítulos de livros: Livros na íntegra e Capítulos em Livros com ISBN foram considerados equivalentes a periódicos nacionais A e B, respectivamente.
- 7) Escala dos conceitos finais:

Programas seis e sete: aqueles que apresentam nítido reconhecimento e inserção internacionais;

Programas cinco: aqueles que apresentam inserção e reconhecimento nacionais, com alguma repercussão internacional;

Programas quatro: aqueles que apresentam em seu conjunto (infra-estrutura, qualificação do corpo docente, atividade de pesquisa e produção intelectual), atividades sólidas e consolidadas. Esse é considerado o conceito mínimo para o funcionamento do curso de doutorado;

Programas três: aqueles que apresentam em seu conjunto (infra-estrutura, qualificação do corpo docente, atividade de pesquisa e produção intelectual) maturidade para conduzir pesquisas e divulgar seus resultados em veículos de qualidade. Esse é o conceito mínimo para o funcionamento do curso de mestrado.

8) Avaliação dos quesitos e conceito final

Conceito	Proposta	C. Doc.	At. Pesq.	At. Form.	C. Disc.	Tese/Dis.	Prod. Int.
7	AD	MB	MB	MB	MB	MB	EX
6	AD	MB	MB	MB	MB	MB	EX
5	AD	MB	MB	MB/B *	MB/B *	MB/B *	MB
4	AD	B	B	B/R **	B/R **	B/R **	B
3	AD	R	R	R/F ***	R/F ***	R/F ***	R
2	IN	R/F ****	R/F ****	F	F	F	R/F ****
1	IN	I	I	I		I	I

* Pelo menos um destes quesitos deverá ter conceito MB

** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito B

*** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito R

**** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito R

Ainda em relação aos quesitos para a inserção internacional dos programas de excelência (notas seis e sete) há os itens de presença obrigatória e os de presença desejável.

Em abril de 2001 foi realizada uma reunião entre os membros da comissão de avaliação e os coordenadores dos programas, com o intuito de esclarecer os critérios que haviam sido estabelecidos nas reuniões preparatórias e a dinâmica do processo avaliativo.

Avaliação Propriamente Dita

Neste ano, os trabalhos foram organizados em duas etapas. Na primeira etapa, realizada em abril de 2001, foram esclarecidos os critérios finais de avaliação e discutida a sistemática para a sua operacionalização. Os materiais dos programas em CD-ROM foram distribuídos para análise pelos membros da comissão, com vista aos trabalhos finais em maio de 2001.

Na segunda etapa, houve a tabulação dos dados dos programas no sistema “Avaliação de Programas”, nos primeiros três dias de trabalho. Nos dois últimos dias houve, com a participação de todos os membros, a leitura e discussão dos relatórios dos programas e a atribuição final dos conceitos. Foram avaliados os seguintes programas:

Área Básica: Educação Física (EF)

UCB/RJ	Ciência da Motricidade Humana	(M)
UDESC	Ciências do Movimento Humano	(M)
UFMG	Educação Física	(M)
UFRGS	Ciências do Movimento Humano	(M/D)
UFSC	Educação Física	(M)
UFSM	Ciência do Movimento Humano	(M/D)
UGF	Educação Física	(M/D)
UNESP/RC	Ciências da Motricidade	(M/D)
UNICAMP	Educação Física	M/D)
USP	Educação Física	(M/D)

Área Básica: Fisioterapia (FT)

APS	Ciências da Reabilitação	(MP)
UFSCAR	Fisioterapia	(M)

Área de Básica: Fonoaudiologia (FO)

PUC/SP	Fonoaudiologia	(M)
UFSM	Distúrbios da Comunicação Humana	(M)
UNIFESP	Distúrbios da Comunicação Humana (Fonoaudiologia)	(M/D)
UTP	Distúrbios da Comunicação	(M)

Serão apresentadas a seguir, as apreciações gerais dos quesitos da avaliação. As apreciações específicas de cada programa encontram-se nas respectivas fichas de avaliação.

1. Proposta do Programa

Em 2000 estavam ativas 22 áreas de concentração em EF, 2 em FT e 6 em FO, abrigando, respectivamente, 100, 13 e 19 linhas de pesquisa e 813, 63 e 127 projetos de pesquisa. Esse sistema envolveu, anualmente, a média de 248 docentes, 15 pesquisadores e 792 outros participantes.

Esse quesito apresentou, no geral, ligeira melhora em relação às avaliações anteriores. Ainda persistem alguns problemas de definição da identidade acadêmica dos programas, notadamente em EF, onde a articulação entre áreas de concentração e linhas de pesquisa nem sempre é clara.

Para os programas em fase de consolidação, nota-se uma tendência de apresentar áreas de concentração e linhas de pesquisa com denominações de delimitações genéricas. Se isso, de um lado, permite abrigar um maior contingente de docentes e projetos de pesquisa, do outro dificulta ao programa alcançar profundidade e especificidade requeridas no “stricto-sensu”. Para os programas que mantém curso de doutorado, contudo, o elevado grau de profundidade e de especificidade é condição necessária para o seu bom funcionamento.

Na presente avaliação, confirmou-se que a indefinição ou ambigüidades na Proposta do Programa tem reflexos diretos na estrutura do corpo docente e discente.

De um modo geral, a infra-estrutura dos programas encontra-se adequada. No entanto, foram encontrados programas com dependência às instituições conveniadas, nem sempre de natureza acadêmica, o que, se não inviabiliza o seu desenvolvimento, pode limitar severamente o seu crescimento.

2. Corpo Docente

Dentre os docentes, foram registrados 240 docentes que atuaram em algum momento como NRD6 no período, contra 118 no biênio 1996-1997. Além disso, verificou-se um aumento na proporção de NRD6, de 58 % em 1996-1997 para 83% em 1998-2000.

As duas Avaliações Continuadas realizadas em 1999 e 2000 já haviam detectado a consolidação do conceito de Núcleo de Referência Docente (NRD6) como aquela parcela do corpo docente com significativo envolvimento no desenvolvimento dos cursos. Os programas avaliados no período demonstraram clara evolução para fortalecer a atuação desses docentes no ensino, na pesquisa e nas publicações. O número de docentes NRD6 com atuação em dois ou mais programas reduziu-se drasticamente nesse período, o que possibilita, certamente, maior dedicação à IES e constância em sua atuação.

A dependência dos programas a docentes externos diminuiu nitidamente no período, o que aponta para uma maior autonomia dos mesmos. Isso, se por um lado é benéfico, por outro lado pode representar, especialmente para aqueles programas com autonomia e já consolidados, a escassez de intercâmbio com docentes e pesquisadores externos, particularmente de natureza acadêmico-científica, que possibilitariam um salto qualitativo nas suas atividades.

A dimensão do corpo docente diante do número de alunos permaneceu estável em relação ao biênio 1996-1997 (5,6, 2,5 e 5,9 alunos/NRD6 no triênio para a EF, FT e FO, respectivamente). Ao longo do triênio, observou-se uma tendência de aumento no número de alunos/NRD6 em EF (atingindo 6,0 alunos/NRD6 em 2000) e à redução em FO (5,3 alunos/NRD6 em 2000). No entanto, considerando-se o número máximo de cinco alunos/NRD6, essas médias em EF e FO indicam que os Programas estão funcionando no limite do recomendável. Isso é graças à existência de alguns programas que admitiram alunos em número superior àquele possível de ser suportado pelo seu corpo docente, principalmente por programas que estão envolvidos com o Mestrado Interinstitucional, alguns não autorizados pela CAPES.

O número de alunos admitidos por ano nos cursos está tendendo a um equilíbrio desejável nos programas que apresentaram número excessivo em avaliações anteriores. No entanto, alguns programas têm permitido a admissão de um número de alunos por orientadores recém-credienciados, muito maior do que o recomendado. Detectou-se um programa que permitiu o ingresso de seis alunos para um orientador recém-credienciado e recém-doutor, o que contrasta fortemente com outro programa que permite a orientação de apenas um aluno até a primeira titulação.

O número elevado de docentes, do mesmo modo que o aumento excessivo no número de alunos, é prejudicial ao programa, conforme pôde ser constatado em dois programas de Educação Física. O número elevado de docentes, sem a produtividade necessária para a atuação em “stricto-sensu”, pode se tornar uma importante barreira para o crescimento do programa ou até mesmo comprometer a qualidade apresentada pela pequena parcela de docentes muito bem qualificados. Além disso, programas com quadro docente muito elevado têm demonstrado pouca agilidade para efetuar as mudanças necessárias, o que é menos freqüente em programas menores.

A pós-graduação brasileira está almejando níveis internacionais de qualidade, conforme a CAPES tem acenado desde a avaliação de 1998. Nesse sentido, os programas devem considerar a possibilidade de incentivar seus docentes a realizar reciclagens e cooperações com pesquisadores e centros de reconhecida projeção internacional.

3. Atividades de Pesquisa

A tendência já detectada anteriormente de melhora na atividade de pesquisa foi confirmada na presente avaliação.

As informações encaminhadas pelos programas encontram-se mais completas e consistentes. Além disso, nota-se melhor adequação entre as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. No entanto, os programas devem considerar a possibilidade de implantar linhas de pesquisa de natureza mais temática do que delimitadas por subáreas de conhecimento.

A compreensão de que a atividade de pesquisa é o alicerce sobre o qual se assenta a atividade de pós-graduação tem sido seguidamente demonstrada pelos programas. Maior parcela de docentes, quando não a totalidade, tem participado de projetos de pesquisa juntamente com alunos tanto de pós-graduação quanto de graduação. Num sistema consolidado, espera-se que a totalidade de docentes e alunos de pós-graduação esteja ativamente engajada em projetos de pesquisa. A importância da participação de alunos de graduação em atividades de pesquisa foi apontada pela comissão de avaliação como um aspecto importante para a pós-graduação, na medida em que possibilita não apenas a identificação de potenciais candidatos como a sua efetiva preparação para o mestrado.

Todavia, alguns problemas relacionados com o número excessivo de projetos sob a responsabilidade de um só docente, assim como a existência de um número elevado de participantes num único projeto que não se justifica pelo seu conteúdo, ainda persistem.

4. Atividades de Formação

Os programas que ainda se encontram em fase de implantação apresentaram, em geral, estrutura curricular e programas de disciplinas de natureza mais genérica, com profundidade que pode ainda ser melhorada.

Os programas consolidados devem considerar a possibilidade de oferecer disciplinas com maior profundidade e alto grau de especificidade para temas relacionados com as linhas de pesquisa. Além disso, devem ser capazes de acompanhar a dinâmica de renovação do conhecimento, implantando sistemas que permitam maior agilidade no oferecimento de disciplinas.

O volume de oferecimento de disciplinas por parte dos programas atende, na maioria dos casos, os períodos dos ciclos de formação atualmente exigidos pela CAPES. Do mesmo modo, reduziram-se consideravelmente o número de programas com atuação docente heterogênea.

5. Corpo Discente

No triênio analisado foram admitidos 616, 77 e 239 alunos novos e titulados 515, 27 e 244 alunos, respectivamente, em EF, FT e FO. De um modo geral, o corpo discente dos programas está superdimensionado em EF e FO, porém é baixo o número de abandonos e desistências. Nota-se a preocupação dos programas em incentivar seus alunos a apresentarem e publicarem seus trabalhos, o que deve ainda ser incrementado.

6. Teses e Dissertações

No triênio foram defendidas 679 dissertações de mestrado (EF:438; FT:27; FO:215) e 106 teses de doutorado (EF:77; FO:29). Uma análise mais detalhada revela uma aceleração no número de mestres titulados, à razão de 69 novos mestres em cada ano do triênio (150 em 1998, 242 em 1999, 287 em 2000) enquanto o número de titulação de doutores permaneceu estável (32 em 1998, 38 em 1999 e 36 em 2000). A vinculação das teses e dissertações com as Propostas dos Programas está em geral adequada.

Uma consulta realizada pelo representante de área junto aos programas revelou uma grande discrepância nos critérios utilizados para a contagem do tempo de titulação dos alunos. Alguns programas permitem a matrícula de alunos especiais, cujos créditos podem ser utilizados para o crédito em disciplinas, sem que o tempo como aluno especial seja computado. Outros

programas não permitem a transferência de créditos, da condição de aluno especial para o de aluno regular, e há ainda aqueles que incluem o tempo como aluno especial no tempo de titulação. A presente sistemática de coleta de dados não permite detectar essas particularidades, para evitar eventuais injustiças na avaliação. Desse modo, esta comissão de avaliação optou por não considerar o tempo de titulação para a atribuição de conceito. Ainda que ciente das possíveis distorções, segue-se um breve comentário desse item que poderá ser útil para a análise da situação na área.

O tempo médio de titulação no mestrado continua relativamente alto (29,3 meses) em relação às expectativas da CAPES de 24 meses (EF:33,7; FT:25,9; FO:29,7). No doutorado, por outro lado, esse indicador encontra-se próximo aos 48 meses desejáveis (50,3 meses para a área, sendo 51,0 para a EF e 49,6 para a FO). Nota-se, no entanto, uma tendência à redução dos prazos ao longo do triênio. Essa tendência é mais significativa se considerarmos o tempo médio de titulação de mestres registrado no biênio 1996-1997 que foi de 41,9 meses. No entanto, não se pode descartar a possibilidade dessa evolução ter sido em razão da introdução de critérios diferenciados para a realização de matrícula dos alunos.

Os docentes NRD6 titularam, em média, 1,5 alunos no triênio, o que é baixo em relação à expectativa de uma titulação por ano. Entretanto, deve-se considerar que no triênio houve um aumento no número de NRD6 credenciados no sistema, devido, em parte, à recomendação de novos cursos, particularmente em 1999. No caso desses novos orientadores, a sua atuação no triênio não foi ainda suficiente para completar um ciclo de formação.

A qualificação e a composição das bancas examinadoras, em quase todos os programas, atendem a exigência da presença de doutores e 1/3 de membros externos ao programa.

7. Produção Intelectual

Nessa avaliação, os critérios para a classificação de periódicos no sistema QUALIS privilegiou os periódicos indexados em base de dados nacionais e internacionais, com ênfase no índice de impacto.

As áreas de EF, FT e FO produziram, respectivamente, 507, 86 e 176 artigos, dos quais 173, 23 e 75 em periódicos A ou B. Oitenta e três livros (55, 26 e 2 para EF, FT e FO, respectivamente) e 387 capítulos de livro (249, 8 e 130 para EF, FT e FO, respectivamente) foram publicados. A produtividade média por NRD6 foi de 3,26 artigos completos em periódicos A ou B, livros na íntegra ou capítulos de livros no triênio (3,18, 2,24 e 3,96 para EF, FT e FO, respectivamente).

A produção intelectual por parte dos quatro programas que receberam o conceito MB nesse quesito apresentou forte crescimento, tanto na sua quantidade como na sua qualidade. Outros, no entanto, apresentaram alguma dificuldade em acompanhar a crescente exigência pela quantidade e qualidade de produção que tem pautado as avaliações da CAPES. Infelizmente, dois programas não conseguiram atingir os patamares mínimos exigidos para a manutenção de seu credenciamento.

Uma análise mais detalhada desse quesito revela que os programas, de uma forma geral, apresentaram melhora na produção vinculada com a sua proposta e a participação de seus alunos nas publicações.

Essa avaliação, juntamente com todo o processo de elaboração da relação de periódicos no sistema Qualis, demonstrou de certa forma a fragilidade da área, particularmente da Educação Física, que não conseguiu inserir nenhum periódico nacional com a classificação A. Esse é um aspecto que merece uma profunda reflexão dos programas, muitos dos quais editam periódicos nacionais.

Conclusões

1. Sistemática de Avaliação

Com essa avaliação de conceito, completa-se o primeiro ciclo da nova sistemática de acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação “stricto-sensu”. A inclusão de acompanhamento anual (Avaliação Continuada) foi talvez um dos aspectos mais positivos dessa nova sistemática. Por meio da Avaliação Continuada foi possível apontar aos programas as suas deficiências e seus aspectos positivos. Nessa avaliação de conceito foi possível detectar importantes mudanças nos programas, atendendo às recomendações apontadas no acompanhamento anual. Para os membros da comissão, por outro lado, permitiu além da familiarização com a sistemática, uma visão mais detalhada das particularidades de cada programa, o que permitiu uma avaliação com maior segurança e confiabilidade.

A informatização de todas as etapas da avaliação, desde a coleta de dados nos programas até a geração de relatórios finais com indicadores e sínteses, pode ser considerada um importante avanço na avaliação. Esse aspecto é particularmente importante se for considerada a tendência de crescimento dos programas, tanto em número de cursos recomendados como em número de pessoal docente e discente envolvidos, o que poderia dificultar enormemente a tarefa de cruzamento de informações para a avaliação.

Em contrapartida, um sistema altamente informatizado apresenta enorme dependência da precisão das informações fornecidas pelos programas. Nesse sentido, é necessário que as coordenações dos programas tenham atenção redobrada na conferência dos dados.

2. Qualidade da Produção Intelectual

A produção intelectual, em particular a bibliográfica, é considerada o produto final de todas as atividades da pós-graduação. A publicação de artigos em periódicos com rigorosa política editorial ou de livros e capítulos por editoras acreditadas, pode ser vista como um atestado de qualidade do conjunto de atividades de um programa.

O sistema Qualis foi introduzido como uma ferramenta auxiliar para a avaliação da qualidade das publicações. Os critérios adotados para a classificação de periódicos privilegiaram a sua indexação em banco de dados referenciais e o índice de impacto.

Essa comissão de avaliação reconhece a existência ainda de grande controvérsia em torno do assunto. No entanto, entende que a indexação de um periódico é fundamental para a disseminação de seu conteúdo, permitindo maior visibilidade e alcance dos artigos nele publicados. Não há como negar, por exemplo, que a revisão bibliográfica de um projeto de pesquisa é otimizada quando pode ser realizada pela busca nesses indexadores.

A qualificação das publicações de livros e capítulos, no entanto, não foi possível de ser feita com a utilização de critérios similares ao de periódicos. A área de Ciências da Saúde optou pela exigência de indexação com o ISBN, o que garante pelo menos o atendimento a alguns requisitos, ainda que não necessariamente acadêmicos como o são a indexação e o índice de impacto. Deve-se mencionar que a comissão, na avaliação qualitativa dessas publicações, levou em consideração a tradição e o nível de circulação da editora responsável pela publicação. Esse aspecto, de qualificação de livros e capítulos, necessita de maior aperfeiçoamento para as próximas avaliações.

3. Evolução e Perspectivas

Os conceitos finais apontam que dentre os dez programas de EF, seis mantiveram seus conceitos em relação à Avaliação 1996-1997 ou à avaliação para recomendação, enquanto outros dois foram melhor avaliados. Lamentavelmente, dois programas pioraram nesta avaliação, tendo recebido conceito dois, apesar das seguidas recomendações na Avaliação Continuada e visitas no sentido de solucionar os problemas detectados. Em FO, dois programas melhoraram o conceito enquanto outros dois se mantiveram, e em FT um programa melhorou enquanto o outro permaneceu com o mesmo conceito.

A avaliação trienal evidencia o esforço realizado pela maioria dos programas em aperfeiçoar o processo de formação de seus mestres e doutores. Os resultados mais visíveis foram ainda aqueles que podem ser realizados a curto prazo, tais como o aperfeiçoamento da estrutura curricular, a reordenação de projetos, linhas de pesquisa e áreas de concentração e o maior cuidado na inclusão de dados no sistema Coleta.

As mudanças com efeitos mais a médio e longo prazos ainda não foram nitidamente detectadas na presente avaliação. Incluem-se nessa categoria a estruturação de projetos que viabilizem a publicação em veículos de qualidade, a profundidade e relevância dos temas de dissertação e teses. Há ainda questões delicadas que envolvem o necessário descredenciamento de docentes que não contribuem adequadamente para o desenvolvimento dos programas. Esses problemas necessitam ser abordados de forma mais enérgica e concreta pelos programas.

O número de mestres titulados foi seis vezes superior ao de doutores. Além disso, a formação de mestres cresceu a cada ano a uma base de 69,5 novas titulações em relação ao ano precedente, enquanto que o número de doutores titulados permaneceu estável. Essa tendência aponta para a existência de uma demanda reprimida no doutorado que poderá se acentuar no próximo triênio. A recomendação de dois novos cursos de doutorado na área de Educação Física, ocorrida no triênio, pode reduzir esse problema. No entanto, para a Fonoaudiologia que tem apenas um curso recomendado, e principalmente para a Fisioterapia que não tem nenhum, o problema deve se acentuar. Entretanto, é oportuno ressaltar que o crescimento do sistema de pós-graduação não pode prescindir da qualidade, principalmente por meio da produção bibliográfica relevante e de impacto.

4. Pós-Graduação com Universidades Conveniadas no Exterior

A recente decisão do Conselho Nacional de Educação, de possibilitar que universidades brasileiras conveniadas com universidades estrangeiras regularizem a situação dos seus alunos de pós-graduação “stricto-sensu” já formados, provocou apreensão na comissão de avaliação. Ressalte-se que essas instituições brasileiras não se submeteram ao processo regulamentar de avaliação.

Embora a comissão tenha a clareza de que serão ainda definidas as condições para que os que concluíram esses programas tenham seus títulos reconhecidos e validados no país, entende que tal decisão compromete, sobremaneira, o sistema de avaliação da CAPES. Tal decisão abre a possibilidade de legitimar ações de instituições que, por desconhecimento ou por opção, não se submeteram à estrutura do sistema brasileiro de pós-graduação. Embora a comissão tenha também conhecimento de que a intenção é não mais permitir que isso volte a ocorrer, é difícil concordar com uma decisão que privilegia algumas instituições. Existem casos de universidades que se submeteram aos regulamentos vigentes, que não tiveram seus programas recomendados, e que no entanto também graduaram em nível de mestrado sem se utilizarem de convênios com instituições estrangeiras. A concessão feita às instituições conveniadas com universidades estrangeiras poderá gerar uma série de recursos judiciais por parte de todos aqueles que se sentirem prejudicados ou discriminados.

Se isso se confirmar, teremos, em um futuro próximo, mestres formados em programas não recomendados com seus títulos legitimados. Isso significaria um desprestígio ao trabalho interno, árduo e transparente que as comissões vêm desenvolvendo ao longo dos anos, gerando incertezas em seus integrantes quanto à relevância desse trabalho. Reitera, assim, a presente comissão, a sua apreensão com as consequências da resolução em pauta. Entende que os projetos da instituição privilegiada sejam submetidos à CAPES nos mesmos moldes de todos os demais projetos. Seria essa a forma equilibrada e justa para todos aqueles programas, recomendados ou não, e comissões, que se submeteram aos dispositivos legais vigentes.

A comissão de avaliação da área de Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, para o triênio 1998/2000, está relacionada a seguir.

Comissão de Avaliação

- Antonio Carlos Stringhini Guimarães (UFRGS)
- Dirceu Costa (UFSCAR)
- Eduardo Kokubun (UNESP)
- Eliane Schochat (USP)
- Emerson Silami Garcia (UFMG)
- Go Tani (USP) - coordenador
- Inge Elly Kiemle Trindade (USP).
- Pedro José Winterstein (UNICAMP)
- António Teixeira Marques - Universidade do Porto - Portugal - observador estrangeiro

Enfermagem

Composição da Comissão de Avaliação

Os componentes da comissão são os mesmos que, desde 1998, vêm participando da Avaliação Continuada dos programas da área de Enfermagem, tendo conhecimento, portanto, da situação e perspectivas de desenvolvimento de cada um deles, bem como das modificações que foram sendo introduzidas no atual sistema de avaliação.

A comissão participou, também, da definição dos indicadores e critérios de avaliação, do perfil de excelência e da classificação dos veículos de divulgação da produção intelectual da área de Enfermagem que foram posteriormente unificados com os da Grande Área de Ciências da Saúde. Responsabilizou-se, ainda, pela divulgação e discussão dos critérios e da sistemática de avaliação, em reuniões nacionais de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Enfermagem.

Processo de Avaliação

Na avaliação trienal, realizada no período de 21 a 25 de maio de 2001, nas dependências da CAPES, em Brasília, foram submetidos à apreciação da comissão de avaliação, 16 programas de pós-graduação em Enfermagem. Destes programas, oito contam com o nível de mestrado e

doutorado, sete somente com o de mestrado e um deles só com o de doutorado. No período de 1998 a 1999, três novos programas de mestrado e três de doutorado foram implantados. Os três programas de doutorado aprovados foram apresentados por instituições que já contavam com cursos de mestrado em funcionamento na área. Assim, no seu conjunto, houve o aumento de dois programas em relação a avaliação de 1996/1997, quando foram avaliados 14 programas. Tendo em vista a reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação implementada pela CAPES a partir de 1998, os programas foram sistematicamente acompanhados no decorrer do biênio que precedeu à avaliação atual, por meio da aplicação do princípio da avaliação continuada.

Quanto aos procedimentos adotados nesta avaliação, foi introduzida a análise prévia dos programas por duplas de consultores, nos seus locais de trabalho, com base nas informações do Coleta CAPES, correspondentes aos anos 1998, 1999 e 2000, disponibilizadas por esta agência a cada um dos consultores, em CD Rom. Cada dupla de consultores examinou, em média, cinco programas, tomando-se o cuidado de que nenhum deles examinasse programas da sua instituição. Este procedimento, em que os consultores dispuseram de maior tempo para analisar os documentos a eles enviados, contribuiu para a qualidade do trabalho subsequente.

Na etapa seguinte da avaliação foram consolidados os pareceres dos consultores, para possibilitar o julgamento global do desempenho de cada programa, tendo como referência critérios previamente estabelecidos pela Grande Área de Ciências da Saúde, explicitados nos documentos “Perfil de Excelência” e “Quesitos, Indicadores e Critérios para a Avaliação Trienal da Grande Área de Ciências da Saúde”.

Ressalta-se que a elaboração desses documentos foi precedida de longas discussões sobre os diversos aspectos envolvidos no processo de avaliação, realizadas no decorrer do triênio 1998/2000, com a participação de todos os representantes das áreas que compõem a Grande Área de Ciências da Saúde e, em diversas oportunidades, com a Diretoria e Coordenação de Avaliação da CAPES.

A etapa de consolidação da avaliação teve início no dia 21/05/01 e nessa ocasião, enfatizou-se a importância de serem observados os critérios de avaliação estabelecidos ou recomendados pela Grande Área, tomando-se o cuidado de não se restringir apenas aos aspectos quantitativos, uma vez que na avaliação geral do desempenho de um programa ou de uma área, os aspectos qualitativos também devem ser considerados.

Dando continuidade aos trabalhos, os membros da comissão apresentaram as avaliações preliminares de alguns programas, detendo-se, especialmente, nos aspectos polêmicos, a fim de que os problemas e sugestões fossem amplamente analisados até chegar-se a um consenso e, assim, nortear o processo avaliativo da forma mais homogênea possível.

Nos dias 22 e 23 de maio, as consultoras concentraram-se no trabalho de consolidação das avaliações preliminarmente realizadas, tendo como fonte os dados fornecidos pelos programas no Coleta CAPES, bem como outras informações fornecidas pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação da CAPES, tais como: pareceres e relatórios de visitas realizadas pelos consultores no decorrer do triênio, “Coletinha” (relatório dos programas que ministraram cursos fora de sede) e o quadro de docentes do NRD7 de cada programa.

Nos dias 24 e 25 de maio, os relatórios de cada programa foram lidos e discutidos por toda a comissão que opinou e aprovou a nota final a eles atribuída. Nesse período, também foi realizada uma reunião conjunta dos representantes de área da Enfermagem, Medicina III, Odontologia e Saúde Coletiva para verificar se a aplicação dos critérios previamente estabelecidos pela Grande Área estava sendo realizada sem maiores problemas ou discrepâncias. Após uma breve explanação de cada um dos representantes sobre o andamento do processo, concluiu-se que os critérios estavam sendo observados.

Encerrou-se o processo de Avaliação Trienal dos 16 programas de pós-graduação em Enfermagem, com a devida atribuição de notas, conforme apresentado a seguir.

Instituição	Programa	Mes/ Dou	Conceito 1998/2000
UFBA	Enfermagem	M	3
UFPB	Enfermagem	M	4
UFC	Enfermagem	M e D	4
UFMG	Enfermagem	M	4
UNIRIO	Enfermagem	M	3
UERJ	Enfermagem	M	3
UFRJ	Enfermagem	M e D	4
UNIFESP	Enfermagem	M e D	4
USP/SP	Enfermagem	M e D	4
USP/SP/RP	Enfermagem	D	4
USP/RP	Enf. Psiquiátrica	M e D	3
USP/RP	Enf. Fundamental	M e D	5
USP/RP	Enf. Saúde Pública	M e D	5
UNICAMP	Enfermagem	M	4
UFSC	Enfermagem	M e D	4
UFRGS	Enfermagem	M	3

Síntese da Avaliação

Considerando-se as mudanças na política de pós-graduação, caracterizada, entre outros aspectos, pelo aumento no nível de exigência dos padrões de excelência para avaliação dos programas de pós-graduação, o resultado da avaliação da área de Enfermagem foi positivo, mostrando que, no conjunto, a área tem um bom perfil de qualidade. Considera-se, ainda, que dado aos ajustes realizados nos critérios de avaliação e na classificação dos periódicos da área (QUALIS/Saúde) não há possibilidade de se fazer uma comparação linear entre os conceitos atribuídos na avaliação do biênio 1996/1997 e o atual triênio, principalmente nos quesitos relativos à produção intelectual e corpo docente.

O processo avaliativo mostrou que, de modo geral, os programas estão com propostas coerentes e consistentes, poucos merecendo ajustes na área de concentração e linhas de pesquisa.

Cabe destacar que grande número de programas referiu a realização de seminários e oficinas de trabalho com a participação de docentes e alunos da pós-graduação com a finalidade de rever e reformular suas propostas de programa para conferir-lhes maior coerência e consistência.

No que se refere ao corpo docente há evidências, na maioria dos programas, de crescimento quanti-qualitativo, com maior representatividade do NRD6 e a presença de jovens doutores. No entanto, alguns programas ressentem-se, ainda, das consequências decorrentes da política governamental que incentivou as aposentadorias precoces, bem como da falta de contratação de novos quadros para repor as perdas havidas. Essa situação leva, em alguns casos, à dependência da colaboração de professores aposentados para viabilizar a proposta do programa e, em outros, à redução do quantitativo de docentes que, do mesmo modo, redonda em dificuldades para o desenvolvimento das atividades previstas para esse nível de ensino. Tendo em vista que todos os programas de pós-graduação em Enfermagem são oferecidos por IES públicas, a superação deste tipo de dificuldade depende basicamente da política governamental para os setores de Educação e Ciência e Tecnologia.

Enfatiza-se, ainda, a participação do corpo docente da pós-graduação no ensino de graduação, propiciando o desenvolvimento e articulação entre estas atividades e as de pesquisa e extensão.

No que diz respeito às atividades de pesquisa, foi possível constatar uma melhoria no quadro geral dessas atividades, representada pela melhor adequação das temáticas dos projetos de pesquisa às respectivas linhas de pesquisa, bem como pela re-estruturação destas em torno de um número mais realístico em face da dimensão do corpo docente e à produção bibliográfica resultante de projetos a elas vinculados. Contribuiu para esse avanço, o amplo processo de discussão e reflexão sobre linhas e prioridades de pesquisa de enfermagem, conduzido ao longo do triênio pela representação da área, com a participação de coordenadores e docentes de todos os programas de pós-graduação.

Cabe destacar o aumento da participação de alunos em iniciação científica nos projetos de pesquisa.

O financiamento dos projetos refere-se principalmente a bolsas, sendo reduzida a captação de recursos para auxílio financeiro, bem como as parcerias com grupos de pesquisa nacionais e internacionais.

As atividades de formação, de modo geral, mostram-se adequadas e abrangentes em face das áreas de concentração e linhas de pesquisa. Não há evidências, na maioria dos programas, de dependência de docentes e orientadores não pertencentes ao NRD6/NRD7 para atender às exigências da estrutura curricular e da atividade de orientação. Houve melhoria na relação orientador/orientando e, consequentemente, na distribuição destes entre o NRD6/NRD7.

No que se refere à participação do corpo discente na autoria ou co-autoria de trabalhos científicos, há uma tendência de fortalecimento da produção conjunta orientador/orientando, veiculada principalmente em eventos científicos. A publicação de trabalhos completos em periódicos indexados é ainda pequena, mas os programas já estão implementando estratégias para melhorar esse aspecto, sendo uma delas, a exigência de apresentação de um artigo referente à dissertação ou tese, para divulgação em periódico nacional ou internacional, Qualis A ou B, como pré-requisito para defesa.

As dissertações e teses apresentam vínculo com a área de concentração e linhas de pesquisa. O tempo médio de titulação apresenta tendência de redução, evidenciando o resultado positivo das ações implementadas pelos programas para atingir a meta estabelecida. No entanto, a diferença observada entre o tempo mínimo e máximo para titulação de mestres (18,0 meses e 45,6 meses) e doutores (37,8 meses e 67,1 meses) evidencia a necessidade de alguns programas reverem ou reforçarem suas estratégias para reduzir o tempo de titulação que ainda é elevado em relação ao previsto pela CAPES. Houve um aumento significativo no número de titulações no triênio (775 mestres e 240 doutores) em relação aos anos anteriores e a taxa de evasão acadêmica é insignificante. Outro aspecto a destacar é a melhoria na composição e qualificação das bancas examinadoras constituídas, em sua maioria quase absoluta, por docentes com título de doutor, incluindo examinadores externos ao programa e/ou instituição.

A produção intelectual é um dos aspectos a ser fortalecido, principalmente, a publicação de artigos completos em periódicos de circulação internacional, QUALIS A e B.

Conforme constatado em avaliações anteriores, há uma grande concentração de publicações em eventos científicos na forma de resumos que contrasta com o número de publicações de artigos completos, estes veiculados, predominantemente, em periódicos de circulação nacional.

Embora se reconheça o esforço que vem sendo empreendido pelos programas para incentivar docentes e discentes a divulgar os resultados de suas pesquisas, o número de

publicações por docente/ano precisa ser incrementado, buscando a participação regular de todos, evitando a concentração em alguns deles, bem como a endogenia em periódicos da própria instituição.

Quanto ao componente descritivo dos relatórios elaborados pelos programas, cabe ressaltar que está perceptivelmente melhor, retratando o contexto em que o programa se insere, sua evolução histórica e as providências adotadas para atender às recomendações feitas pelas consultoras no decorrer da avaliação continuada. Os programas demonstraram maturidade para a auto-avaliação, fazendo autocritica, apontando seus pontos fortes e fragilidades. A maioria dos programas com dificuldades localizadas e apontadas na avaliação continuada, recebeu visita das consultoras (dez programas foram visitados), e alguns dos resultados alcançados foram registrados nos relatórios.

O tratamento informatizado dos dados do Coleta CAPES, ao mesmo tempo que contribuiu com o processo de avaliação trouxe algumas dificuldades na sua utilização. A comissão aponta para a grande quantidade de dados constantes nos consolidados, sendo que uns carecem de melhor entendimento, outros são discrepantes e alguns deles, não dão significativa contribuição para a compreensão do desempenho do programa, podendo ser dispensados. Considera-se positiva a iniciativa da CAPES de solicitar sugestões para o aperfeiçoamento do processo e dos instrumentos de avaliação.

A sistemática adotada nesse período, em que os consultores dispuseram de tempo para analisar os dados, contribuiu para a qualidade deste trabalho. Soma-se a isto, a infra-estrutura e o pessoal de apoio disponibilizado pela CAPES para auxiliar a comissão, durante todo o período da avaliação.

Considerações finais sobre o Processo de Avaliação

A comissão de avaliação da área de Enfermagem considera que houve um avanço no processo avaliativo da pós-graduação, coordenado pela CAPES, tanto pela introdução do princípio de acompanhamento sistemático dos programas, precedendo a avaliação trienal, como pela intensificação da interlocução com os representantes de área e comissões de avaliação na procura de aprimoramento do processo como um todo, bem como dos critérios básicos que norteiam a avaliação, tendo como horizonte a excelência desse nível de ensino.

No entanto, essa comissão não poderia deixar de manifestar sua preocupação com a introdução de novos patamares de exigência nos indicadores de desempenho que, sem o tempo necessário para sua apreensão e processamento por parte dos programas, constituem elemento perturbador e ameaçador ao invés de representar um incentivo para continuar com os esforços por eles desenvolvidos para alcançar melhores níveis de desempenho. Considera-se, ainda, que o conjunto de quesitos que são alvo de avaliação, não pode ser redefinido ou sofrer modificações substanciais em curto espaço de tempo. Todos eles, em especial, a qualificação do corpo docente, o incremento das atividades de pesquisa, intercâmbios institucionais e produção intelectual necessitam de tempo para sua efetivação, em termos da estabilidade e continuidade requeridas.

Ainda no que diz respeito à produção intelectual, embora reconhecida por todos como um dos indicadores mais importantes da qualidade dos programas de pós-graduação, é preocupante a extrema valorização deste quesito, especialmente dos itens relativos, à densidade das publicações veiculadas em periódicos de circulação internacional entre os docentes e a participação de discentes autores.

Não se duvida da necessidade de estímulo à produção intelectual, mas a nosso ver, essa questão está ainda a merecer uma discussão mais ampla entre todos os envolvidos nesse processo, pois, abrange aspectos que transcendem à mera quantificação do número de publicações.

Outros indicadores que evidenciem a relevância dos programas na promoção do desenvolvimento regional e nacional, por meio da formação de quadros qualificados para atender as necessidades de ensino e pesquisa, devem ser valorizados. O acompanhamento dos egressos seria um bom indicador para avaliar o alcance desse objetivo.

Comissão de Avaliação

- Alacoque Lorenzini Erdmann - UFSC
- Josete Luzia Leite - UFRJ
- Lorita Marlena Freitag Pagliuca - UFC
- Maria Cecilia Puntel de Almeida - USP/RP
- Maria Gaby Rivero Gutiérrez - UFSP - coordenadora
- Paulina Kuregant - USP/SP

Farmácia

Os representantes das áreas pertencentes às Ciências da Saúde na CAPES (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia e Saúde Coletiva) reuniram-se três vezes antes do período destinado à avaliação dos Programas de Pós-Graduação (29/09/00, 01/12/00 e 02/03/01) para análise comparativa dos parâmetros e critérios que vinham sendo aplicados na avaliação continuada e estabelecimento de critérios comuns, respeitando-se a especificidade das áreas. Nessas oportunidades, enfatizou-se a necessidade de a avaliação levar em conta sobretudo o mérito, contemplando parâmetros qualitativos relevantes à pós-graduação nas áreas específicas, evitando-se a aplicação apenas da análise numérica ou quantitativa, que, se mais objetiva, pode não contemplar adequadamente o avanço que um programa específico tenha conseguido no período, considerando-se principalmente os interesses acadêmicos e de formação de recursos humanos em áreas específicas. Essas reuniões foram muito importantes para reflexões sobre parâmetros de avaliação e representaram avanço significativo. Entretanto, a aplicação dos critérios, ainda com características essencialmente quantitativas e sem simulação prévia, representou alguns problemas para os membros da comissão da área de Farmácia. Com o objetivo de evidenciar o mérito da atividade em análise, procurou-se, sempre que possível, contornar os impasses.

A comissão responsável pela quarta avaliação da área de Farmácia, como comissão específica, reuniu-se, pela primeira vez, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2001, na CAPES, para análise e discussão dos critérios. Em 26 e 27 de abril houve nova reunião, para recebimento do material relativo a 1998 e 1999. Nessa oportunidade, os critérios foram aplicados em alguns desses relatórios, que haviam sido corrigidos e revisados com permissão da CAPES. Dos 16 Programas, seis realizaram correções nos relatórios de 1998 (UFPB, UFPE, UFRGS, UFRJ, UFSM e USP/RP), enquanto nove o fizeram em relação a 1999 (UFMG, UFPB, UFPE, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSM, CF/UNESP e USP/RP). Antes de iniciar a análise dos dados, realizou-se a revisão do Qualis da área, para qualificação dos periódicos incluídos nos relatórios, após as citadas correções. Finalmente, no período de 14 a 18 de maio, a comissão reuniu-se para a fase final da avaliação.

Foram analisados os relatórios dos seguintes programas de pós-graduação *senso strictu* em Farmácia :

UNESP	Análises Clínicas (M). Recomendado em 2000.
UFSM	Ciências e Tecnologias Farmacêuticas (M).
UFMG	Ciências Farmacêuticas (M). Recomendado em 1998.
UFPE	Ciências Farmacêuticas (M).
UEM	Ciências Farmacêuticas (M). Recomendado em 2000.
UFRJ	Ciências Farmacêuticas (M).
UFRGS	Ciências Farmacêuticas (M/D).
USP-RP	Ciências Farmacêuticas (M/D). Doutorado recomendado em 1998.
UNESP	Ciências Farmacêuticas (M).
USF	Ciências Farmacêuticas: Insumos e Medicamentos (M). Recomendado em 2000.
UFSC	Farmácia (M). Recomendado em 1999.
USP	Farmácia: Análises Clínicas (M/D)
USP	Fármacos e Medicamentos (M/D)
UFPB	Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (M/ D). Doutorado recomendado em 1998.
USP	Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica (M/D). Doutorado recomendado em 1999.
USP	Toxicologia e Análises Toxicológicas (M/D). A fusão dos antigos Programas de Toxicologia (D) e Análise Toxicológicas (M) foi recomendada em 2000.

Observa-se que, em relação à avaliação de 1996-1997, ocorreu a fusão de dois programas, a extensão para o doutorado em três outros, assim como a recomendação de cinco novos programas. Esses fatos representam significativa expansão da área, passando de onze para dezesseis programas com mestrado e de quatro para sete com doutorado.

Os programas e cursos recomendados em 1999 e 2000 foram avaliados por meio da análise de seus relatórios, referentes a esses anos, juntamente com a proposta de implantação, uma vez que não se dispunha, obviamente, dos relatórios referentes a todos os anos do triênio.

Os membros da comissão mantiveram o procedimento de comentar todos os itens analisados em cada quesito e as observações constam das respectivas fichas de avaliação. Dessa forma, pretendeu-se manter os princípio de fazer da avaliação, também, uma oportunidade para orientação dos docentes dos programas. Os comentários a seguir, visam enfocar os aspectos mais relevantes observados.

Na análise do quesito Proposta do Programa ficou bem evidente a importância da avaliação continuada, visto que se observou o atendimento a várias recomendações das comissões de avaliação, principalmente quanto aos aspectos de infra-estrutura, inclusive de informática, adequação entre linhas e projetos de pesquisa e recursos humanos envolvidos nos programas. Entretanto, ainda observa-se, em alguns programas, conforme o comentado nas respectivas fichas de avaliação, certa sobreposição entre linhas de pesquisa e áreas de concentração. Nesses casos, as linhas são por demais abrangentes para permitir transparecer a ênfase dada nas áreas de concentração. Na área de Farmácia, será interessante uma discussão ampla sobre a adequação entre as denominações dos programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa, sempre em função dos objetivos propostos. Essa discussão permitirá, com certeza, caracterizar com clareza as especialidades carentes, bem como dar subsídios para o incentivo direcionado pelas agências de fomento.

No quesito Corpo Docente verificou-se que apenas um programa não atendeu à recomendação numérica mínima, ou seja, no mínimo 60% de docentes no NRD-6, associado a um mínimo de seis docentes. No Quadro I está apresentada a variação do corpo docente dos programas, desde o início da década de 1990, quando a área de Farmácia ainda estava junto com a de Química, no final do biênio 1996-1997 e ao longo desse último triênio. A análise desse quadro evidencia o crescimento qualitativo e quantitativo. Em 1991, 50% dos programas

apresentavam docentes sem doutorado, fato observado ainda em 1997 em três programas. No entanto, a falta de qualificação mínima não se registrou no último triênio. Nessa época, todos os docentes tinham, no mínimo, o doutorado. Outro aspecto qualitativo relevante foi o percentual de enquadramento dos docentes no NRD-6, que em 1998 era, na média, de 67% na área e em 2000 foi superior a 78%. Esses números indicam o maior envolvimento do corpo docente nas atividades de ensino, pesquisa e orientação nos programas. Entretanto, ainda se faz necessário que se evidem esforços para distribuição equilibrada dessas atividades entre os membros do corpo docente. Quantitativamente, observou-se crescimento aproximado de 45% no número de docentes envolvidos com os programas de pós-graduação. Vale ressaltar, no entanto, que esse crescimento é consequência especialmente do aumento no número de programas, não representando, necessariamente, expansão do corpo docente de cada programa. A comparação dos números de 1997 a 2000 apresentados no Quadro I permite chegar a tal conclusão. Dois fatos contribuíram decisivamente para essa redução relativa: a não reposição dos docentes aposentados e a auto-avaliação dos programas, com exclusão de docentes sem efetivo engajamento.

Quadro I - Corpo Docente (% com Doutorado)

	1991	1997	1998	1999	2000
Análises Clínicas - USP	42 (100)	44 (100)	46 (100)	43 (100)	40 (100)
Produtos Naturais Sintéticos Bioativos - UFPB	22 (55)	20 (85)	16 (100)	16 (100)	13 (100)
Ciências Farmacêuticas - UFRGS	16 (75)	17 (100)	15 (100)	17 (100)	22 (100)
Fármacos e Medicamentos - USP	34 (100)	34 (100)	31 (100)	30 (100)	31 (100)
Ciências Farmacêuticas - USP/RP	46 (98)	39 (97)	36 (100)	37 (100)	38 (100)
Tecnologia Bioquímico Farmacêutica - USP	– 12 (100)	23 (100)	19 (100)	12 (100)	12 (100)
Toxicologia - USP	16 (100)	17 (100)	24 (100)	14 (100)	25 (100)
Toxicologia e Análises Toxicológicas - USP	12 (100)	36 (100)	40 (100)	25 (100)	– (100)
Ciências Farmacêuticas - UFPE	18 (78)	31 (100)	21 (100)	20 (100)	16 (100)
Ciências Farmacêuticas - UFRJ	16 (31)	17 (100)	16 (100)	19 (100)	19 (100)
Ciências Farmacêuticas - UNESP	–	18 (100)	12 (100)	15 (100)	13 (100)
Ciências e Tecnologia Farmacêuticas - UFSM	–	19 (74)	14 (100)	14 (100)	19 (100)
Farmácia - UFSC	–	–	–	13 (100)	19 (100)
Ciências Farmacêuticas - UFMG	–	–	25 (100)	(17 100)	25 (100)
Análises Clínicas – UNESP	–	–	–	–	19 (100)
Ciências Farmacêuticas - USF	–	–	–	–	13 (100)
Ciências Farmacêuticas - UEM	–	–	–	–	11 (100)
Totais	234	315	315	292	335

Um outro aspecto que chamou a atenção no quesito Corpo Docente e que requer ações mais efetivas foi o número pouco significativo de intercâmbios institucionais. Mesmo os Programas que obtiveram conceitos mais elevados fizeram pequena utilização desse tipo de cooperação, tanto no plano nacional como no internacional. Além dos reais benefícios que essa atividade traz ao Programa, ainda é uma das formas de demonstrar inserção internacional, importante para caracterizar o nível de excelência.

Com relação às Atividades de Pesquisa, constatou-se nítida evolução, fruto do atendimento às recomendações realizadas na avaliação continuada. Observou-se maior vinculação dos projetos às linhas e distribuição mais equilibrada dos projetos entre as linhas. A inclusão de projetos isolados, na média, esteve abaixo de 10%, como recomendado, assim como foi pequeno o número de projetos sem envolvimento de alunos de pós-graduação. Entretanto, as

recomendações apresentadas no documento de área da avaliação continuada persistem, visando a consolidação da Área.

Com relação ao Corpo Discente, constatou-se redução na proporção entre alunos de mestrado e doutorado. Essa passou de 6:1, em 1991, para menos que 3:1 em 2000, demonstrando o amadurecimento do corpo discente na busca da titulação maior. A demanda também é crescente, uma vez que no final de 1996-1997 a situação era de 317 alunos com matrícula ativa no mestrado e 107 no doutorado, enquanto no final desse triênio registrou-se 470 alunos matriculados no mestrado e 184 no doutorado. O número de titulados também aumentou significativamente, uma vez que no biênio 1996-1997 titularam-se 139 mestres (69,5/ano) e 37 doutores (18,5/ano), enquanto no triênio 1998-2000 foram concluídos 310 mestrados (103,3/ano) e 77 doutorados (25,6/ano). Pode-se afirmar que esse crescimento é real, uma vez que os Programas com doutorado recomendados no triênio não contribuíram, como o esperado, para o aumento observado. Entretanto, esses números poderiam, ainda, ter sido mais expressivos se os tempos de titulação tivessem sido reduzidos de acordo com o recomendado. No biênio 1996-1997, o tempo médio de titulação para o mestrado era de 45 meses e no doutorado, de 60 meses, enquanto no final desse triênio verificou-se redução para 34 meses no mestrado e 41,8 para o doutorado. O tempo médio de titulação do mestrado ainda está alto, tendo como parâmetro o recomendado pelas agências de fomento, que é de 24 meses. O tempo médio para o doutorado está abaixo do prazo máximo indicado pelas agências de fomento (48 meses). Entretanto, há tendência de redução para 36 meses, para os alunos com mestrado. Apesar desse tempo de titulação não estar enquadrado nos prazos permitidos pelos estatutos de várias IES, que se situam nos 48 meses, vários fatores devem ter contribuído para essa redução. Destaca-se o aumento no engajamento docente na orientação de alunos de iniciação científica como um dos mais relevantes entre esses fatores. Vale mencionar, no entanto, que essa não se constitui na realidade dos grandes centros, em que a maior parte dos graduados se coloca na iniciativa privada.

Em relação à Produção Científica, muitos comentários poderiam ser apresentados, uma vez que esse é um dos pontos que requer maior atenção dos coordenadores e orientadores. A implantação do sistema Qualis para avaliação qualitativa da produção dos Programas representou um progresso, mas requer aprimoramento contínuo para atingir seus objetivos. Os critérios para elaboração do Qualis foram discutidos em algumas reuniões com os coordenadores de Programas e entre os representantes das áreas das Ciências da Saúde na CAPES. Mesmo reconhecendo-se sua complexidade, sua aplicação constitui-se em avanço. Para a qualificação dos periódicos de circulação internacional foi tomada como base a indexação no Journal Citation Reports e a mediana obtida para a área de Farmácia foi 0,44, ou seja, periódicos com índice de impacto igual ou superior à mediana foram considerados A e aqueles com impacto superior a zero e menor que a mediana, B. Os não indexados no JCR, mas em outros indexadores internacionais, foram classificados como C. Verificou-se que neste aspecto a Área apresentou bom desempenho, uma vez que os docentes vêm publicando principalmente em periódicos de circulação internacional, qualificados como A e B. Quanto aos nacionais, a grande área na CAPES optou por utilizar o Medline como referência, associado a indexadores internacionais específicos de cada área, que em nosso caso foi o International Pharmaceutical Index .

Se qualitativamente a área vai bem, o mesmo não pode ser dito em relação ao aspecto numérico. Há necessidade de maior dedicação dos orientadores em publicarem os resultados originados das teses e dissertações, pois o aumento observado no número de titulações não é acompanhado pelo número de publicações de artigos completos em periódicos internacionais A e B. As publicações apresentam boa vinculação às linhas e projetos de pesquisa, porém é baixa em relação a teses e dissertações. Há a necessidade de maior compromisso do corpo docente para com este quesito. Pode se afirmar que o aspecto numérico da produção científica foi um dos que mais contribuiram para que os conceitos dos Programas ficassem em níveis menos destacados (três e quatro). Para que haja a efetiva consolidação da área de Farmácia, é necessário maior engajamento discente e docente para que sejam atingidos os índices recomendados pela grande área de Ciências da Saúde da CAPES. Todos os orientadores deveriam assumir o compromisso de publicar pelo menos um artigo completo por ano, com participação discente, principalmente em periódicos enquadráveis no Qualis internacional A ou B.

Como conclusão, enfatiza-se a necessidade de os Programas evidarem esforços para:

- Enquadrar o corpo docente, em termos do NRD-6, dentro do percentual recomendado pela Área (80%), como forma de expressar a consolidação desse quesito em cada Programa, uma vez que, na média, isso está próximo de ocorrer dentro da Área.
- Reduzir o tempo de titulação, principalmente do mestrado, para aqueles recomendados.
- Aumentar a publicação de artigos completos em periódicos de circulação internacional e indexados no JCR, com vinculação às teses e dissertações, por ser uma das formas mais evidentes de expressar a produção científica do Programa.
- Estimular a participação dos alunos em programas de doutorado no País, com estágio no exterior (sanduíche).
- Promover intercâmbio docente e discente, nacional e internacionalmente, buscando maior colaboração com centros mais desenvolvidos, sobretudo em programas institucionais.

Por outro lado, devem ser expressas as preocupações com situações que vêm se agravando ao longo dos anos e com visíveis reflexos nos Programas de Pós-Graduação, tais como:

- Redução no número de bolsas de estudo. Como consequência, a demanda qualificada não vem sendo atendida, contribuindo para o aumento substancial dos tempos de titulação, que, por outro lado, têm sido criticados.
- Falta de apoio financeiro à pesquisa, tanto em relação a insumos como a equipamentos e infra-estrutura.
- Não reposição dos docentes aposentados no sistema público de ensino superior, determinando o atendimento do ensino de graduação por professores substitutos como paliativo, situação que vem acarretando prejuízos significativos para o sistema de pós-graduação, além da queda sensível na qualidade do ensino e pesquisa.
- Falta de um Comitê específico da Área de Farmácia no CNPq, o que tem ocasionado o desvio das solicitações dos pesquisadores para outras áreas, em que as propostas podem não estar sendo analisadas e avaliadas por pares, como o desejado, com sensíveis prejuízos ao fomento. Esse Comitê poderá vir a colaborar decisivamente na detecção de especialidades carentes e colaborar efetivamente no fomento direcionado.

Ademais, deve ser ressaltado que a área de Farmácia não superou, ainda, a carência em algumas especialidades, destacando-se a Farmácia Clínica, Farmacovigilância, Farmacoepidemiologia, Química Farmacêutica, Farmácia Hospitalar, fato já mencionado em avaliações anteriores, sem êxito. Neste sentido, urge que os pesquisadores da Área se mobilizem, com o objetivo de propor alternativas para a busca de soluções. Destaca-se que para algumas especialidades não há sequer menção às mesmas nas tabelas das áreas de conhecimento nas agências de fomento, tais como Química Farmacêutica, Análises Clínicas, Biotecnologia Farmacêutica, entre outras.

Finalizando, queremos sugerir, aproveitando manifestação recebida em reunião com coordenadores de Programas, a realização de reunião nacional com número representativo de coordenadores, orientadores e discentes de todos os Programas de Pós-Graduação na Área de Farmácia. Essa teria o objetivo de analisar, propor alterações e divulgar, de forma mais ampla, os critérios e parâmetros que vêm sendo utilizados nos processos de avaliação e, com isso, obter maior comprometimento de todos, visando o crescimento da área e sua efetiva consolidação.

Comissão de Avaliação

- Davi Pereira de Santana - UFPE
- Elizabeth Igne Ferreira - USP/SP
- Eloir Paulo Schenkel - UFRGS
- Isac Almeida de Medeiros - UFPB
- João Luis Callegari Lopes - USP/RP - Coordenador
- Maria José Soares Mendes Giannini - UNESP
- Tasso Moraes e Santos - UFMG

Medicina I

Cardiologia

Ciências Médicas

Clínica Médica

Dermatologia

Endocrinologia

Emergências Clínicas

Gastroenterologia

Hepatologia

Medicina Interna

Nefrologia

Oncologia

Pneumologia

Psicobiologia

Reabilitação

A comissão avaliadora foi composta por professores que já vinham atuando na avaliação e com conhecimento da sistemática atual. O início foi dia 14, às 8 horas, na CAPES.

Os cursos foram distribuídos por duplas de avaliadores e tomando-se cuidado para que os avaliadores não ficassem com programas de suas instituições.

A cada dia, no final da tarde, fazia-se uma plenária em que as duplas discorriam sobre os cursos um, dois, três, quatro e cinco para que as sugestões e problemas fossem discutidos, para uma homogeneização dos critérios.

Após esses procedimentos, os cursos cinco foram reavaliados para saber quais poderiam ser seis ou sete e, novamente, uma plenária para homogeneização.

No penúltimo dia, dois cursos três e dois cursos cinco (um com tendência para quatro ou cinco e outro com tendência para seis ou sete) foram elencados e trocados com cursos de igual perfil da Medicina II e analisados por professores de outra área para verificar se os critérios das duas medicinas estavam homogêneos.

Na 6^a feira fechamos o processo.

Ficou patente para a comissão avaliadora que a área da Medicina como um todo deve repensar sua pós-graduação, pois os cursos não estão se sustentando na produção e muitos estão caindo, mesmo os cursos seis. Na faixa dos cursos três que ficaram da avaliação passada, a grande maioria não melhorou, caíram para dois. Ainda existem na área ótimos cursos de especialização e residência e não cursos para formação de pesquisadores.

Os critérios usados foram os aprovados pela grande área da saúde.

Comissão de Avaliação

- Carlos Cesar Fritscher - PUC/RS
- Durval Rosa Borges - UNIFESP
- Emilia Inove Sato - UNIFESP
- Emmanuel Almeida Burdmann - FMSJRP
- Fernando Ferreira Costa - UNICAMP
- Francisco Rafael Martins Laurindo - INCOR
- Francisco Vargas Suso - USP
- Helena Schmid - UFRGS
- Irineu Tadeu Velasco - USP - coordenador
- Álvaro Nagib Atallah - UNIFESP
- José Antonio Rocha Gontijo - UNICAMP
- José Roberto Lapa e Silva - UFRJ
- Lineu César Werneck - UFPR
- Mauro Antonio Zago - USP/RP
- Nelson Spector -UFRJ
- Ricardo Brandt de Oliveira - USP/RP
- Waldir Eduardo Garcia - UEL

Medicina II

Alergia e Imunopatologia

Alimentos e Nutrição

Anatomia Patológica

Ciência da Nutrição

Doenças Infecciosas e Parasitárias

Fisiopatologia

Hematologia

Medicina Tropical

Neurologia

Patologia

Psiquiatria

Pediatria

Período de atividade: 07 a 11 de agosto de 2000

Pauta de Atividades

1. Reavaliação dos Critérios de Avaliação Continuada - 2000

A comissão decidiu que todos os processos seriam avaliados segundo os seguintes critérios:

1.1. Corpo Docente

- Composição MB=100% doutores (mais que 80% com pelo menos cinco anos de titulação). Atuação: MB=atuação em disciplinas de PG, orientação M/D e atividades na graduação. Vínculo: MB=mais que 80% dos docentes devem ser NRD6. Demais conceitos em escala gradativa decrescente.
- Dimensão: MB=mais que 80% devem ser NRD6. Atuação do NRD6: MB=atuação em disciplinas de pós-graduação, orientação M/D e atividades na graduação; Demais conceitos em escala gradativa decrescente.
- Abrangência e especialização do NRD6: MB=mais de 80% das atividades do programa (disciplinas e orientações) devem ser feitas pelo NRD6 Qualificação: MB=100% doutores com mais de cinco anos de titulação. Demais conceitos em escala gradativa decrescente.
- Intercâmbio e renovação: avaliação qualitativa.
- Participação dos NRD em atividades de graduação: avaliação qualitativa.

1.2. Atividades de Pesquisa

- Adequação e abrangência dos projetos e linhas de pesquisa: avaliação qualitativa.
- Vínculo entre linhas e projetos: MB=90-100%; B=80-90%; R=70-80%; F=60-70%; D=<60%.
- Adequação da quantidade de linhas e projetos de pesquisa em relação à dimensão e qualificação do NRD6: avaliação qualitativa.
- Participação discente nos projetos de pesquisa: item polêmico e não definido. Fazer avaliação qualitativa. Caso o relatório possa ser reformulado no sentido de fornecer a discriminação de quais alunos de M/D estão envolvidos em projetos de pesquisa, podemos proceder a uma avaliação qualitativa: MB=>90% de alunos envolvidos; B=80-90%; R=70-80%; F=60-70%; D=<60%.
- Orientação de bolsistas de Iniciação Científica pelo NRD (sugerimos que seja restrito ao NRD6): MB=1 bolsista/2 NRD6; B=1 bolsista/3 NRD6; R= 1 bolsista/4 NRD6; F=1 bolsista/5 NRD6; D=>1 bolsista/5 NRD6.

1.3. Atividade de Formação

- Adequação e abrangência da estrutura curricular em relação à proposta do programa e suas áreas de concentração: avaliação qualitativa.

- Distribuição da carga letiva e carga horária média: avaliação qualitativa. Participação de outros docentes: MB=menor que 20%; B=20-30%; R=30-40%; F=40-50%; D= maior que 50%.
- Quantidade de orientadores do NRD6 em relação à dimensão do corpo docente: MB=mais que 80% devem estar orientando; B=70-80%; R=60-70%; F=50-60%; D= menor que 50%. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente: sinal de alerta quando a média for maior que cinco orientandos por docente.
- Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação: avaliação qualitativa.

1.4. Corpo Discente

- Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6: sinal de alerta quando a relação for maior que 5/1.
- Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente da pós-graduação: MB=95-100%; B=85-95%; R=70-85%; F=60-70%; D=menos que 60%.
- Número de titulados. Para doutorado: MB=maior que 20% no ano; B= 15-20%; R=10-15%; F=5-10%; D=<5%. Para mestrado: MB=Mais que 35%; B=30-35%; R=25-30%; F=20-25%; D=menor que 20%. Desistências e abandonos: sinal de alerta quando acima de 10%.
- Número de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente e participação de discentes autores da graduação: avaliação qualitativa.
- Participação do corpo discente em atividades de graduação: avaliação qualitativa.

1.5. Teses e Dissertações

- Vínculo das teses e dissertações com áreas de concentração e com linhas e projetos de pesquisa; adequação ao nível do curso: avaliação qualitativa.
- Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio da bolsa. Para doutorado: MB=menor que 48 meses; B=48-54; R=54-57; F=57-60; D=maior que 60 meses. Para mestrado: MB=menor que 30 meses; B=30-36; R=36-39; F=39-42; D=maior que 42 meses. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e não bolsistas: avaliação qualitativa.
- Número de titulados em relação à dimensão do NRD6: MB=1 titulado para 2 NRD6; B=1/3; R=1/4; F=1/5; D=>1/5. Participação de outros docentes: MB=menor que 20%; B=20-30%; R=30-40%; F=40-50%; D=maior que 50%.
- Qualificação das bancas examinadoras. Participação de membros externos: avaliação qualitativa.
- Sugere-se incluir um quinto item: Teses e dissertações das quais resultaram publicações em periódicos.

1.6. Produção Intelectual

- Adequação dos tipos de produção à proposta do programa e vínculo com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa ou teses e dissertações: avaliação qualitativa.
- Qualidade dos veículos ou meios de divulgação. Considerar 80% do peso deste item para artigos em periódicos; para os 20% restantes, considerar livros, capítulos em livros e resumos. Além da qualidade do veículo da publicação, foi considerado o número de publicações por NRD(4,5,6). Foi feita uma classificação dos periódicos nacionais e internacionais de acordo com o índice de impacto:
 - Internacional A (IA): índice de impacto maior que 1,0
 - Internacional B (IB): índice de impacto de 0,4 a 0,99 (inclui as nacionais com o mesmo índice de impacto)

- Internacional C (IC): índice de impacto de 0,1 a 0,39 (inclui as nacionais com mesmo índice de impacto)
- Nacional A (NA): indexada no LILACS e considerada de referência para o programa
- Nacional B (NB): indexada no LILACS e não considerada de referência para o programa
- Nacional não indexada no LILACS: não entra no cômputo.

Equivalência entre periódicos:

- 1 IA = 2 IB = 4 IC
- 1 IB = 2 IC
- 1 IB = 5 NA ou 3 NA + 1 IC
- 1 NA = 5 NB

Assim, pode-se estipular um índice de produção anual por NRD4 a NRD6, somando-se as equivalências de todas as publicações e dividindo pelo número de NRD(4,5,6).

Exemplo:

$$17 \text{ NA (3,4 IB)} + 5 \text{ IA (10 IB)} + 1 \text{ IB} = 14,4 \text{ IB}$$

Supondo-se um número de 20 NRD6, teremos um índice de 0,72, o que corresponde a uma classificação de REGULAR, segundo os critérios abaixo:

- MB > 1,0 publicação Internacional B/NRD4, NRD5 e NRD6/ano
- B= 0,8-0,99
- R= 0,6-0,79
- F= 0,4-0,59
- D= < 0,4
- Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição de autoria entre docentes: análise qualitativa.
- Autoria e co-autoria de discentes: análise qualitativa.

2. Reavaliação da Ponderação dos Quesitos da Ficha de Avaliação

Quesito III (Atividade de Pesquisa):

- Item 2: Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa: de 15,00 para 20,00
- Item 3: Adequação da quantidade de Linhas e Projetos de Pesquisa em relação à dimensão e à qualificação do NRD6: de 30,00 para 25,00

Quesito VI (Teses e Dissertações)

- Item 1: Vínculo das Teses e Dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa; adequação ao nível dos cursos: de 30,00 para 25,00.
- Item 2: Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas: de 30,00 para 25,00.
- Item 3: Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes: de 30,00 para 20,00.
- Item 4. Qualificação das /bancas examinadoras. Participação de membros externos: 10 pontos

- Item 5 (a ser incluído): Teses e Dissertações das quais resultaram publicações em periódicos indexados com índice de impacto: 20,00.

3. Sugestões para Reformulação da Ficha de Avaliação

Quesito II (Corpo Docente)

- Item 5: Participação dos NRD em atividades de graduação: devem ser considerados somente os NRD6.

Quesito III (Atividade de Pesquisa)

- Item 1: Onde se lê “Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração”, leia-se “Adequação, vínculo e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração”.
- Item 2: Onde se lê “Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa”, leia-se “Vínculo entre Linhas, Projetos de Pesquisa e Publicações”.
- Item 5: Orientação de bolsistas de Iniciação Científica pelo NRD: devem ser considerados somente os NRD6.

Quesito VI (Teses e Dissertações)

- Incluir item 5: Teses e Dissertações das quais resultaram publicações em periódicos.

Quesito VII (Produção Intelectual)

- Item 2: Onde se lê “Qualidade dos veículos ou meios de divulgação”, leia-se “Qualidade dos veículos ou meios de divulgação em relação ao NRD4, NRD5 e NRD6”.

4. Sugestões Gerais

- Definição pelo coordenador do que considera as linhas mais produtivas do seu Programa.
- Seguir o exemplo do CNPq, nos moldes do currículo Lattes, disponibilizando o relatório dos Programas para a CAPES para atualização contínua por meio da Internet.
- Criar sistema de classificação das revistas brasileiras nos moldes do Science Citation Index.
- Estimular os editores das revistas brasileiras, em especial as financiadas pela CAPES e CNPq, a melhorarem a qualidade visando atingir uma boa classificação internacional. Sugere-se: (1) Reunião com o editores; (2) Se for o caso, aumentar a ajuda financeira; (3) estabelecer normas e oferecer consultoria nacional ou internacional, se necessário.
- Considerar como produção de discente autor toda publicação científica oriunda de dissertação ou teses, mesmo depois da conclusão do curso, independente da data de publicação.

Para facilitar a análise dos programas sugere-se que o programa de Pós-Graduação envie um relatório contendo o exposto a seguir. Sugere-se que a equipe de computação da CAPES retire as informações, como listadas a seguir, para análise dos consultores.

1. Relação dos trabalhos completos publicados em periódicos: Colocar as referências completas, com o sobrenome e as iniciais do ou dos nomes de todos os autores, o ano da publicação, o volume, a primeira e a última páginas. O nome dos docentes vem em negrito e dos discentes autores em itálico. As referências devem ser numeradas, com números arábicos, precedidos das letras TC, já que essa numeração será utilizada para se referir a cada um dos trabalhos.

2. Relação dos resumos publicados em periódicos, da mesma maneira que para trabalhos completos. Os resumos serão numerados com números arábicos precedidos da letra R
3. Relação dos livros editados com indicação bibliográfica completa (autor, título, editora, local da edição, ano).
4. Relação dos capítulos de livro da mesma forma que para o item anterior.
5. Indicar o número de alunos matriculados no ano anterior, no ano base (novos), os desistentes e os titulados.
6. Indicar o tipo de participação dos discentes nas atividades de graduação.
7. Citar o número de discentes que já tem orientador.
8. Citar o número de discentes da graduação que estão sendo orientados, se tem bolsa (qual a natureza) ou não.
9. Descrever adequadamente as linhas e projetos de pesquisa, indicando em cada linha as publicações já resultantes. A indicação será feita pelo número de ordem da publicação: TC 12 ou R6, por exemplo.
10. Elaborar um quadro com a relação nominal dos docentes em que esteja indicado:
 - a) Titulação (se Mestrado ou Doutorado) ,
 - b) Tempo de titulação
 - c) Categoria do NRD
 - d) Orientandos na PG (número)
 - e) Orientandos na graduação (número)
 - f) Disciplinas na Pós-Graduação
 - g) Disciplinas na Graduação
 - h) As publicações de cada docente indicadas pelo respectivos números.

Relatório Síntese da Área II

Geral:

1. Houve uma tendência de melhora no preenchimento dos relatórios das diferentes áreas avaliadas;
2. Houve uma tendência a estabilidade dos cursos da área (em comparação com avaliação anterior) e uma melhora dos cursos considerados deficientes.
3. Os cursos de excelência da área - Medicina Tropical (FIOCRUZ, UFMG e UNIFESP) continuam com bom desempenho.
4. Dos seis cursos novos analisados, três foram recomendados (nível: três) (Medicina Tropical da UFG, Doenças Tropicais e Infectiologia da Faculdade de Medicina Triângulo Mineiro, Alimentos e Nutrição da UNESP/Araraquara) e três não foram recomendados.
5. Foi recomendada a visita de consultores da CAPES aos seguintes cursos:

- a) Anatomia Patológica do Rio de Janeiro (UFRJ)
- b) Psiquiatria do Rio de Janeiro (UFRJ)
- c) Doenças Infecciosas e Parasitárias do Rio de Janeiro (UFF)
- d) Saúde Mental da UNICAMP
- e) Medicina Tropical do Pará (UFPa)
- f) Saúde Mental da USP_Ribeirão Preto
- g) Patologia da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (FCMSCSP)

Documento de Área da Medicina II da Avaliação Trienal Elaborado no Período de 14/05 a 18/05/2001 pela Comissão de Avaliação

- A Comissão da Medicina II utilizou para avaliação dos programas dessa área os mesmos critérios estabelecidos para a grande Área de Ciências da Saúde
 1. Qualis Internacional
 - a) O JCR será adotado como referência base para a classificação dos periódicos internacionais. O índice de impacto a ser utilizado, será o obtido a partir da mediana dos índices de impacto dos periódicos específicos de cada área. Assim, foi definido que os periódicos com impacto igual ou superior a mediana serão A, abaixo da mediana serão B, e os que não aparecem no JCR mas estão catalogados no Medline ou em outros indexadores internacionais, serão C.
 - b) Respeitando-se a especificidade da área, foi definido que na área de Enfermagem a Revista Latino-Americana de Enfermagem, indexada no Medline, será classificada como Qualis Internacional B.
 - c) A classificação obtida por um periódico numa determinada área não necessariamente será mantida numa outra área dentro da grande área. Isso se deve ao fato da mediana ser diferente em cada área. Nesse caso, o periódico será classificado de acordo com a mediana da área em que será catalogado.
 2. Qualis Nacional: os periódicos, brasileiros ou não, que atendam os critérios de composição de corpo editorial e de consultores, regularidade e periodicidade, definidos pelas áreas, serão classificados como A ou B, sendo:
 - a) Qualis Nacional A: todos aqueles que se encontram indexados em pelo menos um dos seguintes indexadores internacionais: Medline, Embase, Web of Science, Scielo e outras bases de dados referenciais reconhecidas pela CAPES (Biological Abstracts, CAB Abstracts, Compendex, DII, Econlit, FSTA-Food Sciences & Technology Abstracts, GEOREF, MLA-Modern Language Association, Sociological Abstracts, WoS, High Wire Press, Ideal-Editora Academic Press, OVID, Editora Elsevier), ou num outro indexador internacional, o mais representativo da área.
 - b) Qualis Nacional B: serão aqueles indexados no LILACS ou que sejam editados por sociedades científicas nacionais representativas da área.
 - c) Qualis C: os demais periódicos que não atendam os critérios acima
 3. Livros e capítulos de livro: um livro completo com ISBN corresponderá a um artigo em periódico Qualis Nacional A e um capítulo de livro com ISBN corresponderá a um artigo em periódico Qualis Nacional B.

4. Relação entre produção intelectual mínima no triênio e conceitos de avaliação:
 - a) Programa nota sete: 80% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) deverão ter publicado no mínimo quatro artigos em Qualis Internacional A ou B, sendo que pelo menos três o sejam em Qualis Internacional A.
 - b) Programa nota seis: 80% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) deverão ter publicado no mínimo três artigos em Qualis Internacional A ou B, sendo que pelo menos um o seja em Qualis Internacional A.
 - c) Programa nota cinco: 80% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) deverão ter publicado no mínimo três ou mais artigos em Qualis Nacional A ou B, sendo que pelo menos 20% da produção total dos docentes NRD-6 + NRD-7 deverá ser em periódicos Qualis Internacional A ou B.
 - d) Programa nota quatro: 70% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) tenham publicado no mínimo quatro artigos em Qualis Nacional A ou B.
 - e) Programa nota três: 60% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) tenham publicado no mínimo três artigos em Qualis Nacional A ou B.
 - f) Programa nota dois: 50% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) tenham publicado no mínimo dois artigos em Qualis Nacional A ou B.
 - g) Programa nota um: as demais situações
5. Quesitos de avaliação/ nota do curso/programa.
 - a) Somente serão avaliados para obter notas seis e sete os programas com nota cinco que em todos os quesitos de avaliação obtiverem o conceito Muito Bom.
 - b) Para obtenção de nota cinco o programa deverá ter no mínimo quatro quesitos avaliados como Muito Bom, sendo que necessariamente deverão estar contemplados com este conceito os quesitos Corpo Docente, Atividade de Pesquisa e Produção Intelectual.
 - c) Para obtenção de nota quatro, os quesitos Corpo Docente, Atividade de Pesquisa e Produção Intelectual deverão necessariamente ter conceito Bom.
 - d) Para obtenção de nota três, os quesitos Corpo Docente, Atividade de Pesquisa e Produção Intelectual deverão ter no mínimo Conceito Regular.
 - e) Para o quesito Proposta do Programa cuja avaliação somente pode ser Adequada ou Inadequada, ficou estabelecido a tendência dada pelo próprio programa informatizado da CAPES: ADEQUADO OU INADEQUADO

Quadro Sinótico: Nota do Programa/Conceito dos Quesitos

Conceito	Proposta	Corp. Doc	Ativ. Pesq.	Ativ. Form.	Corp. Disc.	Tese/Dis.	Prod. Int.
7	AD	MB	MB	MB	MB	MB	EX
6	AD	MB	MB	MB	MB	MB	EX
5	AD	MB	MB	MB/B *	MB/B *	MB/B *	MB
4	AD	B	B	B/R **	B/R **	B/R **	B
3	AD	R	R	R/F ***	R/F ***	R/F ***	R
2	IN	R/F ****	R/F ****	F	F	F	R/F ****
1	IN	I	I	I		I	I

- * Pelo menos um destes quesitos deverá ter conceito MB
- ** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito B
- *** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito R
- **** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito R

Ainda em relação aos quesitos para a Inserção Internacional dos Programas de Excelência (notas seis e sete) há os itens de presença obrigatória e os de presença desejável:

Inserção Internacional

Presença obrigatória:

1. Publicações internacionais em periódicos com índice de impacto (JCR)
2. Doutorados sanduíches
3. Intercâmbio internacional demonstrado por meio de fomento internacional, programa de cooperação internacional, publicações em conjunto dos grupos parceiros

Presença desejável:

1. Participação em corpo editorial de revistas de circulação internacional (SCI)
2. Participação como convidado para eventos científicos internacionais (cursos, conferências, palestras e bancas)
3. Docentes e alunos outorgados com prêmios acadêmicos internacionais
4. Inserção de alunos estrangeiros no programa (M,D e Pós-Doutorado)
5. Patentes

Comissão de Avaliação

- Edson Marchiori - UFRJ
- Euthymia B. Almeida Prado - USP
- Fausto Edmundo Lima Pereira - UFES
- Francisco José Penna - UFMG
- Geraldo Brasileiro Filho - UFMG
- Hélio Vannucchi - USP/RP
- Jaderson Costa da Costa - PUC/RS
- João Pereira Leite - USP/RP
- José Silvério Santos Diniz - UFMG
- José Kerbauy - UNIFESP
- Julio Sérgio Marchini - USP/RP
- Léa Camillo-Coura - FIOCRUZ/UFRJ
- Léa Miriam B. Fonseca - UFRJ
- Luís Eduardo C. Andrade - UNIFESP

- Ronaldo Laranjeira - UNIFESP
- Vanize de Oliveira Macêdo - UNB - coordenadora

Medicina III

Cirurgia Geral

Cirurgia Torácica e Cardiovascular

Cirurgia Gastroenterológica

Clínica Cirúrgica

Ginecologia

Obstetrícia

Oftalmologia

Otorrinolaringologia

Avaliação foi realizada de acordo com os critérios estabelecidos no documento da Grande Área das Ciências da Saúde.

O processo de avaliação da área de Medicina III transcorreu no período de 21 a 25 de maio de 2001, no Anexo II do MEC, em Brasília.

Os membros da Comissão de Avaliação (CA) estão listados abaixo e 55 programas foram avaliados.

O processo de Avaliação foi realizado da seguinte maneira:

1. envio dos CDs relativos aos relatórios de 1998, 1999 e 2000, com duas semanas de antecedência, para serem analisados pelos membros da CA. Cada membro ficou responsável pela análise de três ou quatro programas;
2. após essa análise preliminar, cada programa foi apresentado à CA e discutido amplamente;
3. terminada essa fase foi proposto um conceito para cada programa;
4. todos os programas foram novamente revistos pela CA e as eventuais distorções percebidas foram corrigidas, atribuindo-se a nota final.
5. cinco programas que ainda comportavam dúvidas, foram reapresentados à CA e submetidos a uma terceira revisão.

A análise preliminar mostrou que houve uma distribuição normal dos conceitos como explicitado abaixo:

- Conceito cinco - quatro programas
- Conceito quatro - 19 programas
- Conceito três - 19 programas
- Conceito dois - oito programas
- Conceito um - quatro programas
- Conceito AS - um programas

Em comparação com o triênio anterior notou-se uma alteração significativa nos conceitos emitidos: seis subiram de conceito, 15 mantiveram; 21 caíram, oito foram qualificados como < dois.

6. Principais dificuldades encontradas nessa avaliação conforme numeração na ficha

II.1 Caracterização dos reais NRD6

II.2 Participação do NRD6 no programa.

III.1 Caracterização do vínculo interinsti-tucional de pesquisa

III.2 Definição da captação de recursos quanto a origem.

IV.1 Caracterização de distribuição da carga letiva e horária média

IV.5 Síntese e Indicadores das atividades de ensino na Residência e Extensão

VI.5 Estabelecer a relação entre Tese defendida e publicação decorrente

VI. 6 As informações do Qualis geradas pela CAPES exigiram uma revisão exaustiva por parte dos avaliadores.

Comissão de Avaliação

- Agnaldo Pereira Cedenho - UNIFESP
- Antônio Carlos Ligocki Campos - UFPR
- Aurélio Molina da Costa - FESP/UPE
- Flávio Aurélio Parente Settanni - UNIFESP
- Joaquim José Gama Rodrigues - USP
- José Antônio Aparecido de Oliveira - USP/RP
- José Renan da Cunha Melo - UFMG - Coordenador
- Luiz Bahamondes - UNICAMP
- Luiz Felipe Pinho Moreira - USP
- Luiz Francisco Poli de Figueiredo - UNIFESP
- Luiz Rohde - UFRGS
- Lydia Masako Ferreira - UNIFESP
- Marco Martins Amatuzzi - USP
- Nicolau Gregori Czeczko - FEMPAR
- Paulo Roberto Leitão de Vasconcelos - UFC
- Ricardo Antônio Refinetti - UFRJ
- Samir Rasslan - FCMSCSP
- Sebastião Cronemberger Sobrinho - UFMG
- Shoitikobaysi - UNESP

Odontologia

A comissão de avaliação da área de Odontologia reuniu-se nos dias 8 e 10 de Abril de 2001, na CAPES, para ajustar os critérios de avaliação estabelecidos para a Grande Área de Ciências da Saúde (ver página 40) às peculiaridades da Odontologia. Nessa ocasião foi avaliado um programa sendo discutido cada quesito com os respectivos itens da avaliação. Foram distribuídos para cada membro da comissão os programas/cursos que estariam sob sua responsabilidade para avaliação. Vários cursos/programas foram distribuídos em duplicata para posterior verificação da calibração. Em média cada membro da comissão recebeu seis programas, tendo-se o cuidado de não distribuir para os consultores o curso/programa de sua própria instituição.

No dia 21/05/2001, com a presença do observador externo Reinaldo Todescan Júnior , da Universidade de Toronto - Canadá, a comissão discutiu novamente os critérios para verificação do consenso nas avaliações realizadas em casa. Dessa discussão resultou que além dos aspectos quantitativos, a comissão também consideraria os aspectos qualitativos para a avaliação final.

Dando início as atividades, cada membro da comissão apresentou os **programas** avaliados sob sua responsabilidade para todos os demais membros e cada quesito era discutido antes de se chegar ao conceito final. Assim, foi discutido programa por programa na plenária. Essa sistemática foi adotada para verificação da homogeneização dos critérios. A coordenadora da comissão se reuniu com os coordenadores das áreas de Enfermagem, Saúde Coletiva e Medicina III em duas ocasiões, para discussão de dúvidas e observância dos critérios estabelecidos. Deve ser destacado que o processo inteiro foi acompanhado pelo observador estrangeiro.

Os avaliadores identificaram os docentes NRD6 para cada ano, pois foi verificado que para a maioria dos programas o número de docentes variou. Em todos os quesitos da avaliação trienal, a comissão pautou-se pelos critérios estabelecidos para a grande área e no que diz respeito ao quesito Produção Intelectual foi considerada apenas a produção de autoria de docentes NRD6 do programa. Os artigos publicados foram classificados de acordo com o Qualis da CAPES. Os periódicos internacionais com índice de impacto igual ou maior que 0,8 **foram classificados** como A, mediana da área de Odontologia, e periódicos com índice de impacto abaixo de 0,8 , como Qualis B.

A comissão considerou que alguns programas melhoraram em relação à avaliação realizada em 1998 e que outros pioraram. Entretanto, quando houve melhora nem sempre esta melhoria foi acompanhada por mudança de conceito uma vez que os critérios foram ajustados visando a excelência dos programas.

O processo de avaliação da área de Odontologia encerrou-se no dia 25/05 às 17horas.

Relação entre produção intelectual mínima no triênio e conceitos de avaliação

- a) Programa nota sete: 80% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) publicaram no mínimo quatro artigos em Qualis Internacional A e/ou B, sendo que pelo menos três sejam em Qualis A Internacional.
- b) Programa nota seis: 80% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) publicaram no mínimo três artigos em Qualis Internacional A e/ou B, sendo que pelo menos um seja em Qualis A Internacional.

- c) Programa nota cinco: 80% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) publicaram no mínimo três ou mais artigos em Qualis Nacional A ou B, sendo que pelo menos 20% da produção total dos docentes NRD-6 + NRD-7 foram em periódicos Qualis Internacional A ou B.
- d) Programa nota quatro: 70% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) publicaram no mínimo quatro artigos em Qualis Nacional A ou B.
- e) Programa nota três: 60% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) publicaram no mínimo três artigos em Qualis Nacional A ou B.
- f) Programa nota dois: 50% ou mais dos docentes (NRD6 + NRD7) publicaram no mínimo dois artigos em Qualis Nacional A ou B.
- g) Programa nota um: as demais situações.

Quesitos de avaliação/ nota do curso/programa

- a) Somente foram avaliados para obter notas seis e sete os programas com nota cinco que em todos os quesitos de avaliação obtiverem o conceito Muito Bom.
- b) Para obtenção de nota cinco o programa apresentou no mínimo quatro quesitos avaliados como Muito Bom, sendo que necessariamente deverão estar contemplados com este conceito os quesitos Corpo Docente, Atividade de Pesquisa e Produção Intelectual.
- c) Para obtenção de nota quatro, os quesitos Corpo Docente, Atividade de Pesquisa e Produção Intelectual deverão necessariamente ter conceito Bom.
- d) Para obtenção de nota três, os quesitos Corpo Docente, Atividade de Pesquisa e Produção Intelectual deverão ter no mínimo Conceito Regular.
- e) Para o quesito Proposta do Programa cuja avaliação somente pode ser Adequada ou Inadequada, ficou estabelecido a tendência dada pelo próprio programa informatizado da CAPES: ADEQUADO OU INADEQUADO

Quadro Sinótico: Nota do Programa/Conceito dos Qusitos

NOTA	QUESITOS						
	PROPOSTA	CORPO DOCENTE	ATIVIDADE PESQUISA	ATIVIDADE FORMAÇÃO	CORPO DISCENTE	TESES DISSERT.	PRODUÇÃO INTELECT.
7	AD	MB	MB	MB	MB	MB	EX
6	AD	MB	MB	MB	MB	MB	EX
5	AD	MB	MB	MB/B *	MB/B*	MB/B*	MB
4	AD	B	B	B/R**	B/R**	B/R**	B
3	AD	R	R	**	R/F***	R/F***	R
2	IN	R/F****	R/F****	F	F	F	R/F****
1	IN	I	I	I	I	I	I

* Pelo menos um destes quesitos deverá ter conceito MB

** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito B

*** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito R

**** Pelo menos dois destes quesitos deverão ter conceito R

Ainda em relação aos quesitos para a Inserção Internacional dos Programas de Excelência (notas seis e sete) há os itens de presença obrigatória e os de presença desejável:

Inserção Internacional

Presença obrigatória

1. Publicações internacionais em periódicos com índice de impacto (JCR)
2. Doutorados sanduíches
3. Intercâmbio internacional demonstrado por intermédio de fomento internacional, programa de cooperação internacional, publicações em conjunto dos grupos parceiros

Presença desejável

1. Participação em corpo editorial de revistas de circulação internacional (SCI)
2. Participação como convidado para eventos científicos internacionais (cursos, conferências, palestras e bancas)
3. Docentes e alunos outorgados com prêmios acadêmicos internacionais
4. Inserção de alunos estrangeiros no programa (M,D e Pós-Doutorado)
5. Patentes

Comissão de Avaliação

- Altair Antoninha Del Bel Cury - UNICAMP - Coordenadora
- Ana Maria Bolognese - UFRJ
- Aronita Rosenblatt - UEPE
- Elcio Marcantonio Junior - UNESP/Araraquara
- Flávio Demarco - UFPE
- Isabela A. Pordeus - UFMG
- Lelia Batista de Souza - UFRN
- Lourenço Correr Sobrinho - UNICAMP
- Luis Fernando Pegoraro - USP
- Marcia Valera - UNESP/SJC
- Maria Carmeli Sampaio - UFPB
- Maria José Rocha - UFSC
- Ney Soares de Araújo - USP/SP
- Nilza Pereira Costa - PUC/RS
- Paulo Perri de Carvalho - UNESP/Araçatuba
- Tânia Maria Drehmer – UFRGS
- Maria José Rocha - UFSC
- Maria Carmeli Sampaio - UFPB

Saúde Coletiva

1- Procedimentos

A avaliação ocorreu no período de 21 a 25 de maio de 2001, nas dependências da CAPES, em Brasília. Os critérios de avaliação foram discutidos previamente em reuniões realizadas em Brasília com parte da comissão e no tocante aos diferentes quesitos obedeceu aos parâmetros definidos em reunião da Grande Área de Saúde, com pequenas adaptações para atender aos itens próprios da Saúde Coletiva (SC) , cujo teor foi amplamente divulgado aos coordenadores de programas.

O processo de avaliação foi conduzido em quatro estágios. Num primeiro momento, cada programa foi analisado por dois consultores, de acordo com itens existentes na ficha de avaliação padrão da SC. Nessa etapa, como em todas as outras, nenhum dos membros, como já foi descrito, participou da avaliação de programas da instituição à qual está vinculado.

Num segundo momento, a ficha de avaliação de cada programa foi relatada para a plenária da comissão, quando então foram discutidos em detalhe o conceito de cada item e de cada quesito e o conceito global.

A seguir, os programas elegíveis para os níveis de excelência (doutorados, nota cinco, com todos os quesitos MB) foram examinados, em detalhe, pelos consultores externos, para sua avaliação frente às pro-postas de “perfil de excelência” (ver pág 36).

No quarto momento, estabelecida novamente a plenária, reexaminou-se, em detalhe, todos os programas revendo-se cada quesito, os conceitos e as recomendações para cada um deles. Promoveu-se com o conjunto de consultores a avaliação final dos programas candidatos a conceitos seis e sete, ausentando-se os dois consultores vinculados às IES em avaliação. Finalmente, o grupo definiu o conteúdo deste relatório final.

2 - Avaliação dos Programas

Generalidades

A proposta de avaliação dos cursos de pós-graduação feita pela CAPES, ao lado de suas importantes características para aferição dos programas, bem como sua constituição como relevante e inédito instrumento para avaliação, constitui-se em elemento valioso, não obstante a necessidade de seu contínuo aprimoramento, para orientar a formulação e condução destes programas. Observa-se que a partir desse processo, entre outros, os coordenadores procuram reorientar e adequar os seus programas para atender aos requisitos postos para programas de pós-graduação. Percebe-se o esforço realizado pelos programas para atingir patamares elevados de avaliação, em todos os quesitos, identificando-se ajustes nas propostas de programa, na composição do corpo docente, na estrutura curricular, no fluxo de alunos e na produção intelectual.

A distribuição dos cursos mostra que cinco deles alcançaram conceito cinco: um na região NE, três na região SE e um na região S. Nenhum deles alcançou, ainda, níveis de excelência, mostrando a necessidade de dar continuidade e incremento a amplos investimentos nos programas, especialmente nos intercâmbios científicos e aumento da produção intelectual. Outros cinco programas obtiveram o conceito quatro, dez o conceito três, e quatro deles o conceito dois. Para vários programas foram recomendadas visitas, que a juízo da comissão constitui-se numa peça complementar e importante para a avaliação dos programas, bem como para a adequada (re)organização dos mesmos.

Proposta de programa

De um modo geral, as propostas dos programas aprimoraram-se nesse triênio e vários programas empregaram esforços para apresentar compatibilidade de suas áreas de concentração, bem como se empenharam na adequação de suas propostas à área de conhecimento da Saúde Coletiva.

Corpo docente

Com raríssimas exceções praticamente todos os programas dispõem na totalidade de seu quadro docente de professores com titulação adequada aos programas de pós-graduação, com o número mínimo de seis NRD-6, sendo insignificante a proporção de docentes não doutores,. Problemas apontados em avaliações anteriores persistem: a) embora em menor grau, observa-se, em alguns programas, a inclusão de docentes com formação e atuação científica fora da área de conhecimento (fato este que será melhor analisado a partir dos seminários sobre a área que a comunidade está se propondo a realizar); b) continuam referências a pouca renovação do corpo docente, devidas, certamente, à insuficiente abertura de novas vagas, em especial nas IES públicas e ao reduzido uso de programas de treinamento e atualização de docentes pesquisadores e do escasso aproveitamento e incorporação de recém-doutores. Registra-se as persistentes e crescentes dificuldades dos grupos localizados fora do eixo Sul-Sudeste de atrair, recrutar e fixar docentes com sólida formação científica; e, c) na maioria dos programas, ocorre uma utilização reduzida de oportunidades de intercâmbio científico, traduzida na baixa freqüência de professores visitantes, raros licenças sabáticas (ou pós-doutoramento) e escassos projetos multicêntricos nacionais e internacionais.

Atividades de pesquisa

Embora, por referência a avaliação anterior, se detecte formas mais organizadas de apresentação de linhas de pesquisa, alguns programas reportam, ainda, alguma dificuldade em agrupá-las de modo mais sistemático. Identifica-se avanços na consolidação de linhas de pesquisa, bem como uma maior participação de discentes nessas atividades, ressaltando-se que houve um real incremento na busca por financiamentos nas diferentes agências financiadoras. A continuidade e fortalecimento desse movimento permitirá nos momentos próximos futuros as desejadas criação e consolidação de identidades científicas, propiciando um melhor posicionamento de cada grupo na comunidade científica nacional e internacional. Nota-se, ainda, uma tímida presença de atividades de pesquisa de caráter colaborativo, de âmbito nacional e, especialmente, de âmbito internacional.

Atividades de formação

A maioria dos programas, com flexibilidade curricular de graus variáveis, oferecem disciplinas pertinentes ao campo da Saúde Coletiva e, em geral, bem distribuídas. Os docentes estão, na sua quase totalidade, aptos e devidamente qualificados para oferecer as suas respectivas disciplinas. Há programas em que se observa uma concentração de disciplinas em alguns docentes. Não se encontram informações que permitam analisar o monitoramento da qualidade de ensino.

Corpo discente

As observações da avaliação anterior se reiteram. A maioria dos programas exibe uma boa integração graduação e pós-graduação, que se acentuou no período com um maior número de bolsas de iniciação científica. Embora, haja mudança do perfil, a participação de estudantes em publicações e eventos científicos concentram-se, em algumas situações, naqueles da própria IES. Persiste em alguns programas a distribuição desigual de orientandos por orientadores. Não foi coletada informações sobre a ocorrência de bolsa sanduíche, indicador indireto do grau de intercâmbio nacional e internacional do programa, fato este que sinaliza para a necessidade de criação de um campo específico na coleta de dados.

Teses e dissertações

Observa-se uma melhora acentuada nos tempos de titulação, e vários programas estão bem adequados aos tempos indicados. As atividades intermediárias de avaliação continuam sem registro previsto, o que impede análises mais precisas sobre este tópico. Em geral, os programas compõem suas bancas examinadoras com avaliadores externos, modificando-se, desta forma, para melhor o padrão anteriormente registrado. Persiste a questão já registrada de que o sistema de coleta de dados não inclui dados sobre a publicação e divulgação científicas e sua relação com o material gerado pelas teses defendidas e dissertações apresentadas no programa.

Produção intelectual

O volume de publicações acentuou-se no triênio, mantendo-se uma elevada participação em Congressos, especialmente da área de Saúde Coletiva. Há uma produção importante sob a forma de livros e capítulos de livro, característica própria da área. A produção científica em periódicos QUALIS A e B está aquém dos patamares indicados, devendo-se registrar, entretanto, que houve uma melhora acentuada, no período. Algumas instituições mostram deficiências neste item e em algumas observa-se, adicionalmente, significativa concentração de publicações em alguns docentes, implicando, como já observara anteriormente, parcela de docentes que não publicam.

A questão mais polêmica e que mobilizou (e tem mobilizado) a comunidade acadêmica e a comissão refere-se à classificação dos periódicos QUALIS-Saúde Coletiva.

A comissão analisou os argumentos seguintes para definir seu posicionamento quanto a esta classificação, no tratamento dos Cadernos de Saúde Pública, Revista Panamericana de Salud Pública e Revista de Saúde Pública.

- A busca do equilíbrio entre pertinência e excelência é uma preocupação permanente da área de Saúde Coletiva. Trata-se de uma área em busca de um permanente equilíbrio entre sua legitimidade social (pertinência) e legitimidade científica (excelência).
- No que se refere à produção científica, tanto a definição da agenda de pesquisa, como o processo de desenvolvimento dos projetos, como particularmente os meios de divulgação dessa produção, devem atender a este equilíbrio entre pertinência e excelência. O desvio em qualquer uma dessas direções, ou seja uma ênfase exagerada à excelência acadêmica ou à pertinência pode comprometer a legitimidade da área.
- Tanto a base de dados desenvolvida pelo ISI como pela NLM (MEDLINE) não foram originalmente concebidas para avaliar qualidade da produção científica de um país como o Brasil, menos ainda em uma área com as características da Saúde Coletiva. Por esta razão, não se justifica usar como único critério para a classificação automática de uma revista

científica da área como “internacional A” sua inclusão em uma base como o ISI. O julgamento da qualidade de uma publicação da área deve ser feita em função das características da área e do juízo dos que nela atuam.

- Com base no anterior, a comissão de avaliação da área de Saúde Coletiva trabalhou com a decisão de incluir além da Revista de Saúde Pública, indexada no ISI, na categoria maior, ou seja, internacional A, os Cadernos de Saúde Pública e a Revista Panamericana de Salud Pública. Estas duas revistas, indexadas no MEDLINE, atendem plenamente os critérios de regularidade, periodicidade, circulação internacional, corpo editorial de alto nível internacional, artigos de autores estrangeiros, etc.
- Mais importante ainda, tais revistas são reconhecidas pela comunidade científica da área como veículos idôneos, a par das revistas de maior impacto da área. Esta afirmação pode ser comprovada, por exemplo, por meio dos dados do site SciELO Saúde Pública coordenado pela BIREME. Neste site foram incluídas cinco revistas de Saúde Pública (www.scielosp.org): Revista de Saúde Pública, Cadernos de Saúde Pública, Revista Panamericana de Salud Pública, Revista Española de Salud Pública e Salud Pública de México.

Nome da Revista	Issues	Artigos	ISI	MEDLINE	SciELO
Cadernos de Saúde Pública	33	587	Não	Sim	1996
Revista de Saúde Pública	27	396	Sim	Sim	1997
Revista Panam S. Pública	48	427	Não	Sim	1997
Revista Española S. Pública	25	200	Sim	Sim	1997
Saúde Pública de México	27	249	Sim	Sim	1997

Tomando-se a única revista brasileira deste site indexada em ambas bases internacionais, ou seja, Revista de Saúde Pública, e analisando-se as citações bibliográficas dos autores que nela publicaram em 1999 (último ano em que a revista está plenamente indexada), se observa que entre as dez primeiras revistas mais citadas por estes autores se incluem os Cadernos e a Revista Panamericana, em igualdades de condições com as outras oito revistas, todas elas indexadas em ambas bases. No ano de 1999 a Revista de Saúde Pública publicou 797 citações de 321 revistas. No quadro abaixo se incluem a dez revistas mais citadas:

Nome da Revista	No. Citações	ISI	MEDLINE
Revista de S. Pública	62	Sim	Sim
Am. J. Epidemiology	27	Sim	Sim
Cadernos S. Pública	24	Não	Sim
Int. J. Epidemiology	24	Sim	Sim
Am. J. Public Health	19	Sim	Sim
Revista Panamericana	18	Não	Sim
JAMA	18	Sim	Sim
Social Sci. & Medicine	18	Sim	Sim
Mem. Inst. O. Cruz	15	Sim	Sim
Lancet	12	Sim	Sim

Por todo o anterior se pode concluir que a comunidade científica da Saúde Coletiva reconhece “Cadernos de Saúde Pública”, “Revista Panamericana de Salud Publica” e “Revista de Saúde Pública” entre os principais veículos de sua produção científica, em igualdades de condições com as mais reconhecidas revistas da área.

Vale salientar, que o caráter multidisciplinar da área implicou a consulta aos QUALIS propostos pelas demais áreas/subáreas da CAPES para melhor avaliar e classificar a qualidade dos periódicos, obedecendo a sua importância específica no interior destas sub-áreas. Cabe

destacar também que os critérios de internacionalização das revistas e sua classificação obedeceu aos critérios, amplamente divulgados e utilizados pela Grande Área de Saúde, de sua presença em bases internacionais como o JCR (valores de impacto igual a mediana ou mais = A; abaixo da mediana = B); o MEDLINE, Sociological Abstracts, etc. (C); as nacionais, presentes no MEDLINE A, no LILACS (B) e as demais (C).

Avaliação de programas seis e sete

Dentre os cinco programas que receberam conceito cinco, a comissão recomendou para serem considerados como candidatos aos conceitos seis e sete, dois deles: ENSP e ISC/UFBA. Tomando em consideração as guias da CAPES para programas seis e sete e a partir das recomendações expressas no documento “Perfil de Excelência” (ver pág 36) - estruturou-se o quadro abaixo visando contemplar a seleção da série de indicadores listados a seguir:

- corpo docente: % de titulados pos-doc; mínimo de 80% em NRD-6; projeção nacional e internacional indicada por produção científica, participação em comitês e corpo editorial de revistas internacionais, participação em programas de pos-doutorado e eventos internacionais (por exemplo, cursos de pós-graduação como professor visitante).
- Atividades de pesquisa: intercâmbio científico expresso por projetos colaborativos e publicações conjuntas.
- Discentes: conceito MB nos itens alunos/orientadores NRD-6 e titulados/ingressantes (itens 5.1 e 5.3); 30% discentes publicando em **QUALIS A e/ou B**; doutorados sanduíche no exterior e presença de alunos estrangeiros;
- Teses e dissertações: tempo de titulação 24 meses para mestrado e 48 para doutorado; banca com externos na proporção 1/3 em Mestrado e 2/5 em Doutorado; publicação de teses em Qualis A ou B;
- Produção intelectual: conceito 6- 80% dos NRD-6 publicam três trabalhos em Qualis internacional A ou B, sendo pelos menos um em **QUALIS internacional A** no triênio; conceito sete - 80% NRD-6 pelo menos quatro trabalhos em QI A ou B, sendo três em QI A.

Resultados da avaliação segundo este indicadores:

Indicador	ENSP	ISC/UFBA
Titulação pos-doc NRD-6	25%	40%
% NRD-6	70; 77; 87	86; 50; 39,1
Particip. Comitês, eventos	S/I	+++++
Professores visitantes	S/I	+++++
Publicações colaborativas	S/I	S/I
MB itens 5.1 e 5.3	MB; MB	B; MB
30% disc pub Q A/B	S/I	S/I
Dout. Sandwich	S/I	+++++
Alunos estrangeiros	++	+++++
Tempo titul. 24/48 meses	Sim	Sim
Banca 1/3 e 2/5 externos	Sim (MB)	Não (Fraco)
Publ. Teses Q A/B	S/I	S/I
Prod. Intelectual % requisito 6 (mínimo 80%)	30%	63%

Comentários

1. Os formulários não estão desenhados em função dos indicadores adotados para os conceitos seis e sete, de maneira que para vários destes indicadores não existe a informação pertinente ou é praticamente impossível recuperá-la. Este é o caso, por exemplo, da produção científica dos alunos, publicações de teses, produção intelectual de cada docente, etc. Em outros casos a informação eventualmente existe no formulário descritivo do programa, sendo ali colocada por iniciativa do próprio programa e não como um requisito obrigatório;
2. Em relação à ENSP, sua importante inserção ao nível local e nacional, por intermédio de atividades de pesquisa, docência e serviços não encontra correspondência no que se refere ao intercâmbio internacional. Embora as informações a respeito não sejam suficientemente detalhadas, indicam que se trata principalmente de atividades de cooperação e assistência a países de menor desenvolvimento do que uma efetiva interação com instituições equivalentes no exterior. A vaga menção a este tipo de interações, sem nenhuma especificação do conteúdo e produto das mesmas faz com que seja impossível, por exemplo, obter dados sobre professores da ENSP atuando como professores visitantes, doutorados sanduíche, projetos e publicações colaborativos. No que se refere à produção intelectual, esta não alcança o requisito mínimo exigido para o nível seis. A produção científica veiculada por revistas QUALIS internacionais A e B encontra-se bastante concentrada em poucos investigadores.
3. Em relação ao ISC/UFBA, as informações sobre atividades de intercâmbio em nível internacional encontram-se muito bem descritas, permitindo observar uma intensa atividade no que se refere ao intercâmbio de docentes, alunos e projetos colaborativos, embora sem ainda verificar-se a mesma importância no que se refere a publicações conjuntas. A produção intelectual em revistas QUALIS Internacional A ou B é menor que o requisito mínimo exigido para o conceito 6. O programa apresenta também deficiências no que se refere à relação discentes/orientador e em relação à composição das bancas examinadoras de teses.
4. Recomenda-se uma maior divulgação dos critérios para alcançar os conceitos seis e sete e uma melhor adequação das informações a estes critérios. Em especial ambos programas selecionados (estendendo-se, é óbvio a todos os programas), particularmente a ENSP, devem procurar reforçar e desconcentrar sua produção científica em revistas QUALIS Internacional A ou B para alcançar os patamares previstos para os perfis de excelência.

3 - Recomendações

Quanto ao Instrumento de Coleta é necessário que se acrescente campos específicos para:

- qualificar e identificar de modo mais preciso os NRD-6/7, com um campo para registrar, quando couber, sua classificação como Pq/CNPq;
- informar sobre a produção específica dos NRD6/7, bem como do conjunto de NRD-4/5/6/7, visando apreciar e valorizar a produção deste conjunto;
- discriminar processos intermediários de avaliação; composição das bancas de exames de qualificação;
- prover informações mais detalhadas sobre a participação dos discentes no programa (articulação com graduação, participação nas linhas de pesquisa);
- registrar a produção discente baseada em teses/dissertações defendidas no programa, mesmo depois de sua defesa e, portanto, encerramento do vínculo do aluno;

- informar sobre doutorado sanduíche, pós-doutoramentos, professores visitantes recebidos e oferecidos;
- informar sobre valor dos financiamentos a projetos de pesquisa, agência financiadora e recursos financeiros por docente.

Sugere-se aos PROGRAMAS que:

- estimulem e incrementem a adoção de doutorados sanduíche, programas de pós-doutorado, bem como ampliem a participação de professores visitantes. Para tanto, recomenda-se que para estas situações sejam acionados tanto os programas nacionais e internacionais. Espera-se que com esta ação possa se ampliar e consolidar atividades de intercâmbio no campo científico;
- ampliem sua produção científica especialmente em veículos A e B, especialmente os primeiros;
- se organizem visando (via Fórum de Coordenadores, por exemplo) uma classificação para qualificar livros e capítulos de livro.

Sugere-se à CAPES:

- implantar como atividade de rotina visitas aos programas e tornar disponível para a comissão, como o fez nesta ocasião, os respectivos relatórios;
- estimular procedimentos de intercâmbio científico, por meio do incremento de doutorados sanduíche e professores visitantes, em nível nacional e internacional, valorizando ambos;
- dar prioridade a utilização/compatibilização da base Lattes para a coleta de dados, especialmente da produção intelectual;
- promover uma reunião para debater as concepções de área de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, tomando por base um documento preliminar preparado especialmente para este evento;
- estimular e financiar estudos sobre os programas de pós-graduação (explorando os dados existentes), haja vista a riqueza dos dados coletados nos Cadernos, bem como a excelência deste processo de avaliação. Espera-se como produto de um trabalho desta natureza a geração de insumos para o contínuo aprimoramento deste bem-sucedido processo de avaliação;
- é imperioso que se promova uma discussão sobre o processo de qualificação dos produtos de divulgação científica e, no caso dos programas de pós-graduação, os periódicos, livros e capítulos de livro. Para tanto, a comissão sugere que se promova um amplo debate que envolva, também, pesquisadores e profissionais da área de Ciências da Informação, utilizando-se da experiência que a BIREME alcançou e vem desenvolvendo na definição de indicadores bibliométricos que superem obstáculos anteriormente apontados.

Ao representante de área, Moisés Goldbaum (FMUSP), coube a coordenação dos trabalhos. A composição da comissão procurou garantir a representatividade regional, a variedade dos programas existentes e os campos disciplinares da SC (administração e planejamento, ciências sociais em saúde e epidemiologia). Vale destacar que o consultor, por ocasião da análise de seu próprio programa, não teve nenhuma participação na análise e julgamento do mesmo, ausentando-se das sessões plenárias.

Comissão de Avaliação

- Aluísio J. D. Barros - DMS-UFPel
- Ana Maria Malik - PROAHSA-FGV
- Carlos E. A. Coimbra Jr. - ENSP-FIOCRUZ
- Everardo Duarte Nunes - FCM-UNICAMP
- Madel Therezinha Luz - IMS-UERJ
- Maria de Fátima P. Militão de Albuquerque - NESC-FIOCRUZ
- Moisés Goldbaum - FMUSP - coordenador
- Naomar de Almeida Filho - ISC-UFBA
- Ruy Laurenti - FSP-USP

Dois consultores externos compuseram a comissão: Alberto Pellegrini Filho (OPAS) do exterior (da área de conhecimento) e Sidney E. B. dos Santos (UFPA), do país (de outra área de conhecimento).

Ciências Biológicas

Ciências Biológicas I

Biologia Geral

Botânica

Genética

Oceanografia Biológica

Zoologia

A área de Ciências Biológicas I compreende cinco subáreas: Biologia Geral, Botânica, Genética, Oceanografia Biológica e Zoologia. Os dados avaliados dos cursos, referem-se a avaliação geral de 2001, com base nos relatórios dos anos de 1998, 1999 e 2000. Para esta análise, a comissão de avaliação foi composta de 16 consultores de Instituições de Ensino Superior e Instituições de Pesquisa das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País. A proporção dos consultores, por origem da área geográfica, seguiu a proporção dos programas de área, com a região Sudeste tendo quase 50 por cento dos avaliadores. Foram avaliados 72 programas, sendo 44 de mestrado/ doutorado, 27 de mestrado e 1, apenas de doutorado.

Houve um significativo aumento no número de artigos publicados em periódicos considerados de nível Internacional A e de nível Nacional A. Esses periódicos foram classificados no sistema QUALIS da CAPES seguindo a classificação como se segue: periódicos indexados pelo “Institute Service Information” (ISI), sem utilizar o índice de impacto, foram classificados como Internacional A; os melhores periódicos nacionais, não indexados pelo ISI, indicados pela comissão de avaliação, foram classificados como Nacional A. Nacional, neste sentido, corresponde a origem do periódico, do Brasil ou qualquer outro País; e, os outros periódicos indexados foram classificados como Nacional B. A comissão entende que deveriam ter apenas três níveis de classificação dos periódicos, para um melhor entendimento da comunidade acadêmica/científica. Entretanto, é interessante ressaltar que em algumas subáreas, é

necessário aumentar o número de publicações em periódicos de nível A, nacionais ou internacionais, deficiência que foi verificada em diversos programas.

A distribuição dos conceitos na área mostrou que apenas um programa recebeu conceito sete, dois programas receberam conceito seis, 24 receberam conceito cinco, 34 receberam conceito quatro, nove receberam conceito três e apenas dois programas receberam conceito dois. A distribuição dos conceitos na área de Ciências Biológicas I mostrou uma maior concentração nos níveis quatro e cinco, aliás condição esperada pela comissão após resposta positiva da maioria dos programas das sugestões/criticas das avaliações continuadas.

Ressalto que, a comissão de avaliação está propondo três programas como excelência: Genética - UFRGS como nível sete; Biologia Molecular - UNB como nível seis; e, Genética - USP/Ribeirão Preto como nível seis. As recomendações sobre a excelência dos programas estão inseridas nas análises dos respectivos programas.

Ressalto que nesta avaliação foram utilizados cerca de 60 parâmetros numéricos, indicados pela comissão para todos os programas na área e, deste modo, as notas são comparáveis dentro da área, apesar da grande heterogeneidade entre as subáreas.

Abaixo, foram incluídos os relatórios de cada subárea. Diversas considerações são feitas, bem como sugestões a serem apresentadas à CAPES para aprimorar a coleta de dados e consequentemente otimizar a próxima avaliação.

Ressalto que uma visita, por pelo menos dois membros da comissão de avaliação, a cada programa no período de avaliação, subsidiará fortemente a avaliação trianual com uma análise "in loco" dos diversos parâmetros que são avaliados pela comissão.

Biologia Geral

Durante a avaliação 2001 (anos-base 1998, 1999 e 2000), a subárea de Biologia Geral da comissão de Ciências Biológicas I da CAPES avaliou 17 programas, sendo dois deles novos (UMC e UNIVAP, implantados em 2000/2) e um com atividade fora da sede (doutorado em Ciências da UFPE): Os outros 14 programas são: Biotecnologia (UCS), Biologia Celular (UEM), Biociências Nucleares (UERJ), Biologia (UFG), Ciências Biológicas (UFOP), Biotecnologia de Produtos Bioativos (UFPE), Biologia de Fungos (UFPE), Biologia Celular e Molecular (UFRGS), Biotecnologia Vegetal (UFRJ), Bioquímica Toxicológica (UFSM), Biologia Molecular (UnB), Biologia Celular e Molecular (UNESP/RC), Biologia Celular e Estrutural (UNICAMP) e Biologia Comparada (USP/RP).

Dos 14 programas com atividades regulares já em andamento em 2000, oito possuem cursos de mestrado e doutorado, enquanto seis possuem apenas cursos de mestrado. Dos oito doutorados, entretanto, três são novos (UFRGS, UEM e USP/RP) e ainda não houve tempo para defesas de tese. Houve defesas de teses de doutorado em todos os programas que já possuem cursos de doutorado funcionando há mais de cinco anos, em todos os anos da avaliação, com exceção do programa em Biologia Celular e Molecular da UNESP/RC (defesas apenas em 2000).

Com pouquíssimas exceções, os programas responderam às sugestões apontadas pela comissão durante as avaliações continuadas, de modo que as estruturas curriculares, áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa e vinculações, de um modo geral, estejam adequadas. O número de alunos por NRD6 também estejam adequado, com média geral de 2,3 e 1,3 alunos/NRD6 para o mestrado e doutorado, respectivamente, sendo ligeiramente maior nos programas apenas com mestrado. De um modo geral, a atuação do NRD6 em disciplinas e orientação é satisfatória, estando freqüentemente acima de 70% na maior parte dos programas.

Os tempos de titulação variaram nos diferentes programas, com intervalo entre 20,0 meses (UFSM) e 42,1 meses (UFRJ) para o mestrado (média geral igual a 30,5). Para o doutorado, os tempos foram mais elevados do que o esperado nos quatro programas, com média geral igual a 56,7. Embora os tempos de titulação, na maior parte dos programas, tenham sido reduzidos consideravelmente entre as duas avaliações (1998 e 2001), os valores ainda são relativamente elevados considerando-se as metas da CAPES, especialmente para os doutorados. O fluxo de alunos, especialmente no doutorado, consequentemente, também apresenta alguns problemas. O número de titulados por NRD6, refletindo a produtividade de teses e dissertações, também variou entre 0,23 (UNESP/RC) e 0,73 (na UFG), com valor médio geral igual a 0,52.

Em relação à produção científica, a média geral de trabalhos completos/docente/ano foi igual a 1,89, variando entre 0,60 (UFOP) e 2,90 (UEM). Apesar da grande variação na quantidade entre os programas, a qualidade da produção é um dos pontos de destaque na subárea, com nove dos 13 programas apresentando mais de 80% dos artigos publicados em periódicos de nível A (o valor mínimo foi de 60% em periódicos A). A produção discente, entretanto, continua relativamente baixa, com proporção média de trabalhos completos em co-autoria discente/docente igual a 28%, variando entre 0% (UFOP) e 9% (UFG e USP/RP) e 57% (na UEM). A co-autoria total (incluindo resumos), entretanto, é de um modo geral satisfatório, e existe uma tendência de que os programa apenas com cursos de mestrado possuam uma produção discente ligeiramente menor.

Como consequência das avaliações continuadas e da unificação dos critérios de avaliação para todas as subáreas dentro do comitê de Ciências Biológicas I, os conceitos finais dos programas melhoraram, de um modo geral, entre 1998 e 2001. Os programas da UFPE (Biotecnologia de Produtos Bioativos), da UCS e da UFG passaram de conceito três para quatro enquanto o curso novo da UFSM passou de conceito três (implementação) para conceito cinco. O programa de Biotecnologia Vegetal da UFRJ corrigiu a maior parte dos problemas apontados anteriormente pela comissão multidisciplinar (conceito dois em 1998) e passou para nível quatro em 2001. O programa da UFOP manteve seu conceito de implementação (três). Os programas da UEM, UnB, UFPE (Biologia de fungos) passaram de conceito quatro para cinco. Os programas da UNICAMP, UERJ e o novo programa da UFRGS continuaram com nível cinco. Os programas novos da UMC e UNIVAP mantiveram os conceitos das implantações (três) ocorridas em 2000. O programa de doutorado inter-institucional da UFPE manteve-se com conceito quatro. O programa da USP/RP manteve o conceito quatro da sua implantação em 1998 e o programa da UNESP/RC manteve o nível três da avaliação anterior. No caso do programa da USP/RP, fica evidente a necessidade de grandes mudanças na estrutura do curso com um todo, mas é importante ressaltar que o curso foi transferido do comitê multidisciplinar para a comissão de Ciências Biológica I apenas recentemente, sendo esta sua primeira avaliação pela subárea de Biologia Geral da CBI. Quanto ao programa da UNESP/RC, durante o período de avaliação completo (1998-2000) os indicadores quantitativos e qualitativos apontaram alguns problemas, não havendo uma resposta do programa às sugestões da CAPES desde a avaliação de 1998. Mas o relatório de 2000 mostra uma tendência clara de melhoria recente no programa, atendendo pelo menos parte das sugestões apontadas anteriormente (em 1998 e nas avaliações continuadas). Assim, também espera-se uma melhoria de conceito nas próximas avaliações caso este programa continue apresentando essas tendências positivas.

Em resumo, em 2001, dos 17 programas da subárea de Biologia Geral, sete alcançaram nível cinco, seis apresentam nível quatro e quatro apresentam nível três. Dos programas com nível cinco e doutorado consolidado, a comissão recomenda que seja atribuído um conceito seis ao programa em Biologia Molecular da UnB, em virtude do enquadramento no perfil de excelência da área de Ciências Biológica 1 e de sua importância pioneira na formação de recursos humanos em Biologia Molecular.

Nesse contexto, destacamos a produção científica elevada (2,16 artigos/docente/ano) do programa, associada a alta qualidade dos veículos de publicação (96% dos artigos publicados em

periódicos nível A), com grande participação discente (62% dos artigos em co-autoria). O NRD6 está equilibrado, com excelente nível de atuação e, ao mesmo tempo, renovação pela incorporação de jovens pesquisadores.

Botânica

Foram avaliados 15 programas, sendo oito de mestrado e doutorado e sete apenas de mestrado. No ano base de 2000 foram publicados um total de 1540 trabalhos, dos quais 277, em revistas classificadas como A pelo QUALIS da CAPES. A qualidade dos veículos melhorou na maioria dos programas. Um dos problemas comuns a vários programas é o da distribuição das publicações não ser equitativa entre os membros do corpo docente. Embora estejamos cientes de que isso seja consequência de uma distribuição também desigual de carga didática e administrativa entre os docentes de cada IES, e até mesmo decorrente da vocação de cada um, recomendamos que os coordenadores façam um esforço para cobrar dos docentes menos ativos nesta importante vertente de produtos um maior empenho na quantidade e qualidade das publicações.

No ano base de 2000 o tempo médio de titulação para o mestrado foi de 30 meses, com alguns cursos aproximando-se do tempo ideal recomendado pela CAPES. No entanto, o tempo médio para o doutoramento, que foi de 60 meses, ainda está muito elevado. Embora tenhamos percebido uma tendência de queda no tempo de doutoramento em vários cursos e saibamos que a solução do problema não pode ser feita abruptamente, cobramos medidas mais efetivas para acelerar a velocidade de redução do tempo de titulação para a maioria dos programas.

Quanto à qualidade dos dados do relatório percebe-se uma nítida melhora. Mesmo assim, alguns programas tiveram sua avaliação prejudicada por deficiências de preenchimento de dados. Isto se deve, de um lado, à complexidade e às vezes falta de clareza de alguns quesitos do relatório e, de outro, à mudança de coordenadores com a entrada de docentes que ainda não estão perfeitamente familiarizados com o relatório.

Verificamos uma grande melhora na definição e abrangência das áreas de concentração e linhas de pesquisa tornando as propostas dos diferentes programas mais coerentes, com algumas exceções. Houve também expressiva melhora na qualidade dos dados dos relatórios. Queremos acreditar que o progresso verificado foi consequência não só de um aprendizado gradual dos programas, mas também que sejam fruto do processo de avaliação implementado pela CAPES e, sobretudo da visita de assessores aos programas que apresentavam problemas.

De um modo geral, notamos uma melhora na adequação do corpo docente, em especial do NRD6, resultando em um melhor atendimento às áreas de concentração, linhas de pesquisa e orientação. Apesar disso, alguns programas importantes ainda precisam aprimorar esse aspecto, exigindo uma maior dedicação de seus RD6. Uma possível explicação para o ainda insuficiente número de NRD6 e uma produtividade ainda modesta em termos de publicações e orientações que se verifica nos maiores programas de botânica poderia ser a aposentadoria precoce de muitos docentes agravada pela política de não substituição de aposentados que se verifica com maior intensidade nas universidades paulistas. Isso leva a uma sobrecarga de orientadores experientes com disciplinas de graduação e atividades administrativas.

Acreditamos que uma vinculação ainda deficiente das publicações com os programas, que ocorreu em várias IES, se deva, em parte, a um equívoco no fornecimento das informações e não há uma falta efetiva de produtos vinculados.

De um modo geral, enfatizamos em quase todos os programas um maior empenho em vincular o corpo discente às publicações, para melhor atender um dos objetivos precíprios da pós-graduação.

Em conclusão, parte da comissão de botânica considera que a avaliação continuada deveria se concentrar mais nos produtos que nos processos, incluindo uma avaliação mais próxima dos trabalhos publicados, qualidade das teses e das bancas, e destino dos egressos.

Sem mencionar as consequências pedagógicas da avaliação realizada, um resultado numérico da avaliação pode ser expresso pela proposta de fechamento de um programa, rebaixamento de um programa tradicional e atribuição de nível cinco a dois programas da subárea.

Genética

Aspectos Gerais

São 16 os programas de pós-graduação da subárea de Genética, dos quais 15 foram avaliados; uma vez que o mestrado da UFPA teve início em 2000. Dez programas incluem o doutorado, sendo os seguintes os mestrados: USP/Biotecnologia, UFU, UFPE, UFMG, UFPB e UFRN. Consiste no objetivo da subárea formar recursos humanos em Genética e, em alguns casos, em Genética e Biologia Molecular, para atuarem em Pesquisa e Ensino. A inclusão da Biologia Molecular é recente e se deve à incorporação de técnicas e metodologias de Biologia Molecular em estudos de Genética e Evolução e ao avanço da Genética Molecular, a partir da década de 1970.

A Genética forma recursos humanos de muito bom nível, se organiza em uma sociedade científica há cerca de 50 anos, e é pioneira na criação de cursos de pós-graduação. É característica da Genética desenvolver pesquisas de ponta. Ao longo desses anos, vários geneticistas brasileiros atingiram projeção internacional e, particularmente, no país, sendo responsáveis pela formação de mestres e doutores que atuam em todas as regiões, inclusive na criação de novos programas. No triênio sob avaliação tiveram início os chamados “projetos genoma” que, novamente, destacaram a Genética brasileira no exterior, particularmente pelo seqüenciamento do genoma da *Xylella fastidiosa*, publicado na *Nature* em 2.000. Deve-se também salientar o reconhecimento internacional outorgado ao Prof. Francisco M. Salzano (UFRGS) pelo seu grande feito e distinção ao ser eleito Membro Estrangeiro da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América.

Avaliação do triênio 98/99/00

O corpo docente da subárea de Genética é formado basicamente por doutores (99,83%). Anualmente, em média, cerca de 60%, lecionaram disciplinas de pós-graduação, 85% orientaram alunos e 82% dos docentes têm vínculo institucional na sede do programa; a estes valores foram atribuídos, respectivamente, os conceitos B e MB e B, considerando as tendências da área de C. Biológicas I.

A dimensão do NRD6 é de 68,5% (B) dos quais 60,4% (B) lecionaram disciplinas de pós-graduação e 84,3% (MB) orientaram alunos. A qualificação do NRD6 é elevada (99,7% são doutores) sendo que a proporção com titulação acima de doutor (pós-doutores, livre-docentes e/ou professores titulares) varia de 15 (UFPR) a 100 (seis programas), sendo igual a zero no mestrado da UFRN (recomendado a partir de 1999). É boa (B) a participação externa do NRD6 em outros programas (46,6%), instituições (6,3%) e outras entidades (38,3%); convém ressaltar que há um desvio elevado em relação às médias nos três itens.

Em média, há cerca de uma linha de pesquisa e cinco projetos por docente do NRD6, persistindo, portanto, uma distorção na conceituação das linhas de pesquisa. Os projetos contam com 2,1 alunos de pós-graduação (MB), sendo 79% deles financiados (B).

A subárea ofereceu 55% das disciplinas (MB), em média, por ano, sendo a carga letiva do NRD6 superior a 30 horas (MB) em todos os programas. A porcentagem de alunos orientados pelo NRD6 foi de 78,4 (B). A carga horária da graduação atribuída ao NRD6 foi de 131,1 horas (MB) e 81,1% do NRD6 orientaram alunos de graduação (B). Todos os programas ofereceram disciplinas pedagógicas aos pós-graduandos.

A dimensão do corpo discente em relação ao NRD6 foi, em média, igual a 2,3 (MB) e 2,7 (B) no mestrado e doutorado, respectivamente. Cerca de 33% dos alunos se titularam no triênio (MB), independente do grau obtido (se mestre ou doutor). A relação entre o número de publicações com discentes autores [(pda02 (2+3)] e o fluxo de alunos [(pfa01 (1+2) coluna total)] foi de 0,88 (B)).

A vinculação das teses e dissertações às linhas e às áreas de concentração é maior que 90% (MB). Os tempos de titulação no mestrado e no doutorado foram de 36,2 (B) e 58,5 (R) meses, respectivamente, este último considerado elevado segundo as tendências da Área de C. Biológicas I. O número de alunos titulados em relação à dimensão do NRD6 (ptd05, item quatro) foi igual a 0,65 (MB). As bancas contaram com a participação de 45% de membros externos (MB). A proporção bibliográfica vinculada às teses e dissertações do programa em relação ao total de alunos foi igual a 1,06 (MB).

A vinculação das publicações, em geral e em relação às áreas de concentração, foi de 79% (B), e 77% (B), respectivamente. Merecem destaque: (1) a qualidade da produção, medida proporção de artigos publicados em periódicos Int. A + Nac. A (Qualis) em relação ao total de artigos, que foi de 87% (86% em 1998, 84% em 1999 e 91% em 2000); (2) a proporção de artigos Int. A, que foi de 77% (77% em 1998, 74% em 1999 e 81% em 2000); e (3) o número total de artigos publicados pelos 15 programas avaliados, que foi igual a 2.304 (737 em 1998, 814 em 1999 e 753 em 2000). Note-se a tendência da subárea em aumentar o número de artigos A no triênio. O NRD6 publicou, em média, 1,93 (B) artigos em periódicos, e/ou trabalhos completos em Anais, e/ou livros e/ou capítulos. A distribuição da publicação é bastante satisfatória uma vez que 71% do NRD6 participaram das publicações. A co-autoria discente foi de 0,51 (MB).

A produção técnica é de muito bom nível, considerando principalmente as assessorias, consultorias, participações no editorial de periódicos, cursos extraordinários, inclusive a professores do ensino básico.

Conceitos atribuídos com base nas tendências da área de Ciências Biológicas:

- Programas consolidados de alto nível: seis (Usp/Rib. Preto) e sete (UFRGSul)
- Programas consolidados: cinco (Usp/Biologia Genética, Unicamp, Usp/Biotecnologia)
- Cursos ou Programas com desempenho adequado: quatro (UFRJ, UFSCar, UFU, Unesp/Botucatu, Unesp/Rio Preto, UFPE, UFMG, UFPR).
- Outros Cursos ou Programas: menor ou igual a três: UFRN (três) e UFPB (dois).

Oceanografia Biológica

Seis programas foram avaliados: Biologia Ambiental - UFPA, Biologia Marinha - UFF, Ciências do Mar - USU, Oceanografia - UFPE, Oceanografia Biológica - USP, Oceanografia

Biológica - FURG, sendo os dois últimos em nível de mestrado e doutorado e os anteriores em nível de mestrado.

Os consultores consideram que nenhum dos programas apresenta nível de excelência. Mesmo assim, no período quatro deles demonstraram evolução quanto a Corpo Discente, atuação do NRD6, tempo de titulação e produção bibliográfica, merecendo aumento de conceito. Esses quatro programas são:

- Ciências do Mar - USU: conceito quatro. Constatou-se uma evolução positiva do desempenho do programa nos dois anos de avaliação. Elogia-se o forte intercâmbio com pesquisadores de outras instituições (França, em especial), sem no entanto que isto caracterize programa. Houve uma forte melhoria no tempo de titulação, porém ainda não foi atingida a média almejada para a Área (igual ou inferior a 30 meses).
- Biologia Marinha - UFF: conceito quatro. Observou-se um forte progresso do programa durante o período da avaliação continuada, recomendando o aumento no conceito de três para quatro. A proposta de doutorado, mencionada no relatório de 2000, será bem justificada desde que haja um aumento no número do NRD6, bem como que as instalações físicas sejam coerentes com a absorção de maior número de estudantes e docentes.
- Oceanografia Biológica - FURG: conceito cinco. Quanto aos itens analisados, o programa demonstra estar consolidado e plenamente ativo na formação de recursos humanos em Oceanografia, com a importante participação de um corpo docente estável e experiente, cuja dimensão é a maior dentre os programas da Área de Oceanografia no Brasil (seu NRD6 é o 7º maior da Área Ciências Biológicas 1). Além disso, é um dos programas com melhor infra-estrutura física e o único que congrega curso de graduação na área, fato que traz reflexos positivos sobre o produto da pós-graduação. Apesar disso, o tempo de titulação ainda está acima do ideal.
- Oceanografia - UFPE: conceito cinco. De um modo geral, consideramos que o programa demonstrou melhora de rendimento no período de avaliação em importantes elementos como redução do tempo de titulação, incremento e aperfeiçoamento do quadro docente, associando-se à implantação do doutorado. Reforça-se o importantíssimo papel desempenhado pelo programa de Oceanografia da UFPE na formação de recursos humanos na região Norte-Nordeste do Brasil. Finalmente, incentiva-se maior interação com a graduação, o que pode ser ampliado mediante a possível implantação de um curso de graduação na área.

Dois dos programas analisados não sofreram modificação no conceito anterior:

- Oceanografia Biológica - USP: conceito cinco. Manteve-se o conceito anterior, considerando-se a consolidada atuação do programa na formação de recursos humanos e qualidade da produção bibliográfica. O não cumprimento de algumas metas estabelecidas pela Capes, como redução significativa no tempo de titulação, associada à forte redução no número de docentes (sobretudo NRD6) ocorrida nos últimos anos, prejudicam o programa no cenário nacional, em relação a outros programas da área de Oceanografia, em franco crescimento. No entanto, em nível de captação de recursos humanos, ele ocupa a 13ª posição na área Ciências Biológicas I, o que sinaliza seu importante papel para o desenvolvimento da Oceanografia no país e formação de profissionais.
- Biologia Ambiental - UFPA: conceito três. O programa apresenta alguns problemas estruturais quanto a carga horária de disciplinas, número reduzido de NRD6, dependência exagerada de participantes externos, linhas de pesquisa sem docentes e sem áreas de concentração. Cabem melhorias de base para o futuro, tendo em vista as necessidades regionais de formação de recursos humanos na área. Entretanto, no momento não é recomendada a implantação do nível doutorado.

Nenhum dos programas apresentou uma adequada média trienal de titulação (inferior a 30 meses); todavia, uma sensível redução de tempo foi observada ao longo do período, a ponto de, no terceiro ano, um dos programas ter atingido valor inferior a 30 meses.

Finalmente, um comentário operacional. No tratamento dos dados de base de cada programa, a Sub-Área Oceanografia seguiu estritamente os procedimentos acordados para a área de Ciências Biológicas I. Vários indicadores úteis ao processo de avaliação foram então disponibilizados, e esses, somados ao bom-senso dos consultores e a seu íntimo conhecimento sobre cada um dos programas, participaram diretamente da atribuição dos conceitos. Acreditamos que o salto de qualidade verificado nos programas da Subárea ao longo deste triênio, embora insuficiente para transpô-los ao nível de excelência, evidencia o esforço e a competência do pessoal envolvido nas instituições, atento às recomendações da Avaliação Continuada e às necessidades de fortalecimento do papel acadêmico e de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Oceanografia.

Zoologia

Foram avaliados 18 programas (Tabela 1) na subárea Zoologia, dos quais 13 com o mestrado e doutorado e cinco com o mestrado. Dentre esses apenas o curso da UEL (Londrina) não foi formalmente avaliado por se tratar de um curso novo, ainda sem titulações. Seu conceito foi o mesmo obtido por ocasião de seu credenciamento.

Três programas foram criados recentemente (em 1998 e 1999), sendo dois com mestrado e um com mestrado e doutorado.

Tabela 1. Programas avaliados, listados em ordem cronológica, conceitos da avaliação anterior e do triênio 1998/2000.

UF / Área		1996/1997		1998/2000	
UFPR	Entomologia	M 1969	D 1974	5	5
USP	Zoologia	M 1970	D 1970	4	5
UFRJ	Zoologia	M 1972	D 1994	4	5
UFPR	Zoologia	M 1975	D 1987	5	5
INPA	Entomologia	M 1976	D 1976	5	5
UNESP/RC	Zoologia	M 1976	D 1976	5	4
PUC/RN	Zoologia	M 1978	D 1992	4	4
UNESP/BOT	Zoologia	M 1980	D 1980	4	5
USP/RP	Entomologia	M 1980	D 1993	4	4
UFPB/JP	Zoologia	M 1981	D 1999	4	5
UFRGS	Biologia Animal	M 1994	D 1999	4	5
UFJF	Zoologia	M 1994		3	4
UFPE	Biologia Animal	M 1994		3	4
UFRRJ	Biologia Animal	M 1995		4	4
UFPA	Zoologia	M 1996	D 1999	4	5
PUC/MG	Zool. Vertebrados	M 1998		-	3
UNB	Biologia Animal	M 1998	D 1998	-	4
UEL	C. Biológicas	M 1999		-	3

A avaliação levou em conta a proposta do programa, o corpo docente, as atividades de pesquisa, as atividades de formação, o corpo discente, as teses & dissertações e a produção intelectual. Para cada um desses quesitos, um conjunto de itens foi avaliado, alguns com base quantitativa e outros com base qualitativa. Cada item recebeu um conceito variando de MB

(Muito Bom) a D (Deficiente). O conceito geral do quesito foi dado pelo conceito dominante dos diferentes itens, levando-se em conta os seus respectivos pesos. Critérios comuns de pontuação foram definidos de acordo com toda a área de avaliação (Ciências Biológicas I), o que permitiu que os programas fossem classificados de forma comparativa.

Os conceitos finais dos programas variaram de três a cinco. Assim, nenhum programa teve o seu descredenciamento sugerido nessa avaliação. Nove programas obtiveram o conceito cinco, mas nenhum com perfil para ser indicado a conceitos seis ou sete. Sete programas obtiveram conceito quatro e dois, conceito três.

Oito cursos melhoraram o conceito: dois subiram de três para quatro (UFJF e UFPE) e seis de quatro para cinco (UFRGS, UFPB, UFPA, USP, UNESP/Bot e UFRJ). Seis cursos permaneceram com o mesmo conceito: três com conceito quatro (UFRRJ, USP/RP e PUC/RS) e três com conceito cinco (UFPR/Ent, UFPR/Zoo e INPA). Um curso diminuiu o conceito de cinco para quatro (UNESP/RC). Os três cursos criados nos anos 1998 e 1999 receberam os conceitos quatro (UNB) e três (PUC/MG e UEL). Os comentários detalhados dessas classificações estão contidos nas fichas de avaliação de cada programa.

Em comparação com a avaliação anterior (1996/1997) houve aumento do conceito em oito programas, o que demonstra resposta positiva à avaliação continuada, pelas reformas estruturais que geraram aumento da produção intelectual e redução do tempo de titulação. A tabela dois abaixo mostra os percentuais dessa evolução nas últimas avaliações.

Tabela 2. Distribuição dos programas (em %) nas diferentes faixas de conceito.

Conceitos	% de Programas	
	1996/1997	1998/2000
5	25	50
4	56	39
3	19	11

No triênio 1998/2000 a média de tempo de titulação do mestrado foi de 34,6 meses (n=17) e do doutorado foi de 60 meses (n=9). Esses valores são ainda elevados quando comparados com os recomendados pela CAPES. Seis dos programas (37%) conseguiram tempo médio de mestrado abaixo de 30 meses. Isso representa um progresso, pois na avaliação anterior somente três programas conseguiram esse tempo médio de titulação. Para o doutorado, todos os programas estão com a média relativamente alta e há necessidade de continuar os esforços para reduzir ainda mais o tempo médio de titulação. Cinco programas (55%) conseguiram tempo médio abaixo de 60 meses, mas nenhum alcançou o tempo recomendado de 48 meses. Os cursos devem atender aos prazos de titulação estabelecidos pela CAPES, porém, devem estar atentos à manutenção da qualidade de suas teses e dissertações.

A qualidade das informações apresentadas nos relatórios estava adequada para a maioria dos programas. As maiores deficiências estavam relacionadas com a classificação dos participantes nas categorias docente, pesquisador, outro participante; omissão de informações, como por exemplo discente autor; informações errôneas sobre os tipos de vínculos (NRDs, professor visitante, colaborador e outro). De modo geral, os programas maiores são os que apresentam os mais sérios problemas de preenchimento de relatórios. Uma recomendação especial deve ser dada aos programas para que a qualidade das informações e, por conseguinte, da avaliação, seja melhorada. Falta de cuidado no preenchimento geralmente prejudica os programas.

A produção científica, em geral, foi elevada, com média de 2,5 artigos/docente do NRD6/tríenio. Apenas um curso (PUC/MG) ficou abaixo de 1 artigo/docente NRD6.

Os programas apresentam, em média, 60% dos seus docentes classificados como NRD6. Esses, em sua grande maioria, estão envolvidos em atividades de ensino e orientação tanto na graduação quanto na pós-graduação, mas predominantemente na pós-graduação.

A maior parte dos programas possui disciplinas ligadas à área de didática do ensino superior e demonstra preocupação com a formação pedagógica dos discentes. Cinco cursos não possuem essa disciplina e, para esses, foi recomendada a sua imediata implementação.

Alguns dos indicadores estabelecidos pela CAPES, que mostraram desempenho deficiente na avaliação dos programas da sub-área de Zoologia foram: (a) a baixa porcentagem (68%) de artigos publicados em revistas conceituadas como “A” pelo QUALIS/CAPES (que inclui todos periódicos indexados no Science Citation Index e as melhores revistas brasileiras em cada especialidade); (b) a baixa participação do corpo discente na produção bibliográfica dos programas (35%); (c) o tempo excessivo de titulação do mestrado e do doutorado e d) a baixa porcentagem de titulados em relação ao número total de alunos (34%).

Comissão de Avaliação

- Ademilson Espencer Egea Soares - USP/RP
- Antonia Cecilia Amaral - UNICAMP
- Claudio José Barros de Carvalho - UFPR - coordenador
- Eurico Cabral de Oliveira Filho - USP
- José Albertino Rafael - INPA
- José Alexandre F. Diniz Filho - UFGO
- José Maria Cardoso da Silva - UFPE
- José Odair Pereira - FUA
- Maria Helena Pelegrinelli Fungaro - UEL
- Maria Lúcia Carneiro Vieira - USP/ESALQ
- Marcia Souto Couri - UFRJ
- Marcos Palatnik - UFRJ
- Paulo de Tarso C. Chaves - UFPR
- Reinaldo Monteiro - UNESP/RC
- Ricardo Ribeiro Rodrigues - USP/ESALQ
- Sonia Maria Barreto Pereira - UFRPE
-

Ciências Biológicas II

I. Preliminares

A área de Ciências Biológicas II é uma das grandes áreas da CAPES, com um total de 51 programas, sendo 38 com doutorado e mestrado e 13 cursos de mestrado. A área tem também característica multidisciplinar, incluindo Anatomia, Biofísica, Biologia Celular, Biologia Molecular, Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia, Histologia, Morfologia, Neurociências e Toxicologia. A grande predominância (75%) dos programas de doutorado reflete a maturidade da

área. De fato, cerca de 60% dos programas de pós-graduação foram criados nas décadas de 1960 e 1970. Depois de 1990 alguns programas evoluíram para o nível de doutorado (14 em 16 programas) e surgiram alguns novos cursos no nível do mestrado. Constatou-se ainda que os principais e os mais maduros programas dessa área foram pioneiros na implantação da pós-graduação no Brasil, existindo vários deles mesmo antes desse período. Os programas estão distribuídos em 20 das principais instituições, sendo dez instituições no Sudeste, cinco no Sul, quatro no Nordeste e uma (Fiocruz) com atuação nacional. Tais programas estão predominantemente instalados em departamentos e unidades universitárias de prestígio científico internacional, constituídos desde o início do processo de formalização da nossa pós-graduação. Muitos desses compõem o seletivo e consolidado grupo de programas de pós-graduação, de várias áreas, que ao longo de todas as avaliações da CAPES, iniciadas em 1976, receberam sempre os conceitos AA (mestrado e doutorado). Como era de se esperar, tais cursos estão na base do processo de consolidação dos novos programas de doutorado da própria área e na nucleação de muitos programas novos de pós-graduação nas demais áreas da biologia. Em face do grau de desenvolvimento da área, ela conseguiu adquirir um nível de competência que lhe permite publicar os resultados de pesquisa e das teses dos pós-graduandos em periódicos internacionais indexados na base de dados Journal of Citation Records (JCR) do Institute for Scientific Information (ISI). Com efeito, essa condição permitiu e permite, cada vez mais, refinar o processo de avaliação da área, mesmo com o risco de sua auto-punição por praticar um nível rigoroso de cobrança de desempenho. Confirmado sua característica maturidade, a **Avaliação 2001** mostra o excelente desempenho da maioria dos programas da área (ver **item IV. 4**).

É de se esperar, portanto, que as agências de fomento estejam atentas para identificar as características, a dimensão e o nível de rigor e exigência da área, buscando premiar adequadamente o desempenho dos seus programas de Pós-Graduação, evitando assim a continuidade de desgaste que a área vem sofrendo há alguns anos. Outra característica marcante da área é a majoritária predominância de atuação na formação de mestres e doutores no Brasil, reservando para o treinamento no exterior, a complementação da formação de jovens pesquisadores no nível de pós-doutorado. Por essa razão, são também prioridade para a área a alocação de bolsas de “Doutorado Sandwich” no exterior.

II. Critérios Gerais de Avaliação da Área

Como descrito no Documento de Área 1998, todos os programas da área foram inicialmente avaliados com vistas à conceituação de um a cinco e, então, os programas foram avaliados com vistas ao preenchimento dos critérios básicos. Para os conceitos mais elevados (seis e sete) foram introduzidos critérios mais competitivos. No geral, os critérios qualitativos foram mantidos para as avaliações continuadas 1999 e 2000, sendo feitas pequenas adaptações no componente quantitativo aplicados para a avaliação 2001 (ver item **Capítulo IV** abaixo). Fatos relevantes que marcaram a avaliação 1998, foram a criação do QUALIS da área, a tentativa de uniformização de critérios na grande área das Ciências Biológicas e a mudança dos níveis de conceituação para a escala de um a sete, em substituição aos antigos conceitos A até E.

- 1) Preenchimento das Fichas de Avaliação da CAPES:** São, a seguir, analisados os quesitos da ficha de avaliação da CAPES com as considerações e os critérios de ponderação dos quesitos, adotados pelas Comissões da Área de Ciências Biológicas II:

Quesito I. Proposta do Programa

Em se tratando de área bem consolidada, com programas consistentes, adequados e abrangentes, os programas em funcionamento usualmente recebem o indicador **adequado**. O quesito não recebe peso próprio na ponderação geral.

Quesito II. Corpo Docente

Praticamente todos os programas da área possuem seus docentes em regime de dedicação exclusiva, os quais são, majoritariamente também orientadores. Embora ocorram situações bem conhecidas e facilmente identificadas, a grande maioria dos docentes atua em um único programa de pós-graduação. Em face dessa característica, as Comissões usualmente não atribuem maior significado ao parâmetro NRD-6. Para evitar distorções, aplica com rigor a avaliação centrada nos orientadores (ver Tabela I) e critérios específicos descritos neste documento de área. Para os casos dos orientadores que, eventualmente, não pertençam à base do programa, só é computada sua produção científica quando vinculada ao desempenho do orientando. A eventual dependência de orientadores externos é considerado ponto negativo na avaliação. Portanto, os índices avaliativos, **Muito Bom, Bom, Regular**, etc, são atribuídos em função mais apropriadamente da qualificação e desempenho (orientação, produção científica, etc) dos docentes-orientadores do que em função da titulação ou puramente da dedicação temporal (tipo NRD) ao programa. A homogeneidade da contribuição individual dos orientadores para o bom desempenho do programa (ver critérios específicos e Tabela I) é, aqui, o item mais valorizado. Ao quesito é atribuído **peso 20**.

Quesito III. Atividade de Pesquisa

As comissões têm grande dificuldade em qualificar esse quesito, uma vez que as atividades de pesquisa são consideradas obrigatorias e condição inerente à proposição e existência de programas de pós-graduação na área. Todos os itens desse quesito (linhas e projetos de pesquisa, adequação e pertinência, etc), são próprios da atuação dos docentes nos programas. Por outro lado, dificilmente o aluno entra no programa sem tema de tese já definido. Usualmente o projeto experimental já está bastante avançado, especialmente quando o pós-graduando provem da iniciação científica, uma situação bastante comum. Por essa razão, na grande maioria dos programas é atribuído o índice **Muito Bom ou Bom**. Ênfase especial (maior peso relativo) é dada à participação dos discentes de graduação e pós-graduação nas atividades de pesquisa (ver Tabela I, itens 33, 35, 40a e 42a). Assim, a qualificação da importância do quesito está embutida no item desempenho. Por isso, o quesito tem **peso cinco** na ponderação geral.

Quesito IV. Atividade de Formação

Considera-se aqui a capacidade de orientação e titulação de mestres e doutores em função da dimensão do corpo docente e sobretudo condicionada à qualidade das teses e dissertações, evidenciada pela exigência de sua publicação em periódicos indexados no JCR-ISI (ver Quesito VI, abaixo). Há, também, valorização da participação docente na orientação de alunos de iniciação científica e no ensino de graduação e preocupação com a capacidade máxima de orientação de pós-graduandos, considerando-se adequada uma relação de três orientados por orientador. As situações específicas com exagerada elevação dessa relação são tratadas no contexto de casos esporádicos e pontuais de orientadores muito produtivos, não sendo admitida sua existência para o programa como um todo. De fato, hoje a relação média na área é de 2,9 alunos por orientador. Ao quesito é atribuído o **peso 15**.

Quesito V. Corpo Discente

Como mencionado acima, há grande predominância de situações em que os alunos já se iniciam na pós-graduação dispondão de projeto de pesquisa e orientador definido. Assim, usualmente, o número de discentes é semelhante ao número de orientandos. Como se verá mais abaixo (quesito VI) é sobretudo valorizada a proporção de discentes-autores, dando-se maior

ênfase à relação publicações indexadas por tese e/ou dissertação concluída. A participação dos discentes em congressos com apresentação de trabalhos também caracteriza a atividade discente. O fluxo de alunos no programa é também elemento importante de discernimento sobre o desempenho que influi na conceituação final. Outro aspecto fundamental é a inserção do programa no nível da graduação, mais facilmente mensurável pela vinculação do programa com a iniciação científica. Mas, a participação dos discentes de graduação, não é um parâmetro de fácil obtenção nos dados do Coleta-CAPES. O quesito tem **peso dez**.

Quesito VI. Teses e Dissertações

São valorizados: o número de trabalhos de discentes – autores e sua proporção em relação ao número de teses/dissertações, o tempo médio de titulação e o número de titulados em relação ao número de orientadores dos programas. Sugere-se pelo menos uma publicação em periódico QUALIS A por tese e/ou dissertação concluída; os indicadores 33, 35, 40a e 42a da Tabela, já mencionados, atribuem grande valor ao item na avaliação dos programas. Os índices avaliativos, **Muito Bom, Bom, Regular**, etc., são atribuídos em função dos dados obtidos pelos programas nesses itens da Tabela I. Dada à maturidade da área, os demais itens têm importância reduzida. O quesito tem **peso 20**.

Quesito VII. Produção Intelectual

É o quesito mais valorizado na área. Estão bem balanceados os itens: qualidade dos meios de divulgação; quantidade e regularidade e a distribuição da produção entre os orientadores; autoria e co-autoria dos discentes e a contribuição individual dos orientadores para o desempenho quali - quantitativo do programa . A Tabela I e os critérios específicos para avaliação dão destaque à valorização relativa deste quesito, que tem na ponderação geral da área, **peso 30**.

Tabela I – Síntese dos Indicadores a serem Utilizados para Avaliação 2001 da Área
Nome do Programa e Instituição:

Área: Ciências Biológicas II - Subárea: _____ Período
Avaliação*1

Nº	Indicadores*	1998	1999	2000	Uso da Comissão
1	NÍVEL do PROGRAMA (Mestrado, Doutorado):M ou M/D				
2	NÚMERO MÉDIO ALUNOS MESTRADO no ANO				
3	NÚMERO MÉDIO ALUNOS DOUTORADO NO ANO				
4	TOTAL MÉDIO ALUNOS no ANO				
5	BOLSISTAS CAPES (M/D) - ver exemplo abaixo*2				
6	BOLSISTAS CNPq (M/D) - ver exemplo*2				
7	OUTROS BOLSISTAS (M/D) -exemplo*2 - Agência*3:				
8	ALUNOS SEM BOLSA -exemplo*2				
9	TOTAL DOCENTES DO CURSO				
10	TOTAL de DOCENTES EXTERNOS*4				
11	TOTAL de ORIENTADORES				

12	TOTAL de ORIENTADORES EXTERNOS*4				
13	TOTAL de PUBLICAÇÕES CLASSIFICADAS no QUALIS Cat A*5				
14	TOTAL de PUBLICAÇÕES CLASSIFICADAS no QUALIS Cat B*6				
15	TOTAL de PUBLICAÇÕES CLASSIFICADAS no QUALIS Cat C*6				
16	PUBLICAÇÕES Cat A por ORIENTADOR				
17	PUBLICAÇÕES Cat B por ORIENTADOR				
18	ORIENTADORES Com Duas ou Mais PUBLICAÇÕES Cat A*5				
19	PUBLICAÇÕES Cat A por ORIENTADOR: Relação 13/11				
20	PUBLICAÇÕES Cat B por ORIENTADOR: Relação 14/11				
21	ORIENTADORES Com Três ou Mais PUBLICAÇÕES Cat A*5				
22	TOTAL PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS Cat A*7				
23	TOTAL PUBLIC. REVISTAS BRASILEIRAS INDEXADAS NO JCR-ISI				
24	PUBLIC. INTERNACIONAIS Cat A por ORIENTADOR: Relação 22/11				
25	ORIENTADORES com três ou mais PUB. INTERN. Cat A				
26	OUTROS INDICADORES: LIVROS				
27	OUTROS INDICADORES: CAPÍTULO DE LIVROS				
28	OUTROS INDICADORES: DEPÓSITO DE SEQÜÊNCIAS				
29	OUTROS INDICADORES: PATENTES				
30	INDICADORES ADICIONAIS: LISTAR EM SEPARADO				
31	Somatório do índice de impacto das publicações				
32	Relação 31/11: Total do Índice de impacto por orientador				
33	NÚMERO de PUBLIC Cat A com DISCENTES				
34	NÚMERO de PUBLIC Cat B com DISCENTES				
35	PUBLIC. INTERNACIONAIS Cat A com DISCENTES				
36	PUBLIC. INTERN. Cat B com DISCENTES				
37	NÚMERO DISSERTAÇÕES MESTRADO				
38	NÚMERO de TESES DOUTORADO				
39	TOTAL DISSERTAÇÕES +TESES (D+T)				
40	RELAÇÃO 13/39: PUBLIC. Cat A/ TOTAL D+T				
40	RELAÇÃO 33/39: PUBLIC. CAT A com DISCENTE A / TOTAL D + T				
41	RELAÇÃO 14/39: PUBLIC. Cat B / TOTAL D+T				
41	RELAÇÃO 34/39: PUBLIC. CAT B com DISCENTE				

A	/ TOTAL D+T				
42	RELAÇÃO 22/39: PUB. INTERNAC. A / TOTAL D+T				
42	A RELAÇÃO 35/39: PUBLIC. INTERNAC. A com DISCENTE/TOTAL D + T				
43	RELAÇÃO 23/39: Public. Revistas Brasileiras indexadas/ Total D+T				
44	TOTAL RESUMOS CONGRESSOS				
45	RESUMOS CONGRESSOS Com DISCENTES				
46	RELAÇÃO 44/39: Resumos em Congressos/Total D+T				
47	RELAÇÃO 45/39: Resumos com discentes/Total D+T				
48	TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO MESTRADO (MESES)				
49	TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO DOUTORADO (MESES)				
50	NÚMERO de EVASÕES/DESISTÊNCIAS				
51	CONCEITO PROPOSTO				

- *1: Os indicadores apresentados referem-se a cada ano do período de avaliação.
- *2: Digitar da seguinte forma no exemplo: 12/06, significando 12 no mestrado e seis no doutorado.
- *3: Indicar neste Item sete, a(s) agencia(s) que financiam as demais bolsas.
- *4: Indicar em anexo, os critérios usados para classificar docentes e orientadores externos ao Curso.
- *5: **QUALIS Cat A:** Revistas com índice de impacto acima de 1,0 no JCR do ISI. **Inclui** as revistas brasileiras indexadas no JCR.
- *6: **QUALIS Cat B:** Revistas com índice de impacto do JCR entre 0,50 e 0,99; **QUALIS C:** Índice de impacto abaixo de 0,50.
- *7: Publicações em revistas **internacionais** Cat A: **Não** inclui as Revistas brasileiras indexadas no JCR.

- 2) **Montagem do QUALIS:** O QUALIS da CAPES se constitui num instrumento de identificação do perfil de publicação e, consequentemente, do desempenho dos programas de pós-graduação. Para tal, os periódicos foram classificados em A, B e C, com a indicação adicional de serem nacionais ou internacionais. Nas Ciências Biológicas II foram adotados os seguintes critérios para montagem do QUALIS da área:
 - a) **Grupo A:** periódicos indexados no ISI, com índice de impacto (JCR de 1996) igual ou superior a 1,0. Foram também assim classificadas as seis revistas brasileiras da grande área, então indexados no ISI, independentemente de seus índices de impacto;
 - b) **Grupo B:** periódicos indexados no JCR-ISI, com índice de impacto entre 0,50 e 0,99 e as revistas brasileiras definidas pelas comissões para esse perfil;
 - c) **Grupo C:** periódicos indexados no JCR-ISI, com índice de impacto abaixo de 0,50 e as outras revistas brasileiras definidas pelas comissões para esse nível.

Nota: Os resumos de congressos e os periódicos não listados no Citation Index do ISI foram listados na categoria sem classificação.

Os critérios acima definem um QUALIS teórico que sinaliza para os programas os parâmetros qualitativos mais adequados para alcançar bom desempenho. Todavia, o QUALIS real só é obtido depois de cada avaliação quando toda a produção dos programas pode ser levantada, visualizada e qualificada de acordo com as regras do QUALIS teórico.

- 3) Tentativa de Uniformização de Critérios na Grande Área Ciências Biológicas:** Para a **Avaliação 2001**, a grande área das Ciências Biológicas compreende um total de 142 programas, dos quais 100 no nível de doutorado. Por sugestão da CAPES em 1996, reafirmada antes das avaliações de 1998 e 2001, reuniram-se os representantes das quatro áreas da grande área para buscar estabelecer critérios uniformizadores de avaliação. Verificou-se nas três oportunidades que os diferentes estágios de maturidade das áreas torna difícil estabelecer critérios uniformes e únicos de avaliação. Foram estabelecidos princípios gerais explicitados em cada um dos Documentos de Área, deixando graus de liberdade para as comissões intra-área atuarem de maneira mais específica. O nível de entendimento incluiu a definição, o mais similar possível, dos periódicos a serem classificados no **QUALIS** de cada área. Para a avaliação de 1998, as subáreas II e III estabeleceram, conjuntamente, os mesmos critérios básicos para a formatação do **QUALIS** e classificação dos programas de suas áreas. Esse entendimento não valeu mais para a **Avaliação 2001**.

III. Critérios Específicos de Avaliação da Área

- 1) Manutenção de Critérios:** Para a **Avaliação 2001** tomou-se como base a necessidade de manutenção da mesma sistemática qualitativa, que vem sendo utilizada desde 1998, inclusive quanto aos critérios de montagem do **QUALIS**. Para as avaliações continuadas de 1999 e 2000, utilizou-se, basicamente a mesma sistemática da avaliação 1998. Identificou-se, não obstante, a necessidade de permanente atualização do componente quantitativo dos critérios adotados, passíveis de modificações específicas com vistas à conceituação final. Essa percepção foi confirmada pelas comissões que atuaram posteriormente nas avaliações continuadas.
- 2) Avaliações Continuadas:** Sabidamente essas avaliações não emitem conceito novo. Apenas sinalizam quanto ao desempenho relativo do programa em relação à sua situação anterior e ao conjunto dos programas das áreas. Constitui, de fato num processo de acompanhamento dos programas. Tomou-se como base a necessidade de manutenção da mesma sistemática qualitativa. Para a Avaliação Continuada 1999, utilizou-se, basicamente a mesma sistemática da Avaliação 1998.
- 3) Avaliação Continuada 2000:** Foram mantidos os critérios qualitativos estabelecidos em 1998, inclusive quanto ao **QUALIS** teórico, atualizado pelo JCR 1998. A Comissão aprovou os parâmetros quantitativos que foram utilizados na **Avaliação 2001** (ver abaixo). Na análise do desempenho dos programas nessa avaliação continuada, utilizou-se a tabela estabelecida em 1998 acrescida de alguns novos indicadores (Tabela 1), cobrindo o período 1996-1999. Foram assumidos como parâmetros de desempenho os itens da tabela 1 valorizados conforme indicado no capítulo seguinte (**Avaliação 2001**).
- 4) Reunião dos Coordenadores de Cursos da Área:** Em outubro de 2000 foi realizada na CAPES reunião com os Coordenadores de Cursos da área. Dos 51 programas, compareceram 48 coordenadores. Nessa ocasião foram discutidos os critérios de avaliação da área conforme aqui descritos e tendo como base os indicadores da Tabela I. O documento elaborado pelo grupo, além de outros assuntos pertinentes, destaca a importância e o rigor da avaliação da área.
- 5. Indicadores para a Avaliação 2001:** Com base nas avaliações anteriores as recomendações da comissão para a **Avaliação 2001** incluem a manutenção dos parâmetros qualitativos anteriores, inclusive com referência ao **QUALIS** e a valorização dos itens da Tabela I (cobrindo então os anos de 1998, 1999 e 2000), atribuindo-se maior importância aos indicadores que melhor destacam o desempenho dos programas com ênfase na formação dos pós-graduados.

Valorização dos itens da Tabela 1: Para efeito da avaliação comparativa entre os programas, são considerados mais importantes os indicadores abaixo:

- Item 11: Total de orientadores;
- Item 13: Total de publicações classificadas no QUALIS como categoria A;
- Item 16: Publicações categoria A por orientador;
- Item 18: Total de orientadores com duas ou mais publicações categoria A;
- Item 21: Orientadores com três ou mais publicações categoria A;
- Item 22: Total de publicações internacionais categoria A;
- Item 24: Publicações internacionais categoria A por orientador;
- Item 25: Total de orientadores com três ou mais publicações internacionais categoria A;
- Item 31: Somatório do índice de impacto de todas as publicações;
- Item 32: Relação 31/11: Índice de impacto por orientador;
- Item 33: Número de publicações categoria A com discentes;
- Item 35: Número de publicações internacionais categoria A com discentes;
- Item 39: Total de dissertações mais teses (D+T);
- Item 40a: Relação 33/39: Publicações categoria A com discentes / total D+T;
- Item 42a: Relação 35/39: Publicações internacionais categoria A com discentes / D+T;
- Item 48: Tempo médio de titulação de mestres;
- Item 49: Tempo médio de titulação de doutores;

Para qualificação do desempenho básico, atribuiu-se maior importância aos indicadores: Itens 11, 13, 18, 19, 22, 24, 33, 35, 40a e 42a. Para o desempenho mais elevado, foram acrescentados a esses parâmetros os itens 21, 25, 31 e 32, possibilitando a comparação entre os programas.

Com relação aos parâmetros quantitativos, serão aplicados os seguintes critérios:

- 1) **Análise dos Quesitos:** Além dos parâmetros abaixo indicados, atribui-se o conceito cinco, aos programas que apresentam desempenho bom e/ou muito bom, consistentemente, em todos os parâmetros da ficha de avaliação CAPES: qualificação do corpo docente, atividade de pesquisa, atividade de formação, corpo discente, teses e dissertações e produção intelectual.
- 2) **Conceito cinco:** Para a confirmação deste nível de conceito é exigida a produção de pelo menos três artigos completos publicados nas revistas classificadas como A por 50% dos orientadores do programa no período (tríenio) da avaliação (1998/2000). Além desse nível de desempenho, considera-se como indicadores importantes para o conceito cinco:
 - a) Regularidade de produção científica individual dos orientadores;
 - b) Homogeneidade na distribuição dos orientadores com adequada contribuição individual para o bom desempenho global do programa;
 - c) Expressiva produtividade média dos discentes, sendo considerado desejável um índice médio de um trabalho completo pelo total de teses e dissertações defendidas;
 - d) Uma baixa dependência de orientadores externos;
 - e) Fluxo regular de mestres e doutores;
 - f) Tempo médio de titulação compatível com a duração da bolsa (24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado);

- h) Baixo índice de evasão.
- 3) **Conceitos inferiores a cinco:** Os indicadores acima mencionados são balanceados para produzir, compara-tivamente, os outros conceitos inferiores ao conceito cinco.
- 4) **Níveis de Excelência (Conceitos seis e sete):** Os programas que receberam o conceito 5 (cinco) são re-analisados com vistas a serem candidatos aos conceitos mais altos. É exigida, nítida, irrefutável e mensurável inserção e desempenho internacional do programa e/ou departamento/unidade sede do programa. Para atribuição dos conceitos seis e sete são aplicados os seguintes outros critérios, sempre de maneira comparativa e quantificados como abaixo indicado:
- **Conceito seis:** produção, no período da avaliação (1998/2000), de pelo menos quatro artigos completos publicados em **periódicos internacionais** classificados como A no **QUALIS** (ver acima), por pelo menos 50%, ou, em casos excepcionais, a critério da Comissão, por um mínimo de dez docentes-orientadores do programa.
 - **Nota um:** Para efeito desse item, os artigos publicados nas revistas brasileiras como o **Braz. J. Med. Biol. Res.** e outros, são computados na base de três artigos para cada artigo equivalente, publicado em periódico internacional categoria A do **QUALIS** teórico da área.
 - **Conceito sete:** produção, no período da avaliação (1998/2000), de pelo menos cinco artigos completos publicados em periódicos internacionais classificados como A no **QUALIS** (excluídos os periódicos nacionais, ver acima), por pelo menos 50% dos docentes-orientadores do programa.

Capacidade Nucleadora: Para o conceito sete, além dos parâmetros acima, foi também considerada relevante e essencial a capacidade nucleadora do programa reconhecida e identificável pela comissão. Como tal, é assim considerada a influência do programa em análise, na geração de outros programas de pós-graduação e de grupos consolidados de pesquisa.

IV. Avaliação 2001 – Desempenho da Área no Triênio 1998-2000

A Tabela II sumariza o desempenho geral dos programas da área. São apresentados os indicadores mais relevantes dos programas com melhor desempenho (conceitos seis e sete), permitindo uma comparação com o desempenho geral da área e com os programas que alcançaram os conceitos intermediários de três a cinco.

No período da avaliação verificamos que nos 51 programas avaliados, atuam 1247 docentes, dos quais 1042 são orientadores para um total médio de 3005 alunos matriculados (1607 no mestrado e 1398 no doutorado), representando uma relação de 2,9 orientados por orientador. Ainda no conjunto da área para o período, vê-se que foram titulados 2010 pós-graduandos (1353 mestres e 657 doutores) e produzidos 4.910 artigos completos, dos quais 3.774 (77%) estão qualificados no **QUALIS A** da área que inclui as seis revistas brasileiras indexadas no **ISI**, sendo 3273 artigos (67% do total) publicados em periódicos **QUALIS internacional A**, dos quais 1.520 artigos foram produzidos com alunos dos programas. Os dados mostram uma relação média de 1,87 artigos qualificados por tese defendida, sendo 40% dessa relação em artigos com discentes, publicados em periódicos internacionais **QUALIS A..** Os dados confirmam, claramente, a inserção internacional da área e asseguram o elevado nível das publicações o que garante a qualidade dos trabalhos de teses e dissertações. Vale mencionar que, embora não consideradas nas relações acima explicitadas, 14% das publicações foram feitas em boas revistas internacionais classificadas no **QUALIS B** da área. Verificou-se, ainda, crescente redução do tempo médio de titulação. No triênio desta avaliação os dados indicam tempos médios de titulação de 32,8 e 55,1 meses no mestrado e no doutorado, respectivamente.

A tabela II apresenta ainda os dados relativos aos programas de melhor desempenho (conceitos seis e sete), na Avaliação 2001. Verifica-se que os 12 programas que receberam tais conceitos, a par de responderam por 48 a 58 % do desempenho mais qualificado da área (itens 7, 7a, 9, 14, 16 e 17), respondem por 42 % do alunado atual e por 38 e 53 % dos titulados no mestrado e no doutorado respectivamente. Os dados indicam que tais programas têm inequívoco envolvimento no processo de formação de recursos humanos via pós-graduação. Nesses cursos são encontrados também os principais grupos nucleadores de outros programas de pós-graduação nesta e em áreas afins no Brasil.

Avaliação 2001: Área de Ciências Biológicas II

TABELA II. Dados e Índices de Desempenho dos Programas da Área

Nº	Indicadores	Dados da Área	Programas 3, 4 e 5	Programas 6 e 6	
				Dados	% da Área
1	TOTAL DE PROGRAMAS*	54	42	12	22,2
1a	MESTRADO	18	18	—	—
1b	DOUTORADO	36	24	12	33,3
2	TOTAL DE DOCENTES	1.247	753	494	39,6
3	TOTAL DE ORIENTADORES	1.042	713	329	31,6
4	ALUNOS MATRICULADOS	3.005	1.730	1.275	42,4
4a	MESTRADO	1.607	1062 (61%)	545 (42%)	33,9
4b	DOUTORADO	1.398	668 (39 %)	730 (58 %)	52,2
5	RELAÇÃO MÉDIA: ALUNO/ORIENTADOR	2,9	2,4	3,9	—
6	TOTAL DE TITULADOS NO PERÍODO	2.010	1.145	865	43
6a	DISSERTAÇÕES MESTRADO	1.353	839	514	38
6b	TESES DOUTORADO	657	306	351	53,4
7	TOTAL DE PUBLICAÇÕES da ÁREA	4.910	2.557	2.353	47,9
7a	PUBLICAÇÕES QUALIS A	3.774 (77%)	1.741 (68%)	2.033 (87%)	53,9
7b	PUBLICAÇÕES QUALIS B	678 (14%)	480 (19%)	198 (8%)	29,2
7c	PUBLICAÇÕES QUALIS C	458 (9%)	336 913%)	122 (5%)	26,6
8	PUBLICAÇÕES QUALIS A POR ORIENTADOR	3,62	2,44	6,17	—
9	TOTAL DE PUBLICAÇÕES QUALIS A INTERNACIONAL	3.273 (67%)	1.509 (59%)	1.764 (75%)	53,9
10	PUBLICAÇÕES QUALIS A INTERNACIONAL POR ORIENTADOR (item nove/item três)	3,14	2,12	5,36	—
11	NÚMERO DE ORIENTADORES COM três OU MAIS PULICAÇÕES QUALIS A INTERNACIONAL	—	—	273 (83%)	—
12	NÚMERO DE ORIENTADORES COM quatro OU MAIS PULICAÇÕES QUALIS A INTERNACIONAL	—	—	220 (67%)	—
13	NÚMERO DE ORIENTADORES COM cinco OU MAIS PULICAÇÕES QUALIS A INTERNACIONAL	—	—	178 (54/59%)	—
14	TOTAL DO ÍNDICE DE IMPACTO DAS PUBLICAÇÕES	10.180	4.454	5.726	56,2
15	ÍNDICE DE IMPACTO/ORIENTADOR (item 14/item três)	9,8	6,2	17,4	—
16	TOTAL PUBLICAÇÕES QUALIS A COM DISCENTE	1.582	658	924	58,4
17	TOTAL PUBLICAÇÕES QUALIS A INTERNACIONAL COM DISCENTE	1.520	668	852	56
18	PUBLICAÇÕES QUALIS A / TOTAL DISSERTAÇÕES+TESES (item sete/item seis)	1,87	1,52	2,35	—
19	PUBLICAÇÕES QUALIS A COM DISCENTE POR TOTAL DISSERTAÇÕES + TESES (item 16/item seis)	0,79	0,57	1,07	—
20	PUBLICAÇÕES QUALIS A INTERNACIONAL	0,75	0,58	0,98	—

	COM DISCENTE POR TOTAL DISSERTAÇÕES + TESES (item 17/item seis)				
21	TEMPO MÉDIO TITULAÇÃO MESTRADO (MESES)	32,8	—	30,3	—
22	TEMPO MÉDIO TITULAÇÃO DOUTORADO (MESES)	55,1	—	55,3	—

* Refere-se apenas aos 51 programas avaliados. A área tem mais dois mestrados profissionalizantes e um curso novo, ainda não avaliados.

V. Dificuldades Específicas: Surgimento de Novos Programas e Busca de Desempenho Homogêneo da Área

Apesar das características gerais positivas acima apontadas, há algum nível de dificuldades para garantir o crescimento da área e um desempenho mais homogêneo dos programas nas subáreas.

- Surgimento de novos programas:** Como mencionado acima, há um elevado nível de exigência de desempenho dos programas, seja para a aprovação de cursos novos, seja para a avaliação global dos programas. Essa cobrança é compatível com o grau de desenvolvimento da área. Tal prática vem sendo exercitada, seguida e crescentemente, pelas comissões de avaliação da CAPES. Assim, por causa da exigência de elevada produtividade científica de nível internacional dos orientadores e dos discentes, tornada mais explicitada a partir da avaliação 1998 e nas subseqüentes avaliações continuadas, com a introdução de um patamar mínimo da qualidade dos periódicos nacionais (estar indexado no ISI) e dos estrangeiros (índice de impacto 1,0 ou superior no JCR), o surgimento de novos programas, não tem acompanhado o que vem ocorrendo em outras áreas, em que se observa elevado índice de surgimento de novos programas a partir de 1990. Nesta avaliação dos 51 programas apenas cinco no mestrado e dois no doutorado podem ser considerados novos, mas ainda assim, já começando a produzir seus próprios titulados, nos dois níveis.
- Heterogeneidade de desempenho:** Verifica-se, também que há um inevitável grau de heterogeneidade entre as suas subáreas, até agora mantidas dentro dessa área apesar da reformulação e redistribuição das áreas e subáreas ocorrida em 1991 na CAPES. Nesse particular, vale ressaltar a defasagem constatada no desempenho dos programas de pós-graduação em morfologia para atingir o nível de exigência geral estabelecido para a área. Ressalte-se, todavia, que houve na **Avaliação 2001**, nítido progresso de desempenho em alguns programas da subárea. Essa subárea compreende um total de 13 programas, nove dos quais no nível doutorado. Trata-se, então, de subárea com bom número de programas, sendo portanto maior ou de tamanho similar a outras 12 áreas independentes da CAPES. Pelo critério de número de programas, a morfologia poderia ser tratada como área independente, como ocorre com diversas outras, algumas até bem menores. Há um pleito antigo dessa subárea neste sentido, mas essa posição não encontra respaldo em muitas lideranças científicas da subárea. Esse pleito parece ter sido estimulado pela existência de um exagerado número de subáreas muito pequenas que ganharam “status” de área independente na CAPES na reestruturação das áreas ocorrida em 1991.
- Recursos financeiros, alocação de bolsas e premiação aos programas:** Por razões históricas, os programas da área estiveram sempre mais vinculados a um maior suporte do CNPq do que da CAPES. Como a área dispõe de bom índice de programas consolidados e de maiores conceitos, essa situação se torna crescentemente agravada. Contribuiu negativamente nesse quadro, a adoção de sistemáticas unilateralmente decididas pelo CNPq no suporte às atividades de pós-graduação. Influenciam muito negativamente nesse contexto: a) o significativo afastamento do CNPq na concessão de bolsas de mestrado (queda de 50% no período 1995-1999); b) a desastrosa mudança na sistemática de concessão de bolsas de doutorado, que se constituiu em mal planejada tentativa de acoplar a concessão de tais bolsas

diretamente aos orientadores; c) o cancelamento, a partir de 1997, do pagamento das Taxas de Bancada, uma sistemática oportunamente introduzida no sistema de pós-graduação em 1992 e, d) a interrupção entre 1995-1998 do fomento aos projetos de pesquisa, afetando diretamente o desenvolvimento de teses e dissertações que constituem a grande maioria dos projetos individuais submetidos ao CNPq. Não tendo sido tais decisões negociadas entre o CNPq e a CAPES, criou-se uma complexa situação a ser solucionada, unilateralmente pela CAPES, pois há, sobre a CAPES, inevitável maior demanda por suporte adequado, não apenas de bolsas, mas também de fomento propriamente dito. No contexto acima, as áreas experimentais são substancialmente afetadas e, dentre elas, as subáreas mais amadurecidas como as das Ciências Biológicas II. A situação poderá ser substancialmente agravada com a maior demanda de bolsas pelos programas de São Paulo, em face da limitação regulamentar da FAPESP para atender à concessão de novas bolsas a partir do segundo semestre de 2001. É, pois, urgente buscar mecanismos de correção das distorções criadas por decisões precipitadas e incompatíveis com o papel que a pós-graduação vem desempenhando no avanço do desenvolvimento do País.

VI. Dificuldades com os Formulários e Sugestões à CAPES

Diversas sugestões já foram incluídas no Documento de Área 1998, além de outras introduzidas na etapa anterior, quando da “Simulação da Avaliação”. Reafirma-se, mais uma vez, o desencanto da comissão com o retardo no aperfeiçoamento dos formulários de Coleta de Dados disponibilizados para a avaliação. Além de confusos, repleto de tabelas com dados supérfluos e informações prolixas e, portanto, pouco úteis e, não raro não confiáveis, tais formulários são de difícil preenchimento no âmbito dos próprios programas induzindo a erros graves como os já apontados, inúmeras vezes, à administração da CAPES. Por isso mesmo, a complicada sistemática de coleta de dados é alvo constante de reclamação pelos coordenadores de programas. São, ademais, de difícil manuseio porque não apresentam quadros consolidados com informações sumarizadas e de fácil comparação.

Consideramos, pois, urgente, a melhoria do sistema de coleta de dados. A lista abaixo deve ser considerada para permitir aperfeiçoamento do processo de avaliação.

- 1) Incluir nos formulários de coleta de dados uma ficha - resumo, na forma de tabela simplificada, contendo os indicadores acima listados (ver Tabela I);
- 2) Incluir outro quadro, listando nominalmente, em forma de quadro-resumo, os Docentes-Pesquisadores que efetivamente participam do programa de pós-graduação, indicando nominalmente sua atuação: orientando no mestrado e no doutorado (indicando o número de orientandos); ministrando disciplinas e desenvolvendo atividades administrativas relativas ao programa. Indicar, igualmente, a vinculação empregatícia (Departamento/Unidade/Instituição) de cada docente, para caracterizar a condição de participante-orientador.
- 3) Listar as teses/dissertações defendidas, no triênio sob avaliação, indicando o nome do autor e do orientador e os respectivos trabalhos científicos originados de cada tese.
- 4) Identificar um sistema de anotação do desempenho que permita incluir como discentes-autores os trabalhos publicados, relativos às teses e dissertações de pós-graduandos que concluíram até dois anos antes do relatório em análise, seus programas de mestrado e doutorado.
- 5) Separar as listas de publicações com discentes e sem discentes.
- 6) Listar à parte, os trabalhos científicos gerados no programa sem a participação dos pós-graduandos.

- 7) Acoplar à lista de produção científica as publicações conforme sua classificação no QUALIS teórico da área .
- 8) Listar à parte os trabalhos em periódicos não listados no QUALIS teórico da área.
- 9) Excluir, no caderno das publicações, a indicação “número de páginas”, indicando claramente, “página inicial e página final”.
- 10) Eliminar do Coleta a listagem com os títulos dos resumos de congressos (indicar só o número de resumos).
- 11) Passar para um anexo aos dados do Coleta a extensiva numerologia das tabelas tipo NRDs e inúmeras outras informações que não contribuem para a avaliação objetiva para bem orientar as comissões na conceituação justa dos programas.

Ciências Biológicas III

A comissão de sete membros, incluindo o Representante da Área, reuniu-se nos dias 14 a 18 de Maio de 2001 para proceder a avaliação de 17 cursos de pós-graduação. Os primeiros dias foram dedicados ao estabelecimento de critérios prioritários de julgamento na área, os quais foram elaborados a partir de discussões prévias que ocorreram na avaliação continuada em 2000 e na reunião de 16 de Abril do corrente. Esses critérios foram considerados adequados para avaliar o desenvolvimento dos cursos, sendo adicionados de outros indicadores na medida que a análise individual de cada curso assim o exigisse, e/ou da análise de aspectos específicos da organização e participação docente do programa.

Os critérios prioritários de julgamento utilizados pela área (qualis) estão indicados a seguir, gerando tabelas em que os dados do triênio (1998, 1999, 2000) foram comparados, separando-se os programas de mestrado e doutorado. Foram eles:

Corpo Docente

1. Percentagem de NRD6 do Programa
2. Total de docentes

Corpo discente

1. Relação discentes/docentes
2. Número de teses orientadas por docente
3. Número de estudantes no início de cada ano
4. Número de estudantes novos admitidos no programa
5. Número de titulações (Mestrado e Doutorado)
6. Número de desistências, abandonos

7. Número final de alunos deduzindo as titulações
8. Tempo médio de titulação
9. Número de trabalhos (absoluto e percentual) com co-autoria de pelo menos um discente.

Produção Científica

1. Total de trabalhos em revistas indexadas
2. Percentual de trabalhos em revistas de índice de impacto igual ou maior que 4.0
3. Percentual de trabalhos em revistas de índice de impacto entre 1 e 3,9
4. Percentual de trabalhos em revistas de índice de impacto menor que 1.0
5. Número de trabalhos em revistas não indexadas
6. Relação entre trabalhos indexados e não indexados (I/NI)
7. Trabalhos publicados por docente por ano
8. Trabalhos publicados por NRD6 por ano.

Após análise cuidadosa de todos os documentos submetidos, e apreciação de cada programa, a comissão pode notar que a grande maioria dos cursos se esmerou em produzir propostas bem feitas, com informações completas e confiáveis, incluindo o necessário detalhamento que permitiu sua análise inequívoca e emissão de conceitos. A notória exceção a esse quadro foi a proposta da Fundação Oswaldo Cruz, que pelo seu gigantismo dificultou o julgamento da comissão baseado em documento com muitas falhas de preenchimento e incluindo um número excessivo de linhas de pesquisa, de difícil avaliação. Da mesma forma o curso “Fora de Sede” em Mato Grosso do Sul, ligado a FIOCRUZ, segue a mesma orientação com nove áreas de concentração para 19 docentes, o que comparativamente é julgado excessivo em um programa dessa natureza.

Dos 17 cursos avaliados oito receberam conceito cinco, sendo que existe indicação de maior inserção internacional para cinco programas, dois com nível seis e três com nível sete. A inserção internacional foi confirmada pela alta percentagem de publicações com índice de impacto entre um e quatro, e acima de quatro (caracteristicamente entre dez e 30% nos programas de conceito sete). Dessa forma, nos anos 1998, 1999 e 2000, os cursos de nota sete (UNIFESP-Microbiologia e Imunologia; USP-Ribeirão Preto, Imunologia Básica e Aplicada e USP-ICB, Imunologia) relataram os seguintes percentuais de publicações com índice de impacto igual ou maior que quatro: 25, 24 e 29%; 21, 21 e 24,3% e 11, 26 e 27%, respectivamente. Os percentuais médios desses mesmos cursos para trabalhos com índice de impacto entre um e 3,9, foram 52,9, 57,9 e 58% respectivamente. Esses indicadores os quais acompanham uma excelência documentada na participação docente e no nível de formação discente, claramente definem um grupo homogêneo de programas de conceito sete. Os dois programas de conceito seis apresentaram em algum ano do triênio percentual menor que 10% de trabalhos com índice de impacto igual ou maior a quatro, e um deles (UFRJ-Microbiologia e Imunologia) apresentou percentual médio de 32% para trabalhos com índice de impacto de 0 a 0.9 o que é considerado elevado em termos de qualidade, além de um número também alto de trabalhos em revistas não indexadas. A mudança de nível de cinco para seis do programa de Relação Patógeno-Hospedeiro (USP) premia a sua boa produção científica internacional no triênio. Todos os programas com conceito básico cinco incluindo os cinco de maior inserção internacional, níveis seis e sete, apresentaram indicadores que confirmam a sua eficiência na formação de pós-graduados. É de se louvar a participação discente em trabalhos publicados nos cursos da UFRJ (58.3%) e USP-Imunologia (67.5%).

Além dos programas discutidos acima, seis outros receberam conceito quatro, e dois conceito três, em consequência de deficiências várias ou na produção científica quantitativa

(menos de um trabalho por docente/ano), ou no menor percentual de NRD6, tempo de titulação, organização do curso, e outros fatores. Um programa foi descredenciado com conceito dois (UNIG-Ciências Biológicas, Doenças Parasitárias) por apresentar sérias deficiências na sua qualidade de formação, por exemplo, as teses não resultaram em nenhum trabalho em revista indexada, 94 das 101 publicações em revistas não indexadas, constituirão apenas local de bancas examinadoras, insuficiência temática das disciplinas do curso, e outras julgadas relevantes.

Todas as decisões da comissão foram tomadas por unanimidade após discussão dos pontos críticos levantados.

Comissão de Avaliação

- João Santana da Silva - USP-RP
- José Franco da Silveira - UNIFESP
- Lúcia Mendonça-Previato - UFRJ
- Luiz R. Travassos - UNIFESP
- Luiz Fernando Lima Reis, Instituto Ludwig - SP
- Maria Cristina Roque A. Barreira - USP-RP
- Patricia Silva Cisalpino - UFMG

Ecologia e Meio Ambiente

A área de avaliação Ecologia e Meio Ambiente é composta de 14 programas de pós-graduação, distribuídos nas cinco regiões geo-políticas do país. Dez programas tem cursos de mestrado e doutorado, enquanto quatro tem apenas curso de mestrado. A comissão de avaliação foi constituída pelo representante de área, Dr. Carlos Araujo Lima e pelos docentes pesquisadores da área, Dra. Mercedes Bustamante, Dra. Flávia Nogueira, Dr. Flávio Antonio Maes dos Santos, Dra. Odete Rocha, Dr. Fábio R. Scarano e Dr. Sidnei Magela Thomaz.

O processo de avaliação foi realizado em duas etapas: uma etapa breve, em maio de 2001, quando foi realizada uma avaliação inicial da documentação e da produção científica, e uma etapa final e longa em junho de 2001, quando todo o material dos programas e os indicadores gerados pela CAPES foram analisados detalhadamente e os programas classificados. Os critérios da avaliação foram estabelecidos durante a avaliação continuada realizada desde 1998 e respeitados durante a avaliação final. Este procedimento pretendeu manter uma coerência entre a avaliação trienal e as recomendações apresentadas pelas comissões da avaliação continuada.

A classificação dos programas foi inicialmente baseada em sete quesitos distribuídos em 29 itens. Essa análise revelou que os programas apresentaram algumas diferenças, mas erros de preenchimento e redundância das variáveis não permitiram classificá-los, embora revelassem as tendências. Os 14 programas em funcionamento se distribuíram segundo duas tendências: regular e bom. Os programas com tendência regular foram: UFRN, UFU e UFMT. Os programas com tendência boa foram os restantes.

Uma classificação mais detalhada foi baseada em cinco itens que a comissão julgou serem os mais relevantes: corpo docente; tempo de titulação médio no mestrado e no doutorado; qualidade e quantidade de produção científica. A análise foi feita respeitando os pesos definidos anteriormente pela comissão de avaliação continuada, mas grupando a produção científica como um índice. Este índice foi calculado como:

- Índice de produção científica= $(0,35*Quant / docente + 0,65*Quant.A / NRD6)$

Onde *Quant* foi o número de publicações do NRD em periódicos, capítulo de livros, livros e trabalhos completos em anais de congresso publicados no período de avaliação; *NRD6* foi o número de docentes no núcleo de referência docente nível seis; *docente* foi o número de docentes NRD no período e; *Quant.A* foi o número de publicações do NRD6 em periódicos de nível A no período de avaliação.

Três agrupamentos são revelados em uma análise gráfica (fig. 1). Estes grupos foram formados basicamente por diferenças na produção científica dos programas. Os três grupos tinham índice de produção científica significativamente diferentes quando as outras duas variáveis eram mantidas constantes ($p<0,001$). O tempo de titulação médio no mestrado conseguia separar apenas um programa dos demais e o número de docentes do NRD6 se distribuía em um contínuo, variando de 11,3 a 34 docentes NRD6 no triênio.

O grupo superior era composto por sete programas e apresentou produção científica média relativamente alta, tempo de titulação no mestrado variável, corpo docente variável. Um segundo grupo com produção científica média intermediária, tempo de titulação no mestrado comparativamente curto e tamanho do corpo docente variável era composto por três programas, todos com curso de doutorado. Finalmente, um grupo caracterizado por baixa produção científica média, tempo de titulação curto e corpo docente relativamente pequeno era formado por quatro programas, todos sem curso de doutorado.

A comissão conceituou com cinco os programas do agrupamento superior, com a exceção do programa da USP, cujo tempo de titulação médio foi igual 54,8 meses e índice de produção científica foi 0,59. Este tempo de titulação é considerado muito alto e diferencia este curso dos demais. O grupo intermediário foi classificado como quatro e o grupo inferior como três. Como houve pequena diferença no tempo de titulação entre os cursos de doutorado esta análise foi realizada apenas para o mestrado, pois o resultado obtido seria muito parecido. Assim, os programas com melhor classificação foram aqueles que tiveram índice de produção científica mais alto, cursos de doutorado, tempo de titulação médio mais baixos e número de docentes NRD6 alto.

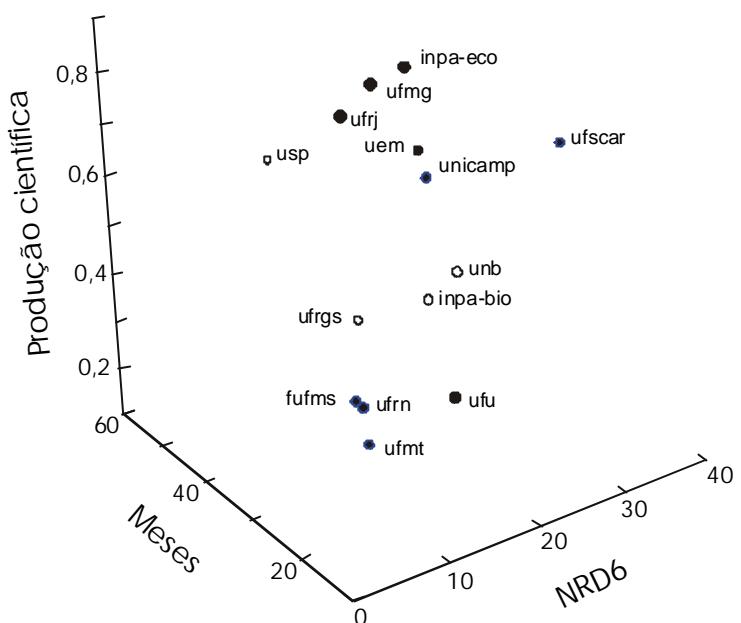
Classificação dos programas nos conceitos seis e sete

Os critérios que definem o perfil de excelência da área de avaliação de Ecologia e Meio Ambiente (1998-2000) são:

- Nível seis: Atingir o nível cinco e apresentar 50% dos docentes ou no mínimo de dez docentes com três publicações em periódicos de nível A .
- Nível sete: Atingir o nível cinco e apresentar 50% dos docentes ou no mínimo de dez docentes com quatro publicações em periódicos de nível A .

A leitura da Comissão dos critérios de classificação foi que para alcançar o nível seis acima listado os programas deveriam ter conceito cinco, e três publicações em periódicos nível A no triênio de autoria ou co-autoria da metade ou dez docentes NRD6. Isto significa que para obter nível seis, programas cinco com menos de 20 docentes deveriam ter pelo menos dez docentes com uma publicação anual em periódicos A.

Figura 1. Três agrupamentos dos 14 cursos de pg em Ecologia segundo produção científica, número de NRD6 e tempo de titulação no mestrado.



A classificação dos programas no conceito seis foi então considerada pela comissão criteriosamente. A tabela 1 mostra o número de docentes que publicaram trabalhos A em relação à meta que deveria ser atingida a cada ano para que o curso alcançasse o conceito seis. De todos os programas, o que mais se aproximou da meta, sem entretanto atingi-la, foi a UEM pois alcançou o número mínimo em dois anos (1999 e 2000). Ainda que a tabela dê a indicação otimista que vários dos programas da área estejam próximos de alcançar este patamar, cabe destacar que todos os programas cinco ainda apresentam problemas de funcionamento não compatíveis com um curso de excelência, como demonstram as tendências gerais indicadas na tabela de avaliação, que refletem tempo de titulação médio, produção discente, entre outros, inferiores a muito bom. Assim nenhum programa de recebeu o conceito seis.

Tabela 1. Número de docentes NRD6 com publicações nível A e número mínimo necessário para atingir o conceito seis em seis programas de Ecologia. O numerador indica o número de docentes e o denominador indica o número mínimo crítico.

ies	1998	1999	2000
INPA-ECO	7/10	9/10	8/10
UFRJ	4/10	7/10	5/10
UFMG	9/10	7/10	8/10
UNICAMP	8/10	9/12	11/11
UEM	8/11	12/11	12/11
UFSCAR	20/18	13/15	13/19

Síntese Evolutiva

1. Proposta do Programa

Os cursos da área de Ecologia e Meio Ambiente avaliados têm coerência e consistência na proposta do programa, de maneira geral. Os cursos mais antigos possuem propostas mais amplas, mais abrangentes, enquanto os mais novos são mais especializados, com propostas mais específicas. Os cursos com propostas mais amplas deverão permanecer atentos em relação à coerência da proposta, procurando manter um amplo espectro de linhas de pesquisa, abrangência das disciplinas oferecidas e projetos interdisciplinares para que realmente atinjam a amplitude da formação contida em suas propostas, e que caracterizam a área de Ecologia e Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, sugere-se que esses programas mantenham a maioria das teses e da produção científica voltadas para os enfoques que caracterizam o núcleo básico da área de Ecologia.

Quanto às linhas de pesquisa, observa-se que a grande maioria dos cursos fez uma adequação em relação às áreas, linhas e projetos de pesquisa, mas alguns poucos cursos ainda continuam confundindo linhas de pesquisa com áreas ou mesmo projetos de pesquisa.

A proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes é, como esperado, variável. Observou-se uma evolução positiva em relação ao número de docentes NRD6. Em geral, os cursos não dependem de participantes externos para o seu funcionamento; as atividades destes membros externos se restringem às co-autorias, colaboração em disciplinas e participação em bancas examinadoras.

2. Corpo Docente

Ao final de 2000, todos os programas apresentaram mais de dez docentes NRD6 (número mínimo), sendo que 11 dos 14 programas apresentaram 15 ou mais docentes no NRD6 (menores que 15: UFRN, UFRJ, FUFMS). Os programas do INPA-ECO, UFRN, UFU, UnB, UFMT, UFRGS e UNICAMP aumentaram o NRD6 de 1998 a 2000. Já um decréscimo sistemático do NRD6 foi observado para o programa da UFRJ (Figuras 2 e 3). Sete dos 14 programas mostraram um aumento da proporção do NRD6 em relação ao número total de docentes e, ao final de 2000, mais de 50% do corpo docente como NRD6 (Figura 4). Destaca-se como exceção a UFRJ, com uma baixa proporção de docentes no NRD6, em relação ao total de docentes com tendência de decréscimo de 1998 a 2000.

Persistiram, em alguns casos, erros de interpretação acerca do que seja o professor NRD6. Ainda desta vez, cabe destacar que o professor NRD6 é aquele que tem vínculo empregatício com a instituição sede do curso e com dedicação ao curso de pelo menos 30% a 60% da carga horária.

A maioria dos programas não aumentou significativamente o número total de docentes provavelmente pelas limitações de novas contratações nas universidades. Entretanto, todos os cursos aumentaram o número de alunos de Mestrado e Doutorado de 1998 a 2000 (exceção UFSCar). O número de bolsas da CAPES de Mestrado para a área de Ecologia oscilou de 117 em 1998, para 140 em 1999, diminuindo para 134 em 2000 e para 125 em 2001. As bolsas de Doutorado da CAPES tiveram um ligeiro aumento, passando de 80 em 1999 para 90 em 2001, o que não foi suficiente para cobrir o aumento do número de alunos nos cursos da área. Estes dois fatores (dificuldade de contratação e baixo número de bolsas) dificultam o crescimento e melhoria de cursos de menor porte e criados mais recentemente, pois há uma maior demanda pelos docentes (tanto na graduação como na pós-graduação), sem uma melhoria concomitante das condições de trabalho.

3. Atividades de Pesquisa

Como resultado da avaliação anterior e das avaliações continuadas, a maioria dos programas re-estruturou suas linhas de pesquisa e projetos de pesquisa (Tabela 2). Entretanto, em alguns casos, ainda há excessivas linhas de pesquisa em relação à dimensão do corpo docente (por exemplo UFMG e UFRN) e identificação errônea de projetos como linhas de pesquisa (por exemplo UFMG e INPA-ECO).

Tabela 2: Número de linhas de pesquisas e número de docentes (no final do triênio 1998/2000) nos programas avaliados.

Programa	nº de Linhas	nº Docentes
UNICAMP	12	34
UFMT	15	19
USP	3	32
FUFMS	6	17
INPA-ECO	16	30
INPA-BADPI	8	26
UFSCAR	35	46
UFMG	53	22
UnB	11	30
UFRGS	6	24
UEM	2	27
UFRJ	9	30
UFU	7	21
UFRN	22	14

4. Atividades de Formação

4.1. Estrutura Curricular

A análise da adequação e abrangência da estrutura curricular em relação à proposta do programa e às suas áreas de concentração revela que todos os cursos atendem este requisito. Na estrutura curricular, todos os cursos oferecem as disciplinas relacionadas com o núcleo básico considerado necessário (Ecologia de Ecossistemas, de Comunidades, de Populações, Estatística e Ecologia de Campo). Apesar disso, observa-se ainda que o número de disciplinas oferecidas anualmente não cobre, em alguns casos, o espectro das disciplinas que constam do elenco apresentado pelo curso. Recomenda-se de forma geral, a todos os cursos, maior regularidade no oferecimento das disciplinas da área complementar, para permitir uma formação mais abrangente.

4.2. Carga horária na Graduação e na Pós-graduação / Número de Disciplinas

A análise da atividade em disciplinas de graduação mostra que os docentes dos programas UNICAMP, USP, UFSCar e UFRN têm menor carga horária na graduação (INPA-ECO e BADPI não têm atividades de docência na graduação). O número de disciplinas de graduação por docente no triênio 1998/2000 aumentou nos programas da UFMT, UFRGS e UFRJ em relação ao biênio 1996/1997 (Tabela 3).

As maiores cargas horárias na pós-graduação por docente são observadas nos programas UFRN, UNICAMP, FUFMS, UFSCar. Destaca-se a baixa carga horária nos cursos INPA-BADPI e INPA-ECO, considerando-se a ausência de atividade letiva de graduação dos docentes envolvidos nestes programas. Com relação ao número de disciplinas de pós-graduação por docente, houve um aumento expressivo para o programa da UnB do biênio 1996/1997 para o triênio 1998/2000.

Tabela 3: Número de disciplinas por docente no biênio 1996/1997 e no triênio 1998/2000. Entre parênteses, carga horária média anual na graduação e na pós-graduação por docente.

Programa	Graduação	96/97	98/00	Graduação	Pós-graduação	Pós-Graduação
UNICAMP	2,5			2,0 (115,7)	1,0	0,6 (84,3)
UFMT	1,8			2,9 (213,0)	0,7	0,6 (36,7)
USP	1,5*			1,2 (138,0)	0,7*	0,7 (64,8)
FUFMS	2,0			2,4 (176,0)	0,6	0,8 (72,4)
INPA-ECO	0,0			0,0	0,6	0,5 (37,4)
INPA-BADPI	0,0			0,0	0,6*	0,5 (30,9)
UFSCAR	1,5			1,3 (96,0)	0,6	0,7 (74,8)
UFMG	2,3*			2,9 (170,0)	0,6*	0,8 (42,5)
UnB	3,5			2,3 (230,0)	0,4	1,1 (51,6)
UFRGS	1,1			2,5 (184,0)	1,0	1,0 (43,3)
UEM	1,3			1,5 (186,0)	0,5	0,7 (55,5)
UFRJ	2,5			3,7 (202,0)	0,8*	0,5 (69,4)
UFU	-			3,5 (244,0)		0,7 (30,5)
UFRN	-			2,1 (86,7)	-	2,1 (82,7)

* Casos em que falta informação de um dos anos do período

4.3. Orientação na Graduação

Os programas UFMT, UnB, FUFMS e UEM aumentaram o número de orientandos de graduação no triênio, sendo que os maiores números foram apresentados pelos programas UFMT e UFU (Figura 5). Já os programas da UFRJ, UFMG, UFRGS, UFSCar e UFRN reduziram o número de orientados de graduação ao longo do triênio.

Destacam-se os programas do INPA-ECO, INPA-BADPI, UNICAMP e USP que ainda apresentaram ao fim do triênio, baixo número de orientandos na graduação (<2), apesar de um ligeiro aumento nos dois primeiros cursos.

5. Corpo Discente

5.1. Dinâmica dos alunos de Mestrado e Doutorado

Nos programas com Mestrado e Doutorado, com exceção da UEM e UNICAMP, houve uma redução da proporção de alunos de Mestrado em relação ao total, ou seja, aumento da

proporção de alunos de Doutorado (Figura 6). Os programas da UnB, UEM, UNICAMP, USP e UFSCar já apresentam menos de 50% de corpo discente nos cursos de Mestrado.

5.2. Fluxo de alunos

A comparação do fluxo de alunos (proporção de alunos titulados em relação à dimensão do corpo discente) entre os dois períodos de avaliação indica uma melhora significativa dos fluxos para a maioria dos cursos, com exceção da UFRGS (Tabela 4 e Figuras 7 e 8). Este resultado é reflexo do esforço dos programas da área de Ecologia e Meio Ambiente para reduzir o tempo de titulação, de acordo com as diretrizes determinadas pela CAPES. Entretanto, mais esforço neste sentido se faz necessário (ver item seis).

Tabela 4: Proporção de alunos titulados em relação à dimensão do corpo discente (%) no biênio 1996/1997 e no triênio 1998/2000

Programa	96/97	98/00
UNICAMP	23,0	23,2
UFMT	22,8	32,8
USP	14,1	23,3
FUFMS	16,7	17,3
INPA-ECO	14,8	34,0
INPA-BADPI	14,7	34,8
UFSCAR	16,5	32,8
UFMG	23,5	31,6
UnB	18,5	34,7
UFRGS	29,8	26,0
UEM	12,9	23,6
UFRJ	21,6	25,7 (1)
UFU	-	3,7 (2)
UFRN	-	44,8

- (1) Neste caso, considerou-se somente os dados de 1999 e 2000, pois os dados de 1998 para este item não estavam disponíveis.
 (2) Curso iniciado em 1999, com somente uma defesa em 2000.

5.3. Participação Discente em Publicações

A participação discente em publicações (incluindo resumos e publicações completas) nos programas UFRN, UnB, UFMG, UEM, UFSCar e UFU tem se mantido em bom nível (aproximadamente uma publicação por aluno por ano) ou aumentado durante o triênio. No caso da UFRGS, a produção discente está neste nível mas houve uma redução de 1999 a 2000. Os programas da UFRJ, INPA-BADPI, FUFMS, USP e UNICAMP apresentaram valores menores que um e uma tendência de decréscimo enquanto INPA-ECO com valores bem baixos (< 0,5) mostrou tendência de aumento. A produção discente da UFMT aumentou no triênio mas ainda é muito baixa.

Na maioria dos cursos existe uma boa distribuição da produção discente (50% ou mais do corpo discente tem autoria/co-autoria em publicações). Entretanto, nos programas da UEM, UnB e UFMG a produção esteve concentrada em menos da metade dos alunos de Mestrado e Doutorado. Destaca-se também, nos programas do INPA-ECO e INPA-BADPI, maior

concentração das publicações em nível de Doutorado. Em outras palavras, menos alunos de Doutorado estão publicando, em comparação com alunos de Mestrado.

6. Teses e Dissertações

6.1. Tempo de titulação – Mestrado

No triênio, somente os cursos do INPA-BADPI, INPA-ECO, UFRN, UnB e UFMT reduziram sistematicamente o tempo de titulação de Mestres. Entretanto, somente a UFRN apresentou tempo de titulação inferior a 24 meses. No caso da UFU (programa iniciado em 1999), houve somente uma titulação em 2000 com tempo de 16 meses, fato que justifica este baixo tempo de titulação (Figura 9).

Em 2000, do total de 14 programas, sete ainda apresentavam mediana do tempo de titulação maior ou igual a 30 meses (UFRJ, FUFMS, UFRGS, UEM, UNICAMP, USP, UFSCar). Neste grupo destaca-se a USP com o tempo ainda extremamente elevado para titulação de Mestres (> 50 meses). Para todos esses programas, a Comissão recomenda fortemente o aperfeiçoamento das estratégias para redução do tempo de titulação.

6.2. Tempo de titulação – Doutorado

Em 2000, todos os programas com Doutorado, exceto o INPA-ECO, apresentaram mediana do tempo de titulação acima de 50 meses (Figura 10). A maioria dos programas manteve o tempo relativamente constante durante o período de avaliação. Destaca-se a redução acentuada do tempo de titulação no INPA-ECO (de 96 para 48 meses) no período de avaliação. Por outro lado, o INPA-BADPI aumentou seu tempo de titulação de 65 para 77 meses no mesmo período. Os dados revelam que os programas têm tido mais dificuldade em ajustar o tempo de titulação do Doutorado do que do Mestrado. Os cursos que mais se afastaram da meta (48 meses), além do já citado, são os da UNICAMP (61 meses) e USP (63 meses). Ressalta-se ainda o fato de não terem ocorrido defesas de teses na UFMG, o que indica que a primeira turma já não está cumprindo a meta de 48 meses.

7. Produção Bibliográfica

A análise qualitativa da produção científica, considerando-se a proporção de trabalhos publicados em revista A em relação ao total de trabalhos publicados pelo NRD6 (Tabela 5), evidencia um aumento da qualidade da produção no triênio 1998-2000 para os programas da UNICAMP, INPA-ECO, UFMG, UnB e UEM, em relação ao biênio 1996-1997. Os programas UFMT, USP, INPA-BADPI e UFRJ mantiveram constante a qualidade dos veículos de publicação. Já os programas FUFMS, UFSCar e UFRGS apresentaram um decréscimo da proporção de publicações A em relação ao total publicado no biênio anterior. Destaca-se o caso da UFRGS que passou a apresentar o mais baixo percentual de produção A.

Tabela 5: Produção A do NRD6 / produção total do NRD6 (%) no biênio 96/97 e no triênio 98/00

Programa	96/97	98/00
UNICAMP	27	43
UFMT	11	13
USP	29	28
FUFMS	27	21
INPA-ECO	34	39
INPA-BADPI	26	26
UFSCAR	29	19
UFMG	22	27
UnB	20	28
UFRGS	14	5
UEM	11	35
UFRJ	37	36
UFU	-	22
UFRN	-	9

A análise quantitativa da produção científica de nível A do NRD6 (Tabela 6) demonstra a manutenção ou aumento da quantidade da produção no triênio 1998-2000 em 12 dos 14 programas. Já os programas da UFSCar e UFRGS apresentaram uma redução do número de trabalhos A por NRD6 em relação ao biênio anterior. Destacam-se os casos da UFRGS, UFMT e UFRN, que ao final de 2000, apresentaram os mais baixos percentuais de produção A.

Tabela 6: Produção A do NDR6 / docente do NRD 6 no biênio 1996/1997 e no triênio 1998/2000.

Programa	96/97	98/00
UNICAMP	0,50	0,83
UFMT	0,15	0,14
USP	0,45	0,71
FUFMS	0,20	0,26
INPA-ECO	1,19	1,18
INPA-BADPI	0,47	0,50
UFSCAR	0,94	0,64
UFMG	0,63	0,89
UnB	0,58	0,55
UFRGS	0,28	0,16
UEM	0,28	0,80
UFRJ	0,90	1,03
UFU	-	0,29
UFRN	-	0,18

Entretanto, considerando-se a produção total do NRD6, constata-se que há um decréscimo em três dos 12 programas, a saber: UFMT, INPA-ECO e UnB (Tabela 7).

Tabela 7: Produção total do NRD6 / docente do NRD 6 no biênio 1996/1997 e no triênio 1998/2000.

Programa	96/97	98/00
UNICAMP	1,80	1,92
UFMT	1,40	1,12
USP	1,60	2,50
FUFMS	0,80	1,20
INPA-ECO	3,20	3,00
INPA-BADPI	1,80	1,89
UFSCAR	3,20	3,40
UFMG	2,80	3,32
UnB	2,90	1,98
UFRGS	2,10	2,98
UEM	2,50	3,20
UFRJ	2,50	2,85
UFU	-	1,29
UFRN	-	1,96

Estes dados indicam que, de modo geral, os programas da área de Ecologia e Meio Ambiente apresentaram melhoria da produção científica, tanto no aspecto qualitativo como quantitativo, quando considerado o NRD6 (Figuras 11 a 13).

Considerando-se o aspecto qualitativo, constata-se uma grande variabilidade entre os cursos analisados, oscilando entre 0,14 e 1,18 trabalhos A por docente NRD6 (Figura 11). Em nove dos 14 cursos, os docentes NRD6 publicaram, em média, mais de 0,5 trabalho em revista A por ano (Figura 11).

A produção total por NRD6 foi menos variável do que a produção em revistas de nível A, oscilando entre 1,12 e 3,40 trabalhos produzidos por docente NRD6/ano, sendo que em sete programas a produção foi superior a dois trabalhos por NRD6/ano (Figura 12). Deve-se ressaltar o fato de que nenhum dos cursos avaliados apresentou a produção total inferior a um trabalho por NRD6/ano.

A comparação da produção total dos docentes, para o biênio 1996-1997 e 1998-2000, sem considerar UFU e UFRN, que não tinham atividades no biênio 1996-1997, demonstra que sete de 12 programas aumentaram a produção total dos docentes (Tabela 8).

Tabela 8: Produção total docentes / docentes no biênio 1996/1997 e no triênio 1998/2000.

Programa	96/97	98/00
UNICAMP	1,30	1,67
UFMT	1,10	0,91
USP	0,80	1,88
FUFMS	0,70	0,92
INPA-ECO	2,50	2,10
INPA-BADPI	1,50	1,54
UFSCAR	3,70	3,21
UFMG	2,00	3,31
UnB	2,90	1,98
UFRGS	1,80	2,26
UEM	2,00	2,00
UFRJ	3,00	2,40
UFU	-	1,78
UFRN	-	1,82

Figura 2: Número de docentes NRD6 no triênio 1998-2000.

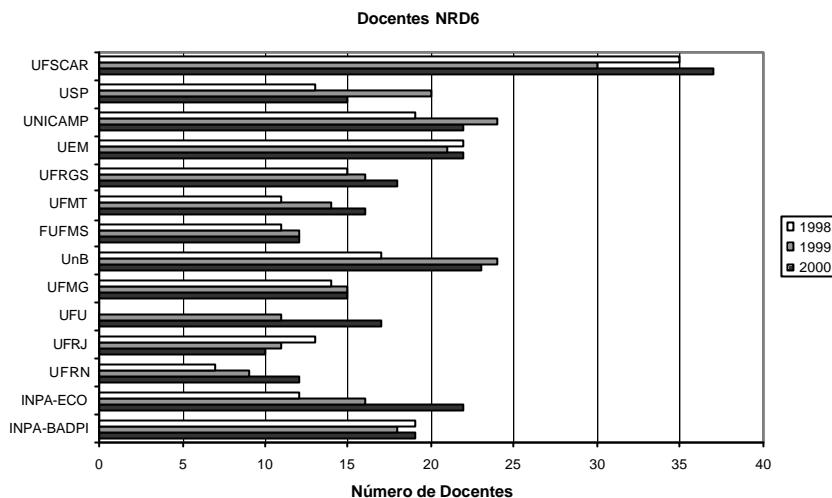


Figura 3: Número de docentes NRD6 no biênio 1996-1997 e no triênio 1998-2000.

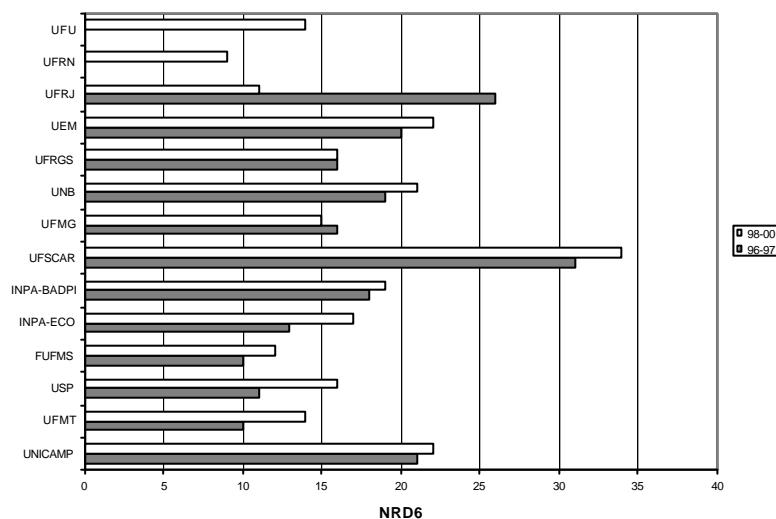


Figura 4: Proporção de docentes no NRD6 em relação ao total de docentes no triênio 1998-2000.

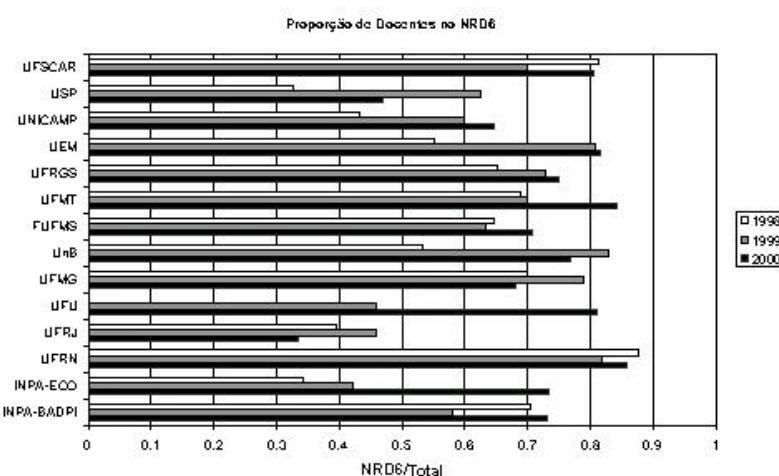


Figura 5: Número de orientandos de graduação por docente no triênio 1998-2000

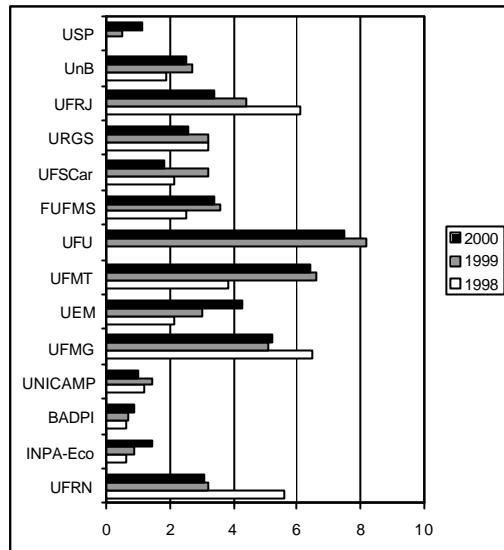


Figura 6: Proporção de alunos de mestrado em relação ao total de alunos no triênio 1998-2000.

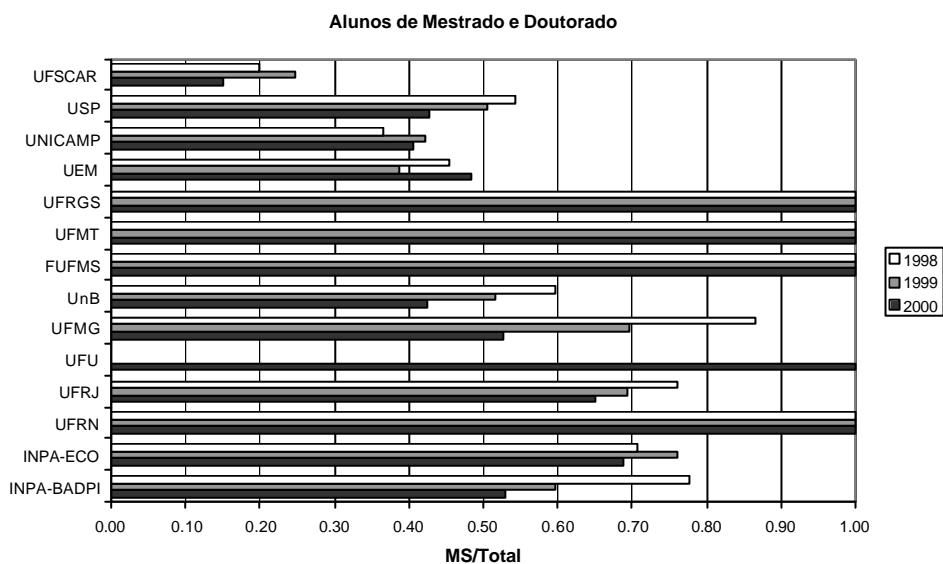


Figura 7: Proporção dos alunos de mestrado titulados em relação ao total de alunos no triênio 1998-2000.

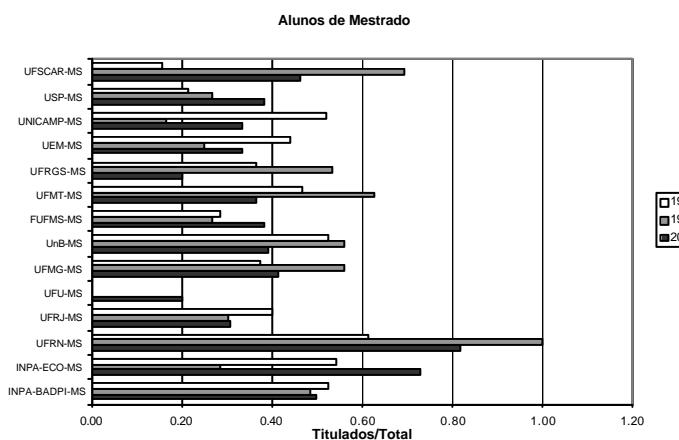


Figura 8: Proporção dos alunos de doutorado titulados em relação ao total de alunos no triênio 1998-2000.

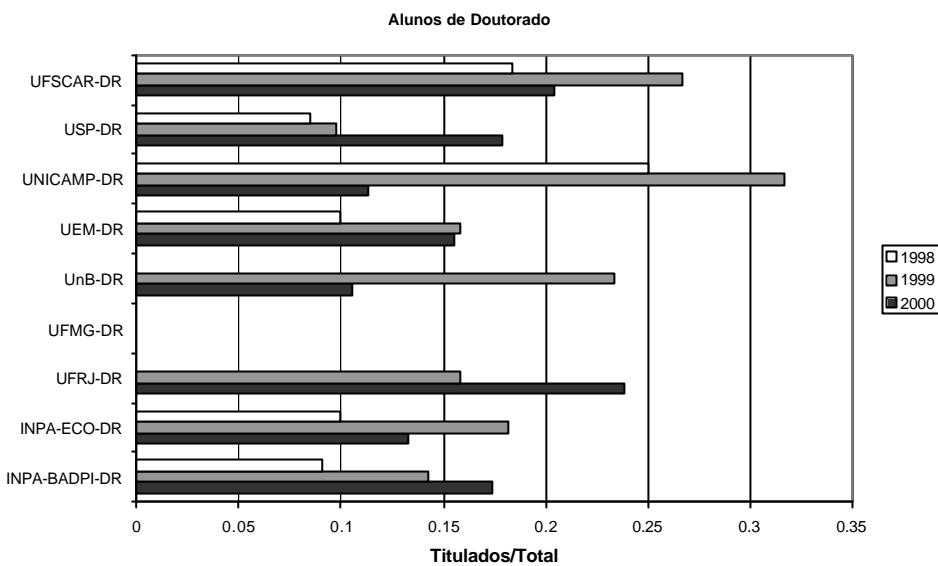


Figura 9: Mediana do tempo de titulação de mestrado no triênio 1998-2000.

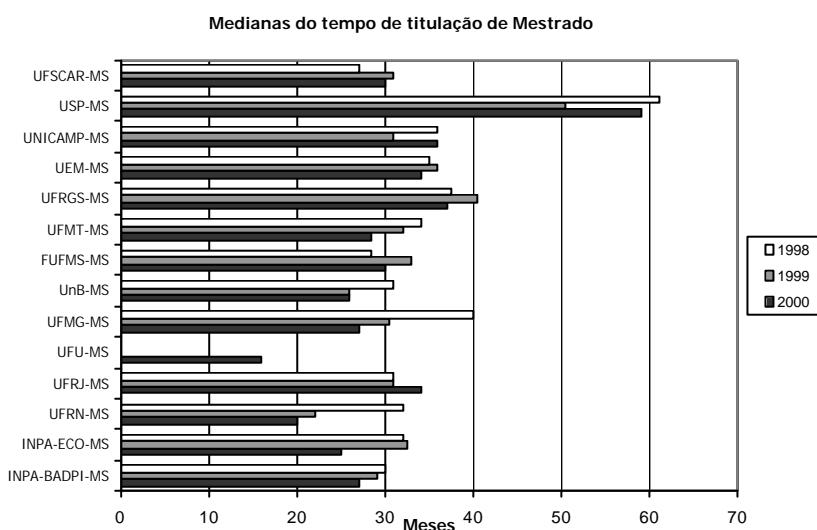


Figura 10: Mediana do tempo de titulação de doutorado no triênio 1998-2000.

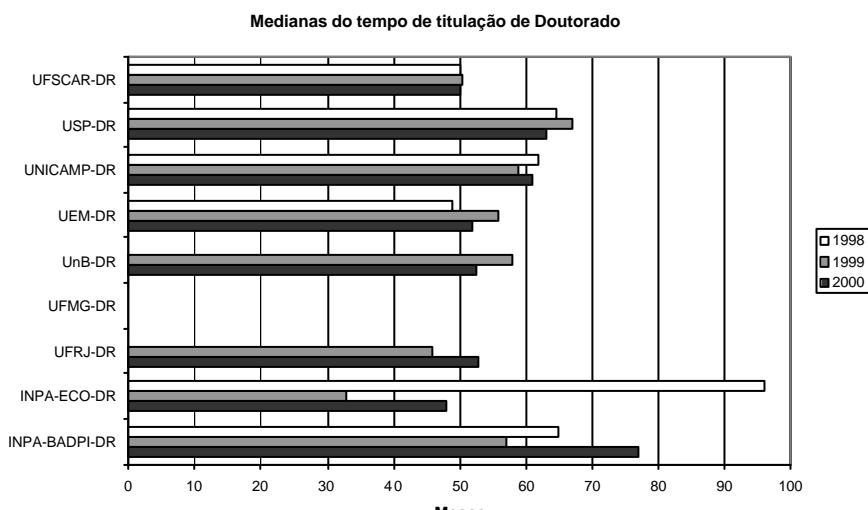


Figura 11: Número médio de trabalhos publicados em periódicos de nível A por docente NRD6 no triênio 1998-2000.

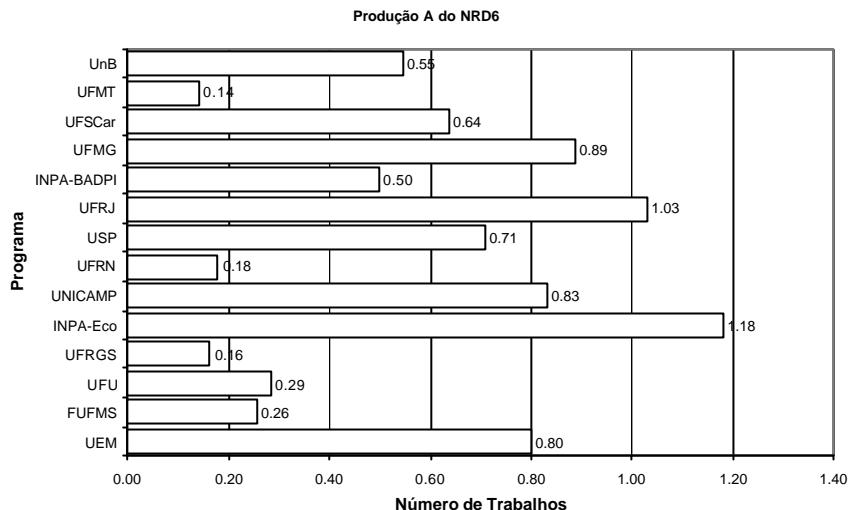


Figura 12: Número total de trabalhos publicados em periódicos, anais, capítulos de livros e livros, por docente NRD6, no triênio 1998-2000.

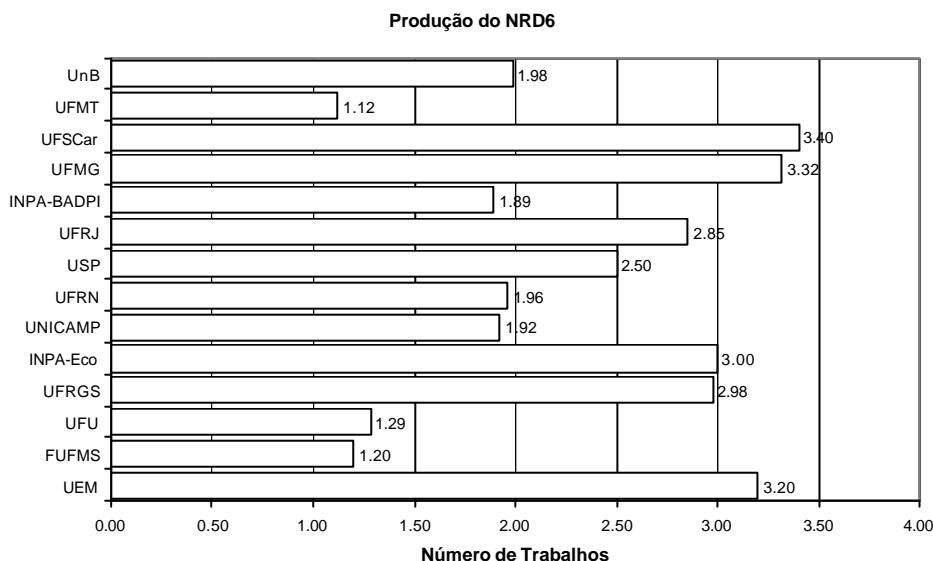
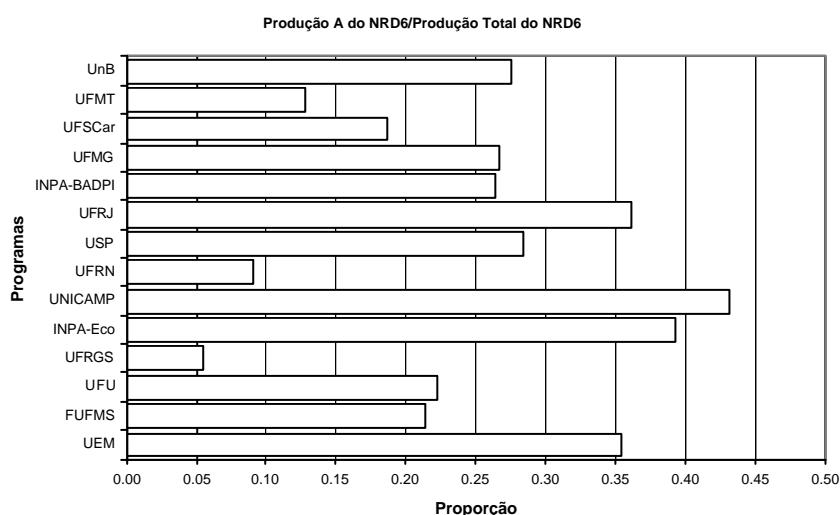


Figura 13: Proporção da produção em periódicos de nível A em relação à produção total, por docente NRD6, no triênio 1998-2000.



Interdisciplinar

Introdução

Após cerca de 18 meses de funcionamento, a partir dos resultados da avaliação continuada e das análises de implantação de novos cursos a comissão recebeu várias críticas, comentários e sugestões sobre os critérios de avaliação. Dois temas tiveram maior destaque nas críticas recebidas: a questão da definição do conceito de “interdisciplinaridade” e os critérios de formação da comissão.

Quanto ao primeiro ponto, sem dúvida polêmico, a maioria das observações giraram em torno de questões epistemológicas que embora despertem discussões muito ricas e que serão de grande utilidade para o aperfeiçoamento dos critérios da comissão, na medida em que forem dando respostas claras, não podem paralisar o processo de avaliação. Deve-se porém reconhecer que, não obstante algumas das críticas e comentários recebidos serem de difícil aplicação, como a sugestão que aponta para a redução da estrutura de avaliação da CAPES a praticamente uma única comissão acompanhando a tendência de síntese na evolução do conhecimento científico, elas contribuiram para uma revisão do papel da comissão Interdisciplinar. Se de um lado o reducionismo absoluto é impossível, a incorporação do progresso científico e tecnológico num movimento de síntese dentro das atuais comissões é desejável. Fundamentado nessa idéia, a comissão decidiu adotar uma nova postura como será exposto adiante.

Resumindo, os critérios adotados fundamentam-se em uma definição conceitual de interdisciplinaridade que incorporou algumas sugestões externas, complementada pela prática da análise das propostas recebidas

A segunda questão trata da composição da comissão. De fato, é em princípio desejável que a composição se faça a partir de uma comunidade de pares que atuam em projetos interdisciplinares. Esta proposta no entanto enfrenta pelo menos duas sérias dificuldades. A primeira diz respeito à dimensão reduzida da comunidade de pares com experiência suficiente e ainda em formação e a segunda à heterogeneidade das áreas em causa.

Trataremos desses dois pontos mais adiante esclarecendo a proposta do papel da comissão e o processo de composição da comissão bem como as dificuldades envolvidas nessa tarefa.

O Papel da Comissão

Várias das propostas enviadas a comissão desde sua implantação refletem a concorrência de duas ou mais áreas do conhecimento com raízes diferentes – biologia/informática; teoria da informação / comunicação; neurociências/eletrônica/ computação – seguindo a atual tendência do progresso científico e tecnológico.

A estrutura atual das comissões da CAPES ainda não responde a muitas dessas novas demandas, principalmente porque elas estão acontecendo num passo muito acelerado. Na realidade na medida em que as comissões incorporarem os avanços científicos e tecnológicos em andamento deverão absorver os cursos atualmente na comissão interdisciplinar. Neste sentido a comissão interdisciplinar tem um papel semelhante a de uma incubadora.

Assim, um substancial número de cursos são transitórios na comissão interdisciplinar, devendo ser incorporados a outras comissões na medida que estes abram os respectivos espectros de abrangência disciplinar.

Outro caso refere-se a novos recortes disciplinares integrando várias disciplinas em um novo conjunto que caracteriza uma nova área. Quando isso acontece, após o período adequado de incubação e quando houver um número significativo de cursos aprovados deverá ser criada uma nova área.

Em ambos os casos fica caracterizado o papel da comissão como incubadora e com duas funções principais:

1. Analisar as propostas que se caracterizam como interdisciplinares conforme os critérios descritos adiante e,
2. Atuar junto as outras comissões estimulando a incorporação de novos perfis interdisciplinares segundo a atual evolução da ciência e tecnologia que aponta para um processo de síntese do conhecimento.

Cabe aqui salientar que em várias das subáreas existe já uma integração interdisciplinar intrínseca. Este é o caso por exemplo de materiais e física da matéria condensada que cabe perfeitamente na subárea engenharia II, não sendo adequado a comissão interdisciplinar.

O Processo de Formação da Comissão

A comissão foi formado segundo dois critérios principais:

1. Perfil das propostas encaminhadas segundo o conteúdo predominante da área do conhecimento
2. Experiência acadêmica e atuação em áreas com características interdisciplinares

Como ainda não há uma comunidade estável e bem caracterizada na área interdisciplinar e a dinâmica da comissão é bem diferente das demais, tendo que enfrentar demandas imprevisíveis, a composição deve ser muito mais flexível com uma relativa rotatividade dos membros. Esta particularidade deve ser compatibilizada com a homogeneidade – tanto quanto possível – da avaliação. Isso é feito com a estabilização de um núcleo estável de pesquisadores experientes representando as principais áreas do conhecimento.

A comissão está, portanto, sendo organizada com um núcleo estável e membros rotativos que são convidados segundo a necessidade de atender a demanda específica – áreas do conhecimento predominantes nas diversas propostas – em cada rodada de avaliação.

Critérios Básicos

Entende-se por interdisciplinaridade (ou pesquisa científica e tecnológica interdisciplinar) a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que:

1. Num processo de síntese contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou tecnologia que, de resto, seria impossível sem essa interação.
2. Faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos já existentes, com uma formação básica sólida e integradora.
3. Transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou novas disciplinas.

Ex.: Física nuclear e Medicina, gerando terapêutica com recursos a radio-isótopos; Computação e Biologia, gerando biologia computacional e bioinformática; biologia, linguística, arqueologia.¹

Por outro lado, a análise de um objeto sob o enfoque e as metodologias de várias disciplinas, cada uma agindo isoladamente sem interação com as demais, caracteriza o que se entende por multidisciplinaridade (ou pesquisa multidisciplinar). Obtem-se, assim, um maior conhecimento do objeto de pesquisa, porém, desagregado. Se fosse entendido dessa forma todos os cursos caberiam na comissão interdisciplinar.

Os cursos que se caracterizam como interdisciplinares conforme a descrição acima são objeto de análise dessa comissão. Entretanto a comissão reconhece que são poucos os cursos que já se consolidaram como interdisciplinares dentro dos critérios propostos. Assim os critérios de análise são flexibilizados para admitir propostas que se mostrem potencialmente interdisciplinares, isto é, tenham um corpo docente qualificado e produtivo, uma estrutura curricular adequada, e linhas/projetos de pesquisa que mostrem claramente a integração de duas ou mais áreas do conhecimento.

Por vezes, ocorre que um curso está organizado de forma multidisciplinar e deseja de fato reformular a orientação para uma proposta interdisciplinar. Esse tipo de proposta poderá ser avaliado por essa comissão desde que no novo projeto as áreas de concentração, a grade curricular, os projetos/linhas de pesquisa contribuam para uma formação interdisciplinar sólida, além certamente da qualificação e produção do corpo docente.

Para uma orientação mais concreta com respeito aos critérios que balizam o julgamento de adequação das proposta apresentamos algumas das principais características de um projeto interdisciplinar e os principais equívocos que têm aparecido nas propostas.

Um programa interdisciplinar caracteriza-se por:

1. Contar com corpo docente disposto a abrir as fronteiras do conhecimento, o que exige grande experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades.
2. Conter uma proposta integradora de preferência com poucas áreas de concentração bem caracterizadas por objetivos focalizados.
3. Apresentar corpo docente, com formação disciplinar diversificada mas coerente com as áreas de concentração, linhas ou projetos de pesquisa integradores.
4. Dispor de docentes dispostos a ampliar a base do conhecimento fora de suas respectivas áreas de especialização, para poderem aprofundar uma cooperação produtiva. No caso ideal, essa cooperação já deve estar em andamento, na ocasião da submissão da proposta para abertura do curso.
5. Apresentar grade curricular apropriada à formação dos alunos, que deve ser sólida e integradora, constituída por um conjunto de disciplinas coerentes com as áreas de concentração, evidenciando a construção de linhas de pesquisa fundamentadas.

¹ É exemplar o depoimento do autor de "Genes, Peoples and Languages" (North Point Press), Luigi Cavalli-Sforza, no preâmbulo do livro: "This book surveys the research on human evolution from the many different fields of study that contributed to our knowledge. It is a history of the last hundred thousand years, relying on archeology, genetics, and linguistics. Happily these three disciplines are now generating many new data and insights. All of them can be expected to converge toward a common story, and behind them must lie a single history. Singly, each approach has many lacunae, but hopefully their synthesis can help to fill the gaps. Other sciences – cultural anthropology, demography, economy, ecology, sociology – are joining in the effort, and are justly becoming pillars of interpretation."

6. Propor a oferta de cursos que favoreçam a formação de profissionais com um perfil inovador e a emergência de novas áreas do saber que permitirão descobertas e invenções que, de resto, seriam impossíveis de serem alcançadas sem a concorrência das áreas clássicas.

As falhas principais dos projetos recusados ou sujeitos a avaliações negativas por não se enquadrarem como interdisciplinares são:

1. Apresentação de uma simples agregação de duas ou mais áreas de conhecimento para examinar um mesmo tema sob pontos de vista distintos, próprios a cada área, porém, de uma forma desagregada.
2. Reunião de vários pesquisadores que permanecem trabalhando em compartimentos estanques.
3. Apresentação de uma grade curricular que se restringe apenas a proporcionar o alargamento da base do conhecimento, que pode ser desejável para uma educação mais completa, mas que não atende aos requisitos da pós-graduação e sim de cursos de especialização.
4. Apresentação de uma grade curricular contendo disciplinas que cubram superficialmente diferentes assuntos, isoladamente, evidenciando formação “enciclopédica”.
5. Formação de massa crítica docente exigível para atender aos critérios da CAPES para iniciar um curso de pós-graduação. Mesmo que os docentes sejam isoladamente competentes, mas com limitada participação no programa de pós-graduação e sem compromisso com os desafios a serem enfrentados na abertura de novas fronteiras do conhecimento o projeto não será satisfatório.
6. Interação entre áreas de concentração afins, pertencentes a uma mesma classe de conhecimento que se caracterize por um processo de evolução científica ou tecnológica Incluído nas atribuições das comissões existentes.

Deve ficar claro que o desafio de implantar um curso com características interdisciplinares é mais difícil do que iniciar um curso cujos critérios estejam já consolidados e que contem com uma comunidade de pares bem estabelecida. Por isso o rigor na análise das propostas vem aumentando pois tem-se observado um número crescente de propostas com pouco mérito científico ou tecnológico. O risco que os pesquisadores correm ao se aventurarem em outras áreas é muito sério e exige grande competência, dedicação, maturidade e coragem.²

Comissão Interdisciplinar – Avaliação 1998/2000.

O processo de avaliação transcorreu normalmente, tendo sido analisadas 64 propostas. A comissão seguiu os critérios acima e considerou os relatórios de visita aos cursos quando existentes. Procurou-se fazer os comentários pertinentes com cuidado, esclarecendo tanto quanto possível os motivos que levaram aos conceitos em cada item e as sugestões para melhorar o desempenho dos cursos. O conceito inadequado deve ser interpretado corretamente no caso dos cursos interdisciplinares. Freqüentemente indica que embora potencialmente promissora a proposta ainda necessita de evoluir no sentido de se consolidar interdisciplinarmente.

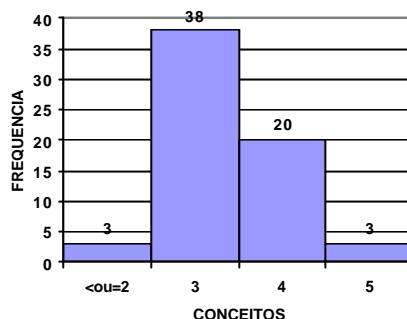
² Schrödinger no prefácio de seu livro que publica suas pesquisas em biologia, uma área distinta da sua competência reconhecida como físico diz: “A scientist is supposed to have a complete and thorough knowledge, at first hand of some subjects, and therefore he is usually expected not to write on any topic of which he is not master. This is regarded as a matter of noblesse oblige. For the present purpose I beg to renounce the noblesse, if any, and to be freed of the ensuing obligation. My excuse is as follows. We have inherited from our forefathers the keen longing for unified, all-embracing knowledge. The very name given to the highest institutions of learning reminds us that from antiquity and throughout many centuries the universal aspect has been the only one to be given full credit. But the spread, both in width and depth, of the multifarious branches of knowledge during the last hundred years has confronted us with a queer dilemma. We feel clearly that we are only now beginning to acquire reliable material for welding together the sum-total of what is known into a single mind fully to command more than a small specialized portion of it. I can see no other escape from this dilemma (lest our true aim be lost for ever) than that some of us should venture to embark on a synthesis of facts and theories albeit with second-hand and incomplete knowledge of some of them, and at risk of making fools of themselves. So much for my apology”

A comissão ateve-se às informações constantes nos relatórios. Avaliações que porventura não refletem o real desempenho dos cursos por falta de informação e que tenham redundado em conceitos baixos não podem ser imputadas como falha da comissão. Lamentavelmente é possível que isto tenha ocorrido em alguns poucos casos.

Para orientação dos coordenadores de cursos relatamos em anexo as questões pertinentes a cada quesito que orientaram na avaliação dos cursos.

A distribuição dos conceitos está dada na figura cima, revelando uma curva muito próxima da normal com poucos conceitos nas faixas superiores e inferiores. Ainda não foi destacado nenhum curso cujo desempenho justifique conceitos maiores que cinco e portanto uma inserção internacional segundo os grandes critérios da CAPES.

DISTRIBUIÇÃO DE CONCEITOS

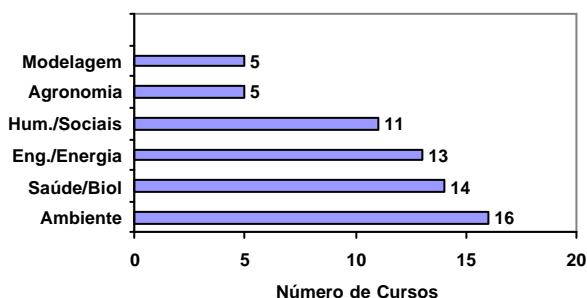


A distribuição quanto às áreas de conhecimento “âncoras” mostra que a maior incidência é no setor de “meio ambiente”. De fato há um número crescente de propostas neste setor. Para atender a essa demanda foi criada uma subcomissão encarregada de analisar as propostas especificamente tratando desse assunto.

A área biológica e médica tem também sido muito solicitada. Temos notado que muitos dos cursos na comissão interdisciplinar podem ser transferidos para as subcomissões da grande área de saúde. Neste sentido estamos em contato com os representantes das áreas correlatas para que admitam abrir o leque do conhecimento incorporando os novos avanços do conhecimento. Em particular nessa área encontramos bastante receptividade.

Propostas com fundamentos em engenharia e energia também são relativamente numerosas. Várias propostas de engenharia deverão ser direcionadas para a respectiva grande área na medida que as comissões expandam o leque de conhecimento incluindo a interdisciplinaridade intrínseca à área.

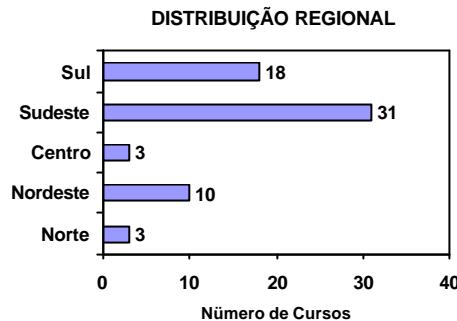
DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO



Quanto à agronomia vale ressaltar que a maioria das propostas vêm a essa comissão porque incluem agronegócios. Acreditamos também que as áreas de administração, economia e agricultura devam expandir seus respectivos escopos para absorverem essas novas iniciativas.

De qualquer modo enquanto houver dificuldades na alteração do leque de abrangência das outras áreas a comissão interdisciplinar continuará incubando os cursos com mérito e com propostas adequadas.

Os cursos de modelagem compu-tacional e matemática, que podem ter uma inserção muito apropriada nessa comissão estão em minoria. Espera-se que se multipliquem na medida em que a área se firmar no Brasil.



Os cursos com “âncoras nos setores de ciências humanas e sociais” ocupam uma faixa significativa. Há uma grande dispersão de qualidade e combinações disciplinares das mais diversas que freqüentemente caracterizam uma horizontalidade excessiva e falta de produtividade. A comissão tem procurado ser rigorosa sem porém opor obstáculos às boas iniciativas.

Vale para todos os cursos que as oportunidades que a comissão tem dado a cursos novos com potencialidade precisam ser respondidas dentro dos critérios de mérito científico para que não hajam recuos de conceitos no futuro.

Quanto à distribuição regional, infelizmente o padrão não foge ao clássico, com a maior concentração na região sudeste.

Dos 64 cursos avaliados 29 são novos e 35 já foram submetidos a alguma avaliação, seja por essa comissão seja por comissões *ad hoc* criadas anteriormente a comissão interdisciplinar. Dos 35 com conceito anterior, 26 permaneceram sem alteração, seis subiram de conceito e três desceram.

Anexo

Critérios Básicos que Norteiam a Análise dos Quesitos da Ficha de Avaliação

1. Proposta do Programa

- Os dados da proposta necessitam indicar as reais possibilidades de contribuição para o avanço do conhecimento com uma organização interdisciplinar. É importante caracterizar a interdisciplinaridade e a inovação com relação a estruturas clássicas. Destacar as ações que indiquem a passagem de multidisciplinaridade, quando for o caso, para interdisciplinaridade.
- Não cabem nesta comissão propostas semelhantes a de outros cursos já existentes e enquadrados em um dos setores vigentes na CAPES. Quando o curso não estiver bem caracterizado como interdisciplinar ou caminhando para esse tipo de estrutura, a sua

avaliação pode ficar prejudicada nessa comissão, em virtude do nível de exigência, quando comparada com a avaliação na área tradicional mais afim.

- Deve ficar claro que existem interdisciplinaridades intrínsecas nas áreas tradicionais. Portanto, a comissão não pode admitir propostas que tenham outra inserção. Caso típico: engenharia de materiais em que já há uma tradicional cooperação com física da matéria condensada.

2. Corpo Docente

- Titulação adequada e ótima produtividade do corpo docente. Os docentes que se propõem a integrar um projeto interdisciplinar devem apresentar um ótimo desempenho de produção científica nas respectivas áreas de origem.
- O perfil do corpo docente deve ser adequado à diversificação interdisciplinar. É desejável a cooperação com docentes e pesquisadores de outros departamentos ou outras instituições, mas num número que não caracterize dependência, mas intercâmbio científico.
- É imprescindível a existência de um núcleo de docentes com dedicação integral (NRD6) suficiente para conduzir o curso. Um curso interdisciplinar exige muito maior dedicação e criatividade quando comparado com a maioria dos cursos clássicos.
- É desejável um equilíbrio na distribuição da faixa etária dos professores e pesquisadores. Um curso interdisciplinar não pode estar fundamentado exclusivamente na contribuição de professores aposentados, por melhores que sejam.

3. Atividade de Pesquisa

- As linhas de pesquisa devem incluir pesquisadores de mais de uma área do conhecimento, caracterizando a eficácia da cooperação entre as áreas.
- É muito desejável a participação do corpo discente, principalmente dos candidatos ao doutorado, nos projetos de pesquisa.

4. Atividades de Formação

- A rede curricular deve atender às necessidades de uma formação com características interdisciplinar.
- Os alunos devem, em geral, ter formação de graduação em diferentes áreas do conhecimento, possivelmente com certa afinidade. Caso isso não se verifique é necessário um esclarecimento.
- Os alunos não devem ser encaminhados para uma formação especializada desde o início do curso. É desejável uma formação básica comum.
- Por outro lado não é conveniente e nem caracteriza a interdisciplinaridade um curso muito disperso com formação excessivamente horizontal.

5. Corpo Discente

- É importante que a grande maioria dos alunos esteja integralmente dedicada ao curso. O número de bolsistas pode ser um boa indicação.
- A participação dos alunos nas publicações é um ponto muito positivo na avaliação do curso.
- Um curso interdisciplinar mal estruturado tende a apresentar uma alta taxa de evasão. Este indicador é importante na avaliação desse quesito.

6. Teses e Dissertações

- As teses devem estar vinculadas às linhas e projetos de pesquisa.
- Deve haver publicações geradas pelas teses de doutorado em veículos de comprovada qualidade com comitês revisores reconhecidos pela comunidade correspondente. No caso da publicação de livros vale critério semelhante.

7. Produção Intelectual

- As publicações das pesquisas devem ser feitas em veículos que ajudem a credenciar a qualidade da contribuição científica ou tecnológica.
- As publicações devem, preferencialmente, incluir a participação de discentes, particularmente dos candidatos ao doutorado.
- Os trabalhos devem, preferencialmente, incluir autores de mais de uma área do conhecimento, que compõem a estrutura do curso, demonstrando a eficácia da cooperação científica e da pesquisa colaborativa em andamento.
- Uma indicação concreta para a avaliação da qualidade dos trabalhos é dada pelas publicações nos periódicos mais importantes que o curso assina e constam da biblioteca do departamento ou da instituição.
- Deve ser considerado o critério básico que é usado na grande área mais afim à proposta para aferir a contribuição científica ou tecnológica. Deste modo não pode haver um critério absolutamente uniforme nessa comissão.
- Recomenda-se fortemente que sejam incluídos no processo os trabalhos que representem a maior contribuição do curso ao progresso do conhecimento científico ou tecnológico. Não é necessário incluir todos os docentes. No máximo dois por docente ou uma descrição sumária com as respectivas referências.

OPINIÃO

Aposentadorias nas Instituições Federais de Ensino Superior e a Pós-graduação

*Flavio Zanette**

Por que os docentes-doutores das IFES estão se aposentando precocemente?

Uns dizem que para prestar serviços em instituições privadas de ensino. Outros, para dedicarem-se mais a seus consultórios ou escritórios.

Porém, um grande número desses doutores poderia permanecer nas IFES, com atribuições diferenciadas daqueles que recém-ingressaram no magistério superior.

Não vamos aqui questionar o direito conquistado para a aposentadoria com 30 ou 35 anos de trabalho. O que buscamos é uma proposta para mudar a realidade que aí está.

Desde 1997 até agosto de 2002, 1813 doutores aposentaram-se em 47 IFES (dados do MEC) sendo 531 em 1997, 473 em 1998, 166 em 1999, 160 em 2000, 232 em 2001 e somente no 1º semestre de 2002 foram 251 docentes-doutores que solicitaram sua aposentadoria. Grande parte deles foi para instituições privadas de ensino superior, que os atraem afim de atender as exigências da LDB, que exige um terço de pós-graduados em seu corpo docente.

É preciso considerar também que, aposentado, o docente livra-se das amarras de normas internas, em que tem as mesmas atribuições professores substitutos, auxiliares de ensino, assistentes, adjuntos e titulares. Mesmo todos concordando que os perfis profissionais são diferentes. O docente bem qualificado e produtivo em pesquisa e orientação, vê a oportunidade de liberar-se das grandes turmas de graduação, via de regra com currículos inadequados, burocracias, comissões e reuniões muitas vezes inúteis, política interna, etc. , podendo então dedicar-se inteiramente às atividades próprias da pós-graduação.

Observe-se, entretanto, que mesmo na CAPES não existe uma definição sobre a participação de docentes-doutores aposentados em programas de pós-graduação.

Tais docentes deveriam atuar como coordenadores de equipe, com tarefas diferenciadas. Aí sim, poderíamos perguntar: por que aposentou-se? A permanência do docente-doutor aposentado deve depender de critérios rígidos e claros. Em primeiro lugar, não é uma possibilidade para todos, mas para aqueles que tem contribuições importantes a dar em um programa de pós-graduação.

Há mais de 20 anos a categoria docente tenta implantar uma nova carreira para as IFES, no entanto até agora não foi possível mudar a situação em que todos continuam tendo praticamente as mesmas atribuições, independente de sua qualificação ou experiência.

Em face disso, uma solução rápida poderia ser a criação de uma bolsa e sobretudo de uma política nacional para reter os professores-doutores produtivos aposentados nos programas de Pós Graduação das IFES, o que traria vários benefícios. O professor-doutor poderia continuar em atividade, liberando a vaga para uma renovação. Por outro lado, os professores produtivos e vocacionados não teriam como única alternativa as instituições privadas, apenas de ensino, pois a pesquisa está muito restrita às IFES.

* Prof. Titular da UFPR, Doutor em Agronomia - (França).
Prêmio de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - 1999.

O ensino prestado por instituições privadas também é um serviço público, mas não reside aí o problema. Acontece que as instituições públicas brasileiras de ensino e pesquisa mantém-se na vanguarda e aí devem permanecer, para servirem como referencial e assegurar a iniciativa nas questões estratégicas, sem visar o lucro.

Se não houver uma reversão, em um futuro não muito distante podemos vislumbrar o ensino privado absorvendo os principais expoentes da Academia Pública, assegurando-lhes o domínio do conhecimento com base no mercado.

Se por um lado estamos presenciando essa evasão das IFES de profissionais altamente qualificados, por outro, nos deparamos com um programa de bolsas para recém-doutores criado ultimamente pela CAPES, chamado ProDoc. Este programa não deixa claro se tem como objetivo principal a expansão de empregos para os recém-doutores ou se é para apoiar os programas de pós-graduação, na formação de mais e melhores doutores.

Se verdadeira a segunda hipótese perguntamos: por que não são oferecidos também recursos para manter doutores aposentados, experientes, não senescentes (entre 53 e 65 anos), para continuarem nos programas de PG, quando sabemos que muitos deles gostariam de continuar atuando mesmo aposentados?

Será que sabemos para que e para quem estamos formando 6.000 doutores por ano no Brasil?

Na justificativa à criação do ProDoc está dito que cerca de 60% desses novos doutores (3.600), ainda não possuem vínculo empregatício e encontram dificuldades de assimilação no mercado de trabalho, quer seja ele acadêmico ou não. Não seria necessário avaliar o perfil dos doutores egressos para que soubéssemos qual o seu destino, qual o mercado de trabalho? Além de adequar melhor os programas de PG para atuação dos egressos no mercado não acadêmico, achamos fundamental o aumento no percentual de pós-graduados nas instituições privadas de ensino superior.

A UFPR tem um programa denominado “Bolsa Sênior”, válido tanto para docentes quanto para técnicos administrativos, criado em 1990 visando evitar o colapso da pós-graduação, em face da enxurrada de aposentadorias trazidas pelo medo do Governo Collor. Trata-se de um programa aprovado em todas as instâncias decisórias da Instituição e amparado pela legislação. No caso de docentes cujo número é limitado pelos próprios programas de PG, o doutor aposentado recebe uma bolsa, atualmente de aproximadamente R\$700,00 reais, com a obrigação de atuar em disciplinas e na orientação da pós-graduação. A resolução que criou este programa estabelece entre outros itens que :

- A integração no Programa Professor Sênior será feita mediante o interesse da Instituição, por intermédio de proposta formulada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação, aprovada pela Plenária Departamental afim e respectivo Conselho Setorial.
- Será convidado para participar do Programa Sênior o professor-doutor que satisfizer as seguintes exigências: a) tiver pelo menos um orientando de mestrado ou doutorado, com tese em andamento; b) apresentar produção científica relevante, segundo apreciação da PRPPG.
- A justificativa da Coordenação do Curso deverá estar apoiada em ampla análise do quadro docente, que apresente: a) número total de docentes do Curso e por disciplina; b) relação professor orientador/aluno; c) lista de professores suscetíveis de atuar na área de conhecimento do Professor Sênior.
- A participação no programa de Professor Sênior, articulado dentro do Programa de Participação Permanente, será feita por prazo definido de acordo com o Plano de trabalho a ser desenvolvido e mediante assinatura de Termo de Compromisso na Pró-Reitoria.

A experiência da UFPR poderia ser um modelo para o País, pois ao encontrar uma forma legal para tanto, reuniria em um mesmo universo boa parte da academia com mais experiência. Desta forma, mantém-se na Instituição Pública docentes qualificados, nos quais muito investiu e que estariam forçados a deixá-la precocemente. Um programa dentro da CAPES poderia viabilizar a permanência de um grupo de excelência dentro das IFES, com atribuições diferenciadas em relação à carreira docente atual. O assunto vem sendo tratado no varejo, sem haver uma política nacional.

Além de seu salário, os Professores Seniores receberiam bolsas equivalentes às que a CAPES oferece no ProDoc. Este programa poderia ser suportado financeiramente pela CAPES, CNPq ou pelo Sistema Estadual de C&T.

Esta proposta teria a grande vantagem da aplicação imediata, enquanto uma mudança na carreira docente das IFES vem sendo discutida há 20 anos e não se conseguiu mudar nada.

Dados da ANDIFES mostram que em dezembro de 2001 as Instituições Federais de Ensino Superior tinham um universo de 41.900 docentes, desses apenas 16.315 são doutores. Parece claro que a possibilidade de estender o período de atividade, como doutor, poderia melhorar essa relação.

CAPES INFORMA

Cursos Novos

O Conselho Técnico-Científico da CAPES (CTC) recomendou a implantação dos seguintes cursos, na 68^a reunião realizada nos dias 25 e 26 de julho de 2002:

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA				
Curso	IES	Nível	Nota	
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	UFPE	MP	3	
QUÍMICA	FURB	M	3	
FÍSICA	UERJ	D	4	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS				
Curso	IES	Nível	Nota	
ECOLOGIA E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS	UFAC	M	3	
BIODIVERSIDADE VEGETAL E MEIO AMBIENTE	IB-SP	MD	4	
ZOOLOGIA	UESC	M	3	
CIÊNCIAS MARINHAS TROPICais	UFC	M	4	
CIÊNCIAS GENÔMICAS E BIOTECNOLOGIA	UCB	M	5	
ENGENHARIAS				
Curso	IES	Nível	Nota	
ENGENHARIA	UFPR	D	3	
ENGENHARIA DE MATERIAIS	UFOP	D	3	
ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO	UEL	M	3	
CIENCIA E TECNOLOGÍA DAS RADIAÇÕES E DOS MATERIAIS	CDTN	M	3	
ENGENHARIA CIVIL	UFF	D	3	
ENGENHARIA AUTOMOTIVA	USP	MP	3	
CIÊNCIAS DA SAÚDE				
Curso	IES	Nível	Nota	
CIÊNCIAS DA SAÚDE	UNISINOS	M	3	
ENFERMAGEM	UFGO	M	3	
ODONTOLOGIA EM SAÚDE COLETIVA	UNICAMP	MP	3	
PRÓTESE BUCO MAXILO FACIAL	USP	M	3	
SAÚDE MATERNO INFANTIL	UNISA	M	3	
CIÊNCIAS MÉDICA	FFFCCMPA	M	3	
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO	USP	M/D	4/4	
ODONTOLOGIA (ORTODONTIA)	USP	D	4	
CIÊNCIAS DA SAÚDE (CARDIOLOGIA)	FUC	M/D	4/4	
CIÊNCIAS MÉDICA	UNB	M/D	4/4	
CLÍNICA MÉDICA	UFMG	M/D	4/4	
CIRURGIA	PUC-PR	M	3	
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	UFMG	D	3	
ODONTOLGIA	UNIGRANRIO	MP	3	
CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
Curso	IES	Nível	Nota	
CIÊNCIAS DE ALIMENTOS	UFMG	D	4	
GENÉTICA E MELHORAMENTO	UEM	M	4	

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS				
Curso	IES	Nível	Nota	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO	FGV	D	4	
COMUNICAÇÃO	UnB	D	3	
DIREITO	PUC-RS	D	3	
DIREITO	PUC-MG	D	3	
SERVIÇO SOCIAL	PUC-RJ	D	4	
SERVIÇO SOCIAL	UFF	M	3	
ECONOMIA	UFPE	MP	3	
COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA	UNESP-BAU	M	3	
DIREITO	UNISANTOS	M	3	
GESTÃO EMPRESARIAL	FGV-RJ	MP	4	
CIÊNCIAS HUMANAS				
Curso	IES	Nível	Nota	
ANTROPOLOGIA E SOCIEDADE	UFPA	M	3	
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MACKENZIE	M	3	
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	UNISINO	M	3	
EDUCAÇÃO	UNICID	M	3	
EDUCAÇÃO	UFPB	D	4	
EDUCAÇÃO	UFPR	D	4	
EDUCAÇÃO	UNIVALI	M	3	
GEOGRAFIA	UFSE	D	4	
POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE	UECE	M	3	
TEOLOGIA	CUA	M	3	
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL	PUC-MG	D	4	
PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADE E ECOLOGIA SOCIAL	UFRJ	D	3	
PSICOLOGIA	UCDB	M	3	
LETRAS				
Curso	IES	Nível	Nota	
COGNIÇÃO E LINGUAGEM	UENF	M	3	
LETRAS	UFGO	D	3	
LINGUAGEM E SOCIEDADE	UNIOESTE	M	3	
ARTES				
Curso	IES	Nível	Nota	
MÚSICA	UNESP	M	3	
ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE	USP	M	3	
MULTIDISCIPLINARES				
Curso	IES	Nível	Nota	
AGRONEGÓCIOS	UnB/FUFMS/ UFG	M	3	
CIÊNCIAS DA SAÚDE	RENE RACHOU	M/D	4/4	
GESTÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	UCB	MP	3	
BIO INFORMÁTICA	USP	D	4	
MATEMÁTICA COMPUTACIONAL	UFPE	D	3	
ESTUDOS COMPARATIVOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE	UnB	M	4	

Aplicativos da CAPES trocam de Linguagem

Os aplicativos COLETA e SNPG serão transformados em um só e a linguagem que vinha sendo usada para a programação dos sistemas, *Power Builder*, será trocada para *Java*, que é amplamente aplicada na internet. A troca será feita para acompanhar os avanços da tecnologia, uma vez que a *Java* oferece muito mais recursos e a usada pela CAPES é mais limitada e tem escassez de mão de obra.

Segundo os técnicos da Coordenação-Geral de Informática (CGIN), responsáveis pelos sistemas de avaliação, serão grandes os benefícios com a nova linguagem, entre eles: é uma ferramenta multiplataforma e, portanto, pode rodar em diversos ambientes operacionais, não se limitando à plataforma *Windows*; permite que a atualização de dados seja feita em fluxo contínuo; os arquivos específicos que hoje são gerados na CAPES e enviados aos programas de pós-graduação passarão a ser gerados automaticamente, na própria instituição, assim que solicitados pelos cursos.

Eventos Apoiados (julho- agosto- setembro)

Área	IES	Eventos em Julho	Data
Ling.Letras	PUC/RN	I Encontro da Sociedade Brasileira de Pesq. em Materiais	07-10/07/02
Multidisciplinar	UnB	ICTEM 2002 - Working Conf.on Informat. Curricula,	10-12/07/02
Astrofísica	USP/SP	XXIII Congresso Bras. de Aplicações de Vácuo na Ind. E na Ciência (XXIII CBRAVIC)	10-12/07/02
Ling.Letras	PUC/RN	II Simpósio Internacional do Caribe: Fronteiras, Migração e Cultura	10-12/07/02
Neurocirurgia	SNRJ	VIII Escola Brasileira de Estrutura Eletrônica-VIII EBEE	14-18/07/02
Astronomia	USP/SP	IV Escola do CBPF	14-26/07/02
C.Computação	UFPE	Workshop sobre Ciência e Tecnologia do Petróleo	15/6-31/7/02
Eng.Elétr e Biom	UFRN	XXII Congres. da Socied. Brasileira de Computação	15-19/07/02
História	UFRGS	VI Encontro Estadual de História	16-19/07/02
Sociologia	IUPERJ	IV Sem. sobre Preservação e Revitalização Ferroviária e II Enc. Latino Americano sob. Pres. E Ver. Ferroviária	17-20/07/02
Física	CBPF	Milton Santos e o Pensamento Radical	18-20/07/02
Genética	UFG	IV EMICRO - Escola de Microeletrônica da SBC-Sul	20-23/07/02
Artes	PUC/RN	XIV Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água	21-26/07/02
Educação	UFRN	XIII Encontro Nacional de Geógrafos	21-26/07/02
Matemática	USP	53º Congresso Nacional de Botânica	21-27/07/02
Astronomia	SAB	II Encontro Brasileiro de Finanças	22-23/07/02
D.Infec.Parasitárias	FBI	XIII Encontro Brasileiro de Topologia	22-26/07/02
Arquitetura	UFBA	XII Escola de Geometria Diferencial	22-26/07/02
Filosofia	UFC	Conferência Sobre os Novos Rumos da Regulação de Serviços de Infra-estrutura	23-24/07/02
Ecologia	UFRGS	Simpósio Internacional Victor Hugo	23-26/07/02
C.da Informação	COMPÓS	VIII Congresso Internacional ABRALIC-2002-Mediações	23-26/07/02
Agronomia	UEFS	XIV Pan-American Congress of Anatomy	24-27/07/02
Fisioterapia	UFRGS	Fórum Olímpico 2002	24-27/07/02
Imunologia	SBPz	V Encontro da ANPHLAC	24-27/07/02
Ecologia e M.A	IBCCF	Colóquio Hume	27-29/07/02
C.Comunicação	COMPÓS	I Feira de Arquitetura, Construção Civil e Engenharia do RN	28-31/07/02
Ciências e Tecnologia dos Alimentos	SBCTA	Common Features in Rio	29-31/07/02
Enga.Elétrica	UFMG	3rd Internat. Confer. on the Behavior of Damaged Structures	29-31/07/02
Física	UFV	54ª Reunião Anual da SBPC	7-12/07/02

Área	IES	Eventos Apoiados em Agosto	Data
Astronomia	SAB	XVIII Reunião Anual da Soc. Astronômica Brasileira	03-07/08/02
D.Infec.Parasitárias	FBI	IV International Symposium Phlebotomine Sand Flies-ISOPS IV	03-07/08/02
Ciências e Tecnologia dos Alimentos	SBCTA	XVIII Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos	04-07/08/02
Agronomia	SBF	XXXV Congresso Brasileiro de Fitopatologia-CBF2002	04-09/08/02
Geoc/Oceanog	SBM	XII Congresso Brasileiro de Meteorologia	04-09/08/02
Matemática	UFOP	II Congresso Internacional de Etnomatemática	05-07/08/02
Eng.Mecânica	LNCC	Second Symposium on Computational Modeling of Multiscale Phenomena	05-09/08/02
Mat/Prob.e Est.	UFRJ	XVII Escola de Algebra	05-09/08/02
Probabilidade	IME/USP	VI Escola Brasileira de Probabilidade	05-10/08/02
Zootecnia	SBMA	IV Simpósio Nacional de Melhoramento Animal	06-08/06/02
Enga. Civil	UFRGS	IGLC10 – 10 th Annual Conference on Lean Construction	06-08/08/02
Med.Veterinária	ABMA	II Conferência Sul Americana de Medicina Veterinária	08-11/08/02
Eng.Mecânica	ABCM	II Congresso Nac.de Engenharia Mecânica-CONEM 2002	12-16/08/02
Artes	UFRJ	IX Encontro de Pós-Graduação em Artes Visuais	13-16/08/02
Eng.Elétr e Biom	SBMO	X Simpósio Brasileiro de Microondas e Optoeletrônica	13-16/08/02
Filosofia	SHB	I Colóquio Inter.de Filosofia: Fenomenologia do Espírito	13-16/08/02
Biofísica	SBB	Escola de Modelagem Molecular em Sistemas Biológicos	13-18/08/02
Educação	UFF	II Seminário Nacional “Prod.do Conhecimento e Educação	19-22/08/02
Multidisciplinar	UNESP	VIII Jornada de Ciências Sociais-Jornada de Estudos Nelson Werneck Sodré	19-22/08/02
P.Urb.Regional	ANPUR	Seminário de Avaliação do Ens. E Pesq. Em Estudos Urbanos e Regionais	19-30/08/02
Ling.Letras	UFRGS	IV Fórum de Literatura:Os Sertões e o ensaio no Brasil	21-23/08/02
Economia	UNB	Conferência Sobre os Novos Rumos da Regulação de Serviços de Infra-estrutura	23-24/07/02
Eng.Química	ABEC	XIV Congres Brasileiro de Eng.Química – COBEC2002	25-28/08/02
Multidisciplinar	UFSCar	II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros	25-29/08/02
Multidisciplinar	UFBA	Colóquio Intern. Saberes, Práticas: Construção de saberes, Const. De Prát. De (in)formação prof. Na soc. Do conhecimento	27-29/08/02
Filosofia	USP	Colóquio Intern.sobre Subst.e Predicação em Aristóteles	27-30/08/02
Ling.Letras	USP/SP	9 th International Conference on History of Language Sciences (ICHOLS)	27-30/08/02
Educação	IOSTE	X Simpósio da IOSTE 2002	28/7-02/8/02
Ling.Letras	IASIL	Congresso Internacional IASIL 2002	28/7-1/8/02
Economia	USP/SP	First Brazilian Workshop of the Game Theory Society	28/7-3/8/02
Multidisciplinar	SBB	XVII Reunião Anual da Federação de Sociedades de Biologia Experimental – FeSBE	28-31/08/02
Prob. E Estatística	ABE	15º SINAPE – Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística	29/07-2/08/02
Zootecnia	SBZ	39 ^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia	29/7-1/8/02
Astronomia	CBPF	X Escola Brasileira de Cosmologia e Gravitação	29/7-9/8/02
Ginecologia	EUROGIN	EUROGIN 2002 – América Latina Congres de Experts	29-31/08/02
C.Computação	UFPE	9 th Workshop on Logic,Language,Information and Computation-WOLLIC 2002	30/7-02/8/02
Geociências	USP/SP	2 nd Conference of the IGCP464 Project (Continental Shelves During the Last Glacial Cycle)	30/8-3/09/02
Multidisciplinar	IUPERJ	Programa de Apoio à Infra-Estrutura das Atividades de Pós-Graduação e Pesquisa do IUPERJ	Agos//02
Multidisciplinar	UNIFESP	Programa de Manutenção da Infra-Estrutura da Pós-Graduação da UNIFESP	Agos//02
Biblioteconomia	UFRJ	Estágio do Centro de Documentação Européia	

Área	IES	Eventos Apoiados em Setembro	Data
Astrofísica	USP/SP	XI Escola Avançada de Astrofísica	01-06/09/02
Astronomia	USP/SP	Astrometria de Latino América e 3º Enc.Brasileiro de Astronomia	02-05/09/02
C.Computação	UFPE	1º Encontro Brasileiro sobre Redes de Petri	02-05/09/02
Eng.Elétr e Biom	UFRN	XIV Congresso Brasileiro de Automática - CBA2002	02-05/09/02
História	UFRGS	IX Simpósio de História Antiga - III Simp. Inter. De História Antiga do Cone Sul	02-06/09/02
Sociologia	IUPERJ	VII Congresso Luso Afonso Brasileiro de Ciências Sociais	02-06/09/02
Artes	PUC/RN	XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte	03-06/09/02
Arquitetura	UFBA	XXI Encontro e VI Congresso do Arquisur	03-07/09/02
Agronomia	UEFS	III Simpósio de Plantas Medicinais da Bahia	04-06/09/02
Fisioterapia	UFRGS	III Seminário de Comportamento Motor	04-06/09/02
Psicopatologia	UNICAP	VI Congres Brasileiro de Psicopatologia Fundamental	05-08/09/02
Multidisciplinar	UFRGS	Congresso Internacional das Inst. de Pesquisa Tecnologia/Biennial Congress Waitro	08-11/09/02
Agronomia	UFV	VII Congresso Nacional de Pesquisa de Feijão	08-12/09/02
Enga.Elétrica	SBT	Internat. Telecommunications Symposium	08-12/09/02
C. do Solo	UFRRJ	Fertbio 2002 - XXV Reunião Brasileira de Fert. do Solo e Nut. De Plantas, IX Reunião..., VII Simp..., e IV Reunião	08-13/09/02
Eng.Biomédica	UNIVAP	XVIII Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica	09-12/09/02
Química	ABQ	XLII Congresso Brasileiro de Química	09-13/09/02
C.Computação	SBC	SBCCI'2002-15th Symposium on Integrated Circuits and Systems Design	09-14/09/02
Eng.Elétrica	SBMicro	SBMicro'2002-17th Symposium on Microelectronics Technology and Devices	09-14/09/02
História	NEH	Simpósio Internacional : Século XX: Tradições, Revoluções, Utopias	09-14/09/02
Educação	UFC	XL Congresso Brasileiro de Educação Médica	10-13/09/02
Geoc/Oceanog	ABAS	XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas	10-13/09/02
Eng.de Minas	UDESC	Congres.em Ciênc.dos Materiais do Mercosul SULMAT'2002	10-14/09/02
Química	UFRGS	II Encontro Nacional de Segurança em Química	11-13/09/02
Arquitetura	UFPE	VI Encontro Nacional Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo	11-14/09/02
Med.Veterinária	UFMG	I Simpósio Internacional do Cavalo	12-14/09/02
Psicologia	USP/SP	4º Seminário Psicologia e Senso Religioso	13-15/09/02
Nefrologia	SBN	21º Congres Bras.de Nefrol.e 11º Congres Bras.de Enfermagem	14-18/09/02
Geologia	SBG	XLI Congresso Brasileiro de Geologia	15-20/09/02
Educação	ISPRS	ISPRS Commission 6 Mid Term Symposium on New Approaches for Education And Communication	16-18/09/02
Matemática	UERJ	XXV Congres.Nacion.de Matem.Aplic.e Comput-CNMAC	16-19/09/02
Multidisciplinar	UNB	VII Simpósio da Sociedade Brasileira de Toxinologia	16-20/09/02
Genética	SBG	48º Congresso Nacional de Genética	17-20/09/02
Enga. Civil	CEFET/MG	VII Internat. Seminar on Structural masonry for Developing Countries	18-19/09/02
P.Urb.Regional	UNISC	I Sem. Internacional e VII Semin.Nac.sobre Desenv.Regional	18-19/09/02
Morfologia	SBNeC	First IBRO School in Brazil	19/8-6/9/02
Cardiologia	SBC	57º Congresso da Sociedade Brasileira de Cardiologia	21-24/09/02
Endocrinologia	SBEM	25º Congres Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia	21-24/09/02
Engenharia	ABENGE	XXX COBENGE-Congresso Brasileiro de Ens.de Engenharia	22-25/09/02
Agronomia	EMEPA	II Seminário Nac. sobre as Culturas do Inhame e do Taro-II SINCIT	23-26/09/02
Eng.Mecânica	UFSC	III Escola de Primavera em Transição e Turbulência	23-27/09/02
P. Urbano e Regional	UNIFACS	1º Congresso Internac. de Desenvolv. Regional e Local na Ibero-Americana	23-27/09/02
Oceanografia	UFPE	Integr.de Pesq.Oceanográf, 50 anos de Oceanogr no NE do Brasil	23-27/09/02
História	ANPUH	IV Encontro Estadual de História	23-27/09/02
Biologia Geral	SBBN	Advances in nuclear medicine and in radiopharmaceuticals	25-28/09/02

Etologia	SBEt	XX Encontro Anual de Etologia	25-28/09/02
Física	UEL	Second International Winter School and Mathematical Methods in Physics-LWS2002	26/8-6/9/02
Zootecnia	UFSM	Simpósio Internacional de Produção Animal	26-27/09/02
Geociências	USP/SP	2 nd Conference of the IGCP464 Project (Continental Shelves During the Last Glacial Cycle)	30/8-3/09/02
Odontologia	SBPqO	19º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica	31/8-4/09/02
Física	SBF	XXV Reunião de Trabalhos/ Física Nuclear no Brasil	31/8-4/9/02